



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

CLEISON BASTOS DOS SANTOS

**DENDEICULTURA E COMUNIDADES CAMPONESAS
NA AMAZÔNIA PARAENSE: UMA ANÁLISE DO
MUNICÍPIO DE MOJU.**

BELÉM-PA
2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

CLEISON BASTOS DOS SANTOS

**DENDEICULTURA E COMUNIDADES CAMPONESAS
NA AMAZÔNIA PARAENSE: UMA ANÁLISE DO
MUNICÍPIO DE MOJU.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, sob orientação do Prof. Dr. João Santos Nahum, como requisito à obtenção do título de Mestre na área de concentração Organização e Gestão do Território.

BELÉM-PA
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Bastos dos Santos, Cleison, 1977

Dendeicultura e comunidades camponesas da Amazônia paraense: uma análise do município de Moju / Cleison Bastos dos Santos. - 2015.

Orientador: João Santos Nahum.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2015.

1. Dendê Cultivo Moju (PA). 2. Agricultura familiar Moju (PA). 3. Comunidades agrícolas Moju (PA). 4. Moju (PA) Aspectos econômicos. I. Título.

CDD 22. ed. 633.85098115

CLEISON BASTOS DOS SANTOS

**DENDEICULTURA E COMUNIDADES CAMPONESAS
NA AMAZÔNIA PARAENSE: UMA ANÁLISE DO
MUNICÍPIO DE MOJU.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, sob orientação do Prof. Dr. João Santos Nahum, como requisito à obtenção do título de Mestre na área de concentração Organização e Gestão do Território, apresentado, avaliado e aprovado no dia ____ de _____ de 2015, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. João Santos Nahum
(Orientador - PPGeo/UFPA)

Prof. Dr. José Antônio Herrera
(Examinador Interno - PPGeo/UFPA)

Prof^ª. Dr^ª. Dalva Maria da Mota
(Examinadora Externa - PPGAA/EMBRAPA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por nossa preciosa existência.

À minha querida mãe, Maria Bastos dos Santos, mulher guerreira, que dedicou sua vida à criação e à educação de seus filhos. Que Deus conceda a ela muitos anos de vida.

Ao meu eterno pai, o mestre Cláudio da Costa Santos (*in memoriam*), um batalhador que, apesar de pouco estudo, não deixou faltar comida no prato de sua família nem estudo para os filhos. Que Deus o ilumine.

Aos irmãos Clorisvaldo, Cláudia, Cleonice, Clodoaldo, Clésio, Cledson e Clície pelo apoio e pelos incentivos.

À minha querida e amada esposa Laís Mendes dos Santos. Perdoe-me pelas ausências durante a construção deste trabalho, sobretudo, durante o intercâmbio acadêmico na Universidade de São Paulo (USP). Obrigado pelo companheirismo e pela paciência.

Ao Prof. Dr. João Santos Nahum, pela amizade, estímulos e pela excelente condução na orientação desta dissertação. Que Deus abençoe você e sua família.

Ao escritório local da EMATER no município de Moju, em nome do senhor Genilson Pompeu Pinto, chefe do escritório, pelas informações concernentes à dinâmica da dendeicultura naquela região.

Aos setores agrícolas das empresas Guanfeng Group, Marborges e Biopalma, pelas informações prestadas.

Aos professores do Departamento de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, pelas contribuições para a formatação e para a conclusão deste trabalho.

À secretária do programa, Cléo Ferreira, pela gentileza e atenção nas solicitações e orientações. Muito obrigado.

Aos colegas do curso de mestrado Milvio Ribeiro, Adilton Ribeiro, Welligton Alvarez, Carlos Jorge, Luiz Mendes, Elcivânia Barreto, Diego Luiz e José Figueiredo pelas conversas e debates enriquecedores.

Ao senhor Carlos e à senhora Magali, que cederam sua moradia na fase de campo nas comunidades da região da PA-252.

Ao presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí, o senhor Jefhti Almeida, pela cessão da sede da associação para os trabalhos de campo e pelas informações sobre os projetos I e III da comunidade do Arauaí.

Aos coordenadores do Programa de Cooperação Acadêmica PROCAD/CASADINHO UFPA/USP. Às Professoras Doutoras Maria Gorette, Cristina Sena, Rita de Cássia e Valéria de Marcos.

Ao CNPQ pelo auxílio-moradia durante o intercâmbio acadêmico na USP.

A Celso Borzani, colega que conheci na frenética e agitada São Paulo, meu muito obrigado pela acolhida no CRUSP – Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo. Você não sabe o quando me ajudou.

Aos senhores Almir Cristino e Antônio Carvalho, presidentes da Associação dos Agricultores da Comunidade do Apeí e Sucutuba, pelas informações quanto à presença da Belém Bioenergia Brasil nas comunidades do Alto Moju.

Ao Prof. Dr. Carlos Alexandre Bordalo e à Prof^a. Dr^a. Dalva Mota, pelas contribuições e recomendações na qualificação da dissertação.

Ao Grupo de Pesquisa Dinâmicas do Espaço Agrário na Amazônia – GDEA, coordenado pelo Prof. Dr. João Santos Nahum, grupo do qual faço parte, pelo apoio em parte do trabalho de campo e da tabulação dos dados, sobretudo, aos bolsistas Herberto Malafaia, Elvécia Noletto e à mestrandia Ana Cláudia.

A todos os camponeses e camponesas da região, pelas informantes concernentes à organização do trabalho, da produção e do cotidiano que vivem, diariamente, tanto em suas propriedades quanto nos lotes de dendê.

*Escolher um caminho de método significa levar em conta diversas escalas de manifestações da realidade, de modo a encontrar as variáveis explicativas fundamentais. Estas comparecem como as personagens principais do enredo a estabelecer, levando sobretudo em consideração que o espaço geográfico se define como união indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas (...), **que nos indicam como o território é usado: como, onde, por quem, por quê, para quê.***

Santos; Silveira (2001. p. 11.)

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo os camponeses do município de Moju integrados à cadeia produtiva do dendê. Os objetivos do estudo foram: analisar as formas de associação da agricultura camponesa às empresas Agropalma, Biopalma e Marborges no Moju; examinar como a dendeicultura reinventa a dinâmica do trabalho em comunidades tradicionais no município de Moju; e caracterizar a produção de alimentos nas comunidades tradicionais do Arauaí, Vila da Paz, Apiteua, Olho D'água, Jupuba, Pirateua, Sarapói, Severo, São Pedro e Ramal do Levi, que têm unidades familiares produtivas de dendê. No espaço agrário do município de Moju é marcante o cultivo de mandioca (*Manihot esculenta*) e o fabrico de farinha de mesa. Neste município, a agricultura camponesa possui destaque na produção econômica, cultural e social de centenas de comunidades. O meio rural do município vem sofrendo transformações, sobretudo a partir de 2002, com a chegada do Projeto de Agricultura Familiar com Cultura de Dendê na comunidade do Arauaí, e com mais intensidade no ano de 2004 a 2010, a partir da criação do Programa Nacional de Produção do Biodiesel (PNPB) e do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo (PPSPO), agora, com a presença de novos empreendimentos, como é o caso da Biopalma Vale, da Petrobrás Biocombustíveis (PBIO), da portuguesa GALP Energia, Guanfeng Group, dentre outros. A partir de então, vem se intensificando o processo de incorporação dos camponeses à cadeia produtiva da palma de óleo. Partimos da hipótese de que a introdução do plantio do dendê trouxe mudanças no modo de vida, nas formas de trabalho e de produção das comunidades camponesas onde a atividade aportou.

Palavras-chave: Dendeicultura, comunidades camponesas, território usado, Amazônia paraense.

ABSTRACT

This work has as object of study the peasants of Moju municipality integrated into the production chain of palm oil. The objectives of the study were to analyze the forms of association of peasant agriculture to Agropalma, Biopalma and Marborges in Moju; examine how the palm culture reinvents the dynamics of working in traditional communities in the municipality Moju and characterize the production of food in traditional communities of Arauaí, Village of Peace, Apiteua, Eye D'water, Jupuuba, Pirateua, Sarapoí, Severus, St. Peter and Extension Levi having productive family units palm. In the agricultural space Moju municipality is striking the cassava (*Manihot esculenta*) and the manufacture of table flour. Here, peasant agriculture has highlighted in economic production, cultural and social hundreds of communities. The rural areas of the municipality has undergone transformations, especially since 2002 with the arrival of Family Farming Project with Palm culture in Arauaí community and with more intensity in the year 2004-2010 from the creation of the National Production Program Biodiesel (PNPB) and the Sustainable Production Program of Oil Palm (PPSPO), now with the presence of new developments, such as the Biopalma Vale, Petrobras Biofuels (PBIO), the Portuguese GALP Energia, Guanfeng Group among others. Starting then has intensified the process of incorporation of the peasants to the production chain of oil palm. We hypothesized that the introduction of oil palm plantation brought changes in lifestyle, forms of work and production of peasant communities where the landed activity.

Keywords: Palm culture, peasant communities, amazon Pará and territory used

Listas de Figuras

Figura 1 – Dona Benedita pescando no igarapé Arauaí em 1998.....	33
Figura 2 – Roçado de mandioca na comunidade Santa M ^a do Traquateua em 2012.....	39
Figura 3 – Local de extração dos óleos de palma e palmiste.....	44
Figura 4 - Dendezeiro no Projeto III na comunidade do Arauaí em Moju.....	45
Figura 5 – Substituição das plantas afetadas pelo AF pelo HIE.....	55
Figura 6 – Polinização assistida no HIE no plantio da Marborges em Moju.....	57
Figura 7 – Fazenda-sede da empresa Biopalma em Moju.....	70
Figura 8 – Usina Esmagadora da empresa Biopalma	73
Figura 9 – Frente da seda da empresa Guanfeng na Fazenda Ventura.....	78
Figura 10 – Roçado consorciado na comunidade do Arauaí em 1998.....	91
Figura 11 – Retiro de Farinha na comunidade do Arauaí em 1998.....	92
Figura 12 –. Obtenção de bens e melhorias na moradia advinda com aumento da renda: A – Construção de alvenaria de um camponês na vila do Arauaí. B – Muitos adquiriram carro. C e B – Tratores adquiridos pelos camponeses para o carreamento do CFF.....	114
Figura 13 – Imagem (A): trabalhador do consórcio fazendo o corte do coco; (B) cachos na rua prontos para serem carreados e transportados para processamento.....	116
Figura 14 – (A) trabalhador podando; (B) Empilhamento mecânico realizado pelo consórcio; (C) Ruas com e sem empilhamento no projeto I.....	118
Figura 15 – Adubo na rua 2 do Projeto I e Adubo armazenado na casa de um camponês.....	119
Figura 16 –. Camponeses fazendo rebaixo no projeto I em 2008.....	119
Figura 17 – Armadilha para captura de besouros.....	120
Figura 18 – Camponeses trocando dias de trabalho no Projeto III.....	121
Figura 19 – Camponesa Alda fazendo o carreando dos frutos.....	122
Figura 20 - Camponeses depositando a produção no basculante da empresa terceirizada.....	123
Figura 21 - Basculante da empresa terceirizada transportando a produção para a fábrica da CRAI	123
Figura 22 - Dona Maria e seus filhos raspando mandioca.....	130
Figura 23 - Plantação de mandioca na entre linha do plantio de dendê.....	133
Figura 24 - Rede utilizada para pesagem da produção na propriedade do camponês Raimundo Vulcano no PA Olho D’água, na PA-150.....	134

Figura 25 - Lado esquerdo – Filho da camponesa Dulcimar observando o dendezeiro em fase de recuperação do incêndio. Lado direito – Dendezal do camponês Antônio Marques.....	135
Figura 26 - Cachos da cultivar BRS Manicoré (HIE).....	141

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Mão de obra utilizado nos roçados.....	109
Gráfico 2 - Formas de trabalho utilizadas pelos camponeses nos lotes de dendê.....	109
Gráfico 3 - Evolução do preço da tonelada paga pela Agropalma.....	110
Gráfico 4 - Renda complementar.....	113
Gráfico 5 – Mão de obra utilizada pelos camponeses nas tarefas do roçado e do dendê.....	131
Gráfico 6 – Uso da terra antes da introdução dos dendezais.....	132
Gráfico 7 – Tamanho da área (propriedade), do dendezal, da família e do roçado.....	138
Gráfico 8 – Uso da terra antes da introdução dos dendezais.....	139

Listas de Quadros

Quadro 1 – Comunidades, regiões e empresas estudadas.....	23
Quadro 2 – Calendário agrícola dos camponeses relacionado à lavoura branca no período de plantio de “verão” e “inverno”.....	94
Quadro 3 – Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí (2014-2015).....	96
Quadro 4 – Calendário agrícola da lavoura branca e da palma (dendê).....	124
Quadro 5 – Calendário de atividades dos camponeses com a cultura da Palma.....	133
Quadro 6 – Calendário atual e projeção futura das atividades dos camponeses com a cultura do dendê.....	142

Lista de Fluxograma

Fluxograma 1 - Etapas de produção de farinha D’água e Seca.....	92
--	----

Listas de Mapas

Mapa 1 – Microrregião de Tomé-Açu.....	18
Mapa 2 – Regionalização do município de Moju.....	21
Mapa 3 - Comunidades e empresas analisadas no trabalho.....	24
Mapa 4 – Zoneamento de risco climático no estado do Pará.....	49
Mapa 5 – Área de Plantio, agricultura familiar e comunidades que estão no raio de influência do Grupo Marborges.....	54
Mapa 6 - Áreas afetadas pelo Amarelecimento Fatal em municípios produtores.....	56
Mapa 7 – Localização dos projetos de dendê familiar Arauaí I e Soledade II.....	63
Mapa 8 – Localização dos projetos de agricultura familiar integrados a Agropalma em Moju.....	67
Mapa 9 – Localização da área de plantio próprio, empresarial e familiar vinculados com o Grupo Agropalma.....	69
Mapa 10 – Localização das áreas de plantio próprio da Biopalma em Moju.....	72
Mapa 11 – Área de plantio e agricultura familiar associada à empresa Biopalma em Moju em 2014.....	75
Mapa 12 – Área de plantio do Grupo Guanfeng em Moju.....	80
Mapa 13 – Empresas dendeicultores que possuem sede em Moju.....	81
Mapa 14 – Área de plantio das empresas, arrendada, produtores independentes e agricultores familiares em Moju no ano de 2014.....	85

Listas de Tabelas

Tabela 1 – Empresas e origem dos incentivos na sua formação.....	47
Tabela 2 – Departamentos, empresas e área plantada do Grupo Agropalma.....	61
Tabela 3 – Projetos de agricultura familiar integrados ao Grupo Agropalma.....	68
Tabela 4 – Financiamentos para agricultura familiar de 2002 a 2009.....	68
Tabela 5 - Famílias por comunidade parceiras da empresa Biopalma.....	74
Tabela 6 – Área (ha) preferencial e regular dos estados da Amazônia Legal segundo o manejo B e C do ZAE-Dendê.....	76
Tabela 7 – Linha de Crédito oferecido pelo PPSPO.....	77

Listas de Siglas

ADCRA – Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí
ADM - Archer Daniels Midland
AF - Amarelecimento Fatal
AGROPAR - Companhia Agroindustrial do Pará
ANP - Agência Nacional do Petróleo
BCA - Banco de Crédito da Amazônia
BASA - Banco da Amazônia S.A
BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BBB - Belém Bioenergia Brasil
BRS – Brasil Sementes
CFF - Cachos Frutos Frescos
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CAR - Cadastro Ambiental Rural
CEIB - Comissão Executiva Interministerial
CNPSD - Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira e Dendê
CODENPA - Companhia Dendê Norte Paraense
CONFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
COOPARAENSE - Cooperativa Agrícola Mista Paraense
CPA - Companhia Palmares da Amazônia
CRA - Companhia Refinadora da Amazônia
CRAI - Companhia Real Agroindustrial S.A
DEFID -Departamento para o Desenvolvimento internacional
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
DENPAL - Dendê do Pará S.A.
DENPASA - Dendê do Pará S.A.
DENTAUÁ - Dendê do Tauá
EERU - Estação Experimental do Rio Urubu
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa brasileira de Pesquisas Agropecuária
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FISSET - Fundo de Investimentos Setoriais

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FINAN - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia.
FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos
FNO - Fundo de Financiamento do Norte.
FASE - Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educação
GDEA - Grupo Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia
GESPLAN - Gestão Participativa de Recursos Naturais
GALP - Petróleos e Gás de Portugal
HIE – Híbrido Interespecífico
ISO - International Organization for Standardization
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPI - Imposto sobre Produto Industrializado
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRHO - Institut Recherches Pour Lês Huiles et Les Oleagineux
ITERPA - Instituto de Terras do Pará
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA - Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
MZEE - Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal
OHSAS - Occupational Health and Safety Assessment Specification
PBIO - Petrobras Biocombustível
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro
PA - Projeto de Assentamento
PIN - Programa de Integração Nacional
PIS - Programa de Integração Social
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDS - Partido Democrata Social
PNPB - Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
PPA's - Planos Plurianuais
PPSOPB - Programa de Produção Sustentável de óleo de Palma no Brasil
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Família

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
POC – Programa de Operações Conjuntas
PDA - Plano de Desenvolvimento da Amazônia
REASA - Reflorestadora da Amazônia S.A
RMA - Reflorestadora Moju Acará
RSPO - Roundtable on Sustainable Palm Oil
SAGRI - Secretaria de Agricultura do Estado do Pará
SIG - Sistema de Gestão Integrado
SIMLAM - Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental
SEMAGRI - Secretaria Municipal de Agricultura
STRs - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará
SPVEA - Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus
UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia
UEPA - Universidade do Estado do Pará
ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico
ZAE - Zoneamento Agroecológico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 – COMUNIDADES TRADICIONAIS, COMUNIDADES CAMPONESAS E AGRICULTORES FAMILIARES: UM DIÁLOGO CONCEITUAL.....	28
1.1 Comunidades tradicionais.....	29
1.2 Comunidades camponesas.....	35
1.3 Agricultores Familiares.....	40
CAPÍTULO 2 – A DENDEICULTURA NO MUNICÍPIO DE MOJU.....	44
2.1 A dendeicultura nas políticas públicas: da SPVEA à SUDAM.....	44
2.2 Os condicionantes políticos: a obtenção de financiamentos.....	46
2.3 Os condicionantes naturais: os aspectos edafoclimáticos.....	48
2.4 Os condicionantes territoriais.....	50
2.5 A dendeicultura no município de Moju.....	50
2.6 O Grupo Agropalma: o primeiro projeto de produtor independente em Moju.....	58
2.7 A empresa Amapalma no Grupo Agropalma.....	60
2.8 O Projeto “Novo Pará” e a agricultura familiar integrada ao cultivo de dendê em Moju: a modalidade familiar do Grupo Agropalma.....	61
CAPÍTULO 3 – DO PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DO BIODIESEL (PNPB) AO PROGRAMA SUSTENTÁVEL DE PALMA DE ÓLEO (PSPPO).....	65
3.1 A dendeicultura em Moju e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB.....	65
3.2 A Biopalma da Amazônia S.A	70
3.3 A dendeicultura em Moju e o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo – PSPPO.....	76
3.4 A empresa Belém Bioenergia Brasil - BBB.....	82
CAPÍTULO 4 – MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NO USO DO TERRITÓRIO PELOS CAMPONESES DA REGIÃO DO ALTO MOJU.....	87

4.1	A vida na comunidade do Arauaí antes da integração ao Projeto Agricultura Familiar do Dendê.....	87
4.2	A vida na comunidade do Arauaí com a integração ao Projeto Agricultura Familiar com cultura de dendê.....	94
4.3	As culturas temporárias e permanentes desenvolvidas pelos camponeses integrados à Agropalma.....	103
4.4	A unidade familiar camponesa integrada ao grupo Agropalma.....	107
4.5	A mão de obra e força de trabalho de utilizada nos roçados e nos lotes de dendê.....	108
4.6	Salários líquidos, produção e renda complementar obtidas pelos camponeses integrados ao Grupo Agropalma.....	110
4.7	A baixa presença do extrativismo animal e vegetal no cotidiano dos camponeses dos projetos I e III.....	114
4.8	A dinâmica do trabalho nos lotes com dendê dos camponeses dos Projetos I e III.....	115
4.8.1	Atividades econômicas na região da PA-150 e as culturas permanentes e temporárias dos camponeses integrados à cadeia produtiva do dendê.....	125
4.8.2	A renda dos camponeses da PA-150 integrados à empresa Biopalma.....	127
4.8.3	A dendeicultura nas comunidades camponesas da PA-150.....	127
4.8.4	O tamanho da área plantada com a cultura da palma.....	128
4.8.5	O tamanho das propriedades dos camponeses integrados à Biopalma.....	129
4.8.6	O calendário agrícola da cultura do dendê dos camponeses integrados à Biopalma.....	133
4.9.0	Os camponeses da região da PA-252 que estão integrados à cadeia produtiva do dendê da empresa Marborges.....	136
4.9.1	Atividades econômicas na região da PA-252 e as culturas permanentes e temporárias dos camponeses integrados à cadeia produtiva do dendê.....	136
4.9.2	A renda advinda da venda da produção camponesa e a renda complementar.....	137
4.9.3	O tamanho das propriedades, da área do dendezal, das famílias e dos roçados dos camponeses parceiros da Marborges.....	138
4.9.4	Uso da terra antes da introdução do dendezal.....	139
4.9.5	A chegada dos projetos de agricultura familiar nas propriedades dos camponeses da PA-252.....	141
4.9.6	O calendário dendeícola dos camponeses integrados à Marborges.....	142
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
	BIBLIOGRAFIA.....	150
	ANEXOS.....	155

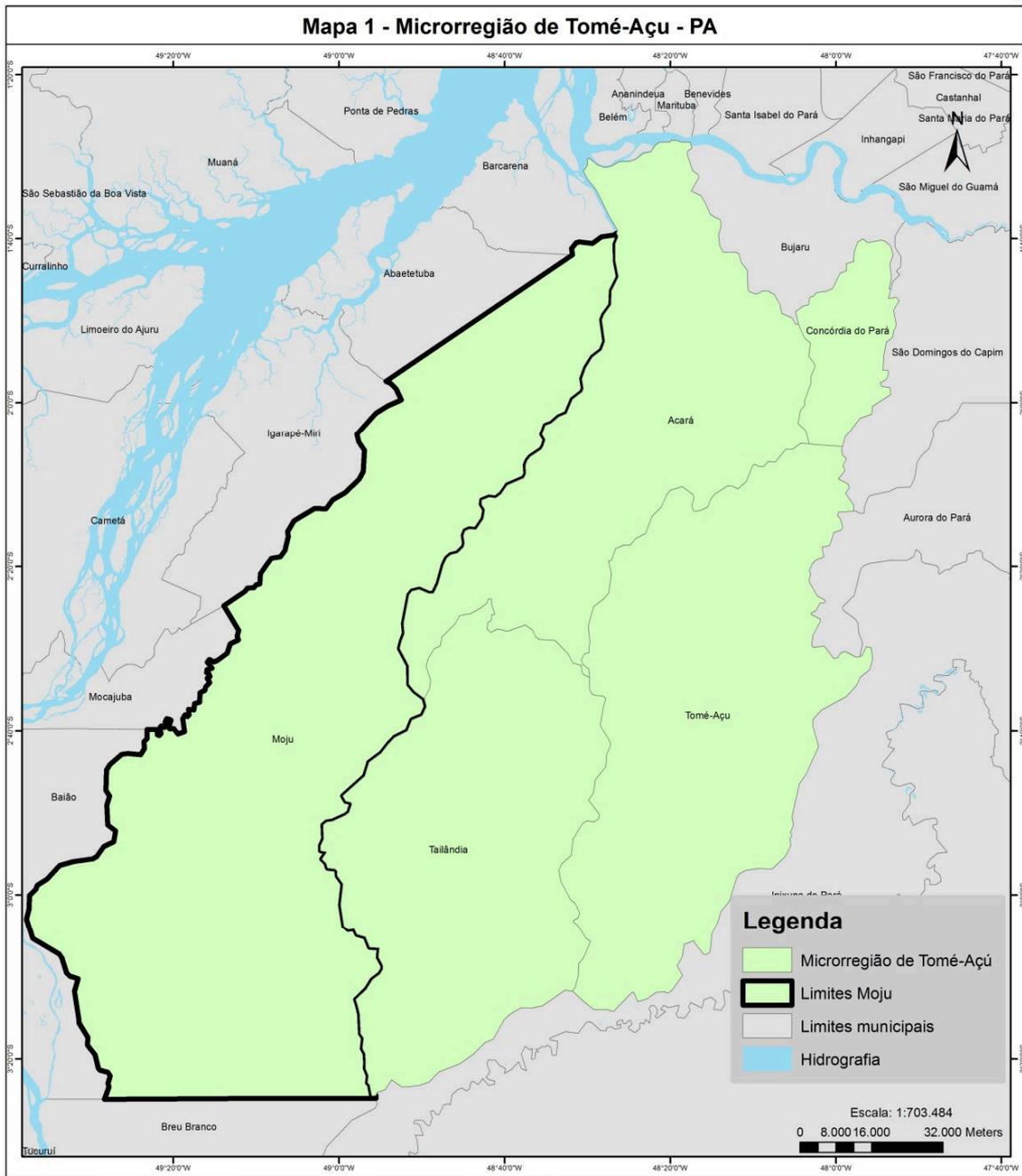
INTRODUÇÃO

Abordamos neste trabalho as relações entre dendeicultura e comunidades camponesas na Amazônia paraense, especificamente nas comunidades do Alto Moju, próximo às rodovias PA-150 e PA-252, no município de Moju, integradas às empresas Agropalma, Biopalma Vale e Marborges, respectivamente. Partimos do pressuposto de que a chegada da cadeia produtiva do dendê promoveu mudanças significativas na paisagem, na configuração espacial, na dinâmica social e no território usado das comunidades que estão diretamente relacionadas à cultura da palma africana. A dendeicultura promove metamorfoses nos seus modos de vida.

Moju, que em tupi significa “*rio das cobras*” ou “*caminho de cobras*”, está localizado na mesorregião do nordeste paraense e na microrregião de Tomé-Açu. A cidade de Moju situa-se à margem direita do rio Moju e fica distante 61 km em linha reta de Belém. Faz limite ao norte com os municípios de Abaetetuba e Barcarena; ao sul, com Breu Branco; a leste, com Tailândia e Acará; e a oeste, com Igarapé-Miri, Mocajuba e Baião (ver **Mapa 1**).

No espaço agrário do município de Moju é marcante o cultivo de mandioca (*Manihot esculenta*) e o fabrico de farinha de mesa. A agricultura camponesa possui destaque na produção econômica, cultural e social de centenas de comunidades nesse município. Segundo Alves; Cardoso (2008), o Moju está na maior microrregião produtora de mandioca do estado do Pará, e, segundo Müller (1980), na maior produtora de dendê.

No município, a lavoura de mandioca é trabalhada predominantemente por camponeses e camponesas. Segundo o IBGE (2013), a produção anual é de 80.000 toneladas de raiz de mandioca, colhidas de 4.000 hectares. O que demonstra a importância econômica e sociocultural do cultivo da mandioca para as famílias e comunidades no espaço agrário de mojuense.



		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td colspan="2">Município: Moju</td> <td colspan="2">Mesoregião: Nordeste paraense</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td colspan="2">Microrregião: Tomé-Açu</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Fonte: IBGE, 2010</td> <td colspan="2">Datum: SIRGAS 2000</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Meridiano central: 45°WGr</td> <td colspan="2">Projeção: UTM</td> </tr> <tr> <td colspan="4">Projeto cartográfico: Walter Luiz Jardim Rodrigues</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Organização: Cleison Bastos dos Santos</td> <td colspan="2">Data: 15/04/2014</td> </tr> <tr> <td colspan="2"> Cartas cadastrais Moju: SA.22-X-D-V; SA.22-X-D-VI; SA.22-Z-B-I; SA.22-Z-B-II; SA.22-Z-B-IV; SA.22-Z-B-V; SA.22-Z-C-II; SA.22-Z-D-I; SA.22-Z-D-II </td> <td colspan="2" style="text-align: center;"> </td> </tr> </table>	Município: Moju		Mesoregião: Nordeste paraense				Microrregião: Tomé-Açu		Fonte: IBGE, 2010		Datum: SIRGAS 2000		Meridiano central: 45°WGr		Projeção: UTM		Projeto cartográfico: Walter Luiz Jardim Rodrigues				Organização: Cleison Bastos dos Santos		Data: 15/04/2014		Cartas cadastrais Moju: SA.22-X-D-V; SA.22-X-D-VI; SA.22-Z-B-I; SA.22-Z-B-II; SA.22-Z-B-IV; SA.22-Z-B-V; SA.22-Z-C-II; SA.22-Z-D-I; SA.22-Z-D-II			
Município: Moju		Mesoregião: Nordeste paraense																												
		Microrregião: Tomé-Açu																												
Fonte: IBGE, 2010		Datum: SIRGAS 2000																												
Meridiano central: 45°WGr		Projeção: UTM																												
Projeto cartográfico: Walter Luiz Jardim Rodrigues																														
Organização: Cleison Bastos dos Santos		Data: 15/04/2014																												
Cartas cadastrais Moju: SA.22-X-D-V; SA.22-X-D-VI; SA.22-Z-B-I; SA.22-Z-B-II; SA.22-Z-B-IV; SA.22-Z-B-V; SA.22-Z-C-II; SA.22-Z-D-I; SA.22-Z-D-II																														

Em Moju, o tamanho médio das propriedades dos camponeses é de aproximadamente 25 hectares¹. Em termos percentuais a produção de mandioca do município é distribuída da seguinte forma: 85% são para comercialização e 15%, para consumo familiar dos agricultores. A produção desse tubérculo é de suma importância para a sobrevivência de milhares de camponeses das comunidades do interior do município posto que a mandioca representa 80% a 85% da renda familiar (ALVES; CARDOSO, 2008). A letra da música Caribé, de autoria de Herivelton Martins, criada para o Grupo Mexilhão do Icatu na década de 1980, expressa a cultura do caboclo mojuense e sua tradição com a produção de farinha de mesa.

Caribé*

Meu caribé é mingau de *farinha* forte
 Para quem está na beira da morte
 É tomar que levanta a moral
 Meu *caribe é mingau de farinha* da boa,
 Das que vem na canoa
Do Moju pra capital
 O meu caribe.... é de mandioca vermelha.
 Põe do *tipiti*² na *peneira*³, linda morena faceira,
 Autêntica papa-chibé (bis)
 O meu caribe!
 Minha mãe me dava mingau de farinha
 Quando não tinha taumatá no *tucupi*⁴,
Empresta um pouquinho de sal da vizinha.
Quem tem amigos nunca tem tempo ruim,
 Ô pai voltando da nossa terrinha,
 Traga um *paneiro*⁵ de farinha.
 E, dê lembrança a quem perguntar por mim!(bis)

*Letra de “Caribé”, de Herivelton Martins, o Vetinho.

¹ Um módulo fiscal no município de Moju equivale a 70 hectares.

² Espécie de prensa ou espremedor de palha trançada usada para extrair o tucupi e secar a massa da mandioca ralada.

³ Utensílio de forma retangular feito de tala com pequenos orifícios, usado para peneirar a massa da mandioca, extração da goma dentre outras utilidades.

⁴ O tucupi ou manipueira é um líquido residual gerado no momento da prensagem da massa ralada para a confecção da farinha de mesa. O líquido deve ser fervido para a eliminação do ácido cianídrico. O tucupi é usado na culinária paraense no Pato no Tucupi e no Tacacá.

⁵ Utensílio de forma esférica feito de palha ou tala que serve para transportar e armazenar farinha, goma, mandioca etc.

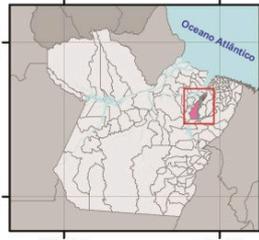
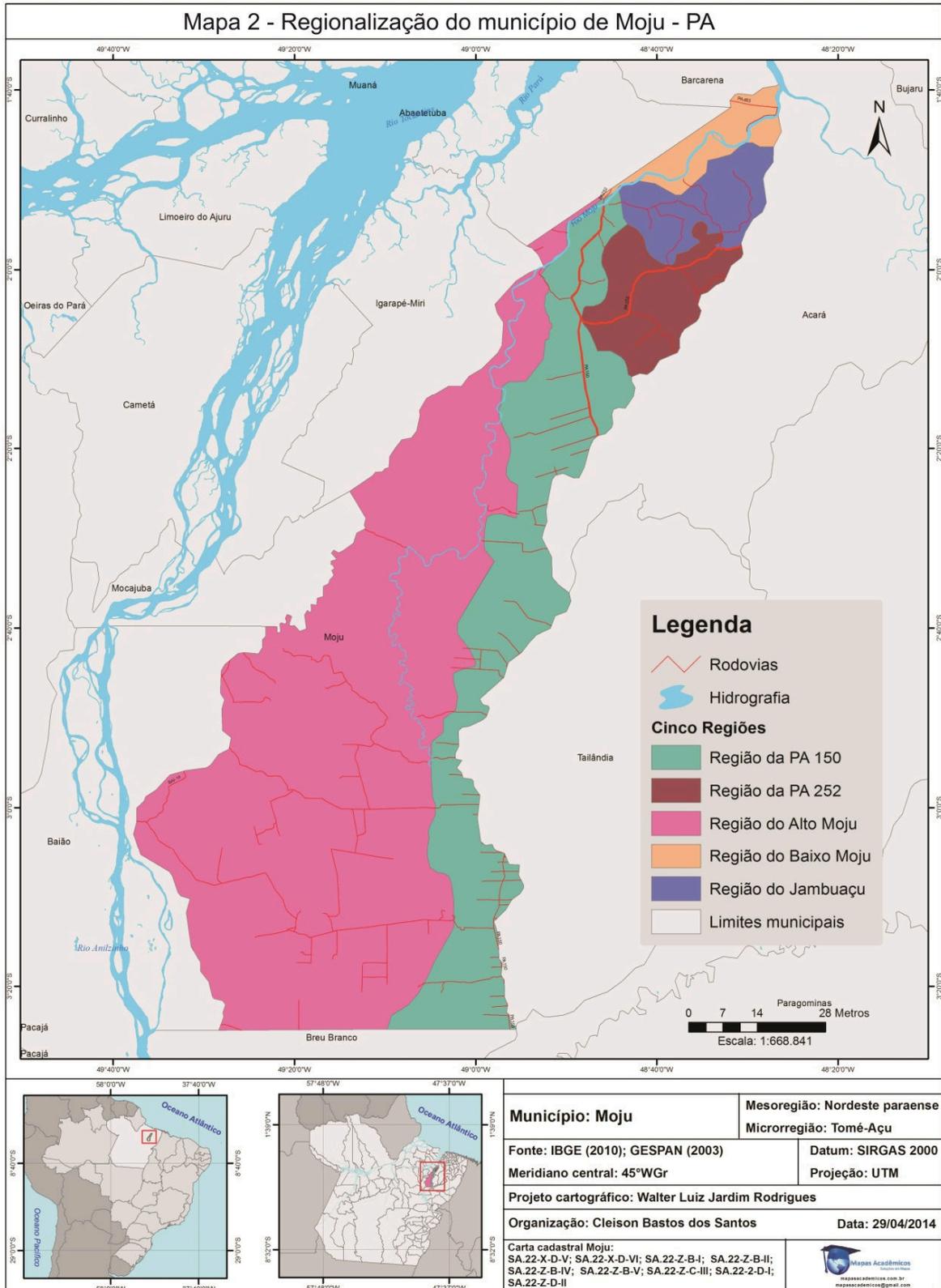
PROBLEMÁTICA E HIPÓTESE DA PESQUISA

Moju tem a maior extensão territorial dentre os municípios da microrregião de Tomé-Açu, com cerca de 9.094 km², por onde se distribuem mais de 150 comunidades, sendo elas *ribeirinhas*, que povoam as margens dos rios Moju, Cairari, Jambuaçu, Arauaí, Ubá dentre outros. Em todas as direções encontramos os *sitiantes*, isto é, pequenos produtores rurais que habitam os sítios. A nordeste do município temos os *quilombolas*, representando as comunidades negras, que em sua maioria se aglutinam no território quilombola do Jambuaçu. Ao sul, a Reserva Indígena dos anambés.

Para o estudo das comunidades camponesas adotamos, neste trabalho, a regionalização criada no ano de 2003 para o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) Participativo. A execução e o gerenciamento do zoneamento contou com a participação do projeto GESPAN – Gestão Participativa de Recursos Naturais, coordenado pelo DFID – Departamento para o Desenvolvimento Internacional do governo britânico, tendo como parceiras a EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL, a EMATER, a Universidade Federal Rural da Amazônia, a Secretaria de Ciência e Tecnologia, a Universidade do Estado do Pará e a Prefeitura Municipal de Moju. A área político-administrativa do município ficou dividida em cinco regiões: a região do Baixo Moju, a região do Jambuaçu, a região da PA-252, a região da PA-150 e a região do Alto Moju, como mostra o **mapa 2**.

Dentre as atividades econômicas produtivas desenvolvidas no município de Moju, por empresas ou empresários individuais, temos atividades madeireiras (extração e beneficiamento), extração de seixo; extrativismo de seringa, no Projeto Seringa no Alto rio Moju; monocultura de coco, localizado na SOCOCO; monocultura de dendê, do Grupo Agropalma, Marborges, Belém Bioenergia e Biopalma na PA-150 e PA-252; e pecuária bovina e bubalina, às margens das rodovias PA-150 e PA-252. Mas são os roçados de mandioca, para fabricação de farinha, produzidas nas unidades camponesas, que constituem a base econômica que sustenta as comunidades rurais do município cujo solo, clima, e temperatura apresentam condições favoráveis ao plantio.

Mapa 2 - Regionalização do município de Moju - PA



Município: Moju		Mesoregião: Nordeste paraense	
		Microrregião: Tomé-Açu	
Fonte: IBGE (2010); GESPAN (2003)		Datum: SIRGAS 2000	
Meridiano central: 45°Wgr		Projeção: UTM	
Projeto cartográfico: Walter Luiz Jardim Rodrigues			
Organização: Cleison Bastos dos Santos		Data: 29/04/2014	
Carta cadastral Moju: SA.22-X-D-V; SA.22-X-D-VI; SA.22-Z-B-I; SA.22-Z-B-II; SA.22-Z-B-IV; SA.22-Z-B-V; SA.22-Z-C-III; SA.22-Z-D-I; SA.22-Z-D-II			

Nas comunidades, o cultivo de mandioca vem cedendo, paulatinamente, nos últimos anos, espaço e mão de obra para a monocultura do dendê. As transformações que se processam no espaço agrário mojuense refletem as políticas empreendidas pelos militares para a região amazônica, sobretudo, a partir da década de 1980, com o II PND - Plano de Desenvolvimento Nacional e sua leitura regional, e o II PDA - Plano de Desenvolvimento da Amazônia. A partir desses planos, os grandes empreendimentos econômicos se projetam no espaço amazônico.

É nesse contexto que temos a chegada de empresas de grande porte para o município de Moju e adjacências. Dentre as que se instalaram na década de 1980 podemos destacar a Agropecuária Olho D'água; a REASA – Reflorestadora da Amazônia S/A, atualmente (Marborges); a SOCOCO Agroindústria da Amazônia S/A; e o Grupo Agropalma. Os plantios de coco e de dendê desenharam novas paisagens no campo mojuense bem como a prática agrícola pouco utilizada pelo caboclo local, já que sua tradição era com o roçado e a agricultura temporária. Desde então, o município se destaca nacional e internacionalmente na produção e no cultivo do dendê.

Ressaltamos, porém, que temos períodos distintos na história da monocultura da palma de dendê no Moju. O primeiro momento dá-se com a REASA e o Grupo Agropalma, na década de 1980. Mas é a partir da criação do Programa Nacional de Produção do Biodiesel (PNPB) e o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo, lançados no ano de 2004 e 2010, que se desenvolve a atual dinâmica territorial da cultura da palma de dendê na microrregião de Tomé-Açu, no nordeste paraense. Esses programas fomentam e normatizam a expansão das empresas já consolidadas na região como o Grupo Agropalma e a Marborges, bem como a chegada de novos empreendimentos do ramo como as empresas: Petrobrás Biocombustíveis (PBIO), a Biopalma/Vale, a GALP Energia, a Multinacional ADM - Archer Daniels Midland Company. (NAHUM; MALCHER, 2012).

No início dos anos 2000, o biodiesel foi definitivamente inserido na matriz energética brasileira com o Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB), que tem como objetivo a produção de biodiesel de forma sustentável, promovendo, simultaneamente, a inclusão dos camponeses na cadeia produtiva do dendê.

As comunidades analisadas neste trabalho foram selecionadas por sua relação direta com dendeicultura. Tratam-se de comunidades inseridas no **Programa de Agricultura Familiar com Cultura de Dendê** das empresas da região. Por questões de logística, elas distam 50 km da esmagadora, por conta da pericibilidade dos frutos, que

devem ser processados num prazo de 24 horas para não perderem a qualidade. As comunidades integradas à cadeia produtiva do dendê são aquelas do Arauaí, localizadas na região do Alto Moju, que tem dois projetos. O projeto I, também chamado de Arauaí I, que se iniciou em 2002 e o projeto III, também chamado de Arauaí II, criado em 2005. Além dessas, as comunidades do eixo da PA-150, como a do Apiteua, Olho D'água, Jupuuba e Vila da Paz, Ramal Jupuuba e as comunidades do Sarapoí e Pirateua; e do eixo PA-252, as comunidades do Severo e São Pedro. Assim, o foco são as comunidades camponesas integradas à cadeia produtiva do dendê nas três maiores regiões do município de Moju, sendo elas a região do Alto Moju, a PA-150 e a PA-252.

COMUNIDADE	REGIÃO	EMPRESA	RELAÇÃO
Arauaí (Projeto I e III)	ALTO MOJU	AGROPALMA	Integrada
Jupuuba	PA-150	BIOPALMA/VALE	Integrada
Pirateua	PA-150	BIOPALMA/VALE	Integrada
Olho D'água	PA-150	BIOPALMA/VALE	Integrada
Sarapoí	PA-150	BIOPALMA/VALE	Integrada
Vila da Paz	PA-150	BIOPALMA/VALE	Integrada
Ramal do Levi	PA-150	BIOPALMA/VALE	Integrada
Apiteua	PA-150	BIOPALMA/VALE	Integrada
Severo	PA-252	MARBORGES	Integrada
São Pedro	PA-252	MARBORGES	Integrada

Quadro 1 - Comunidades, regiões e empresas estudadas.

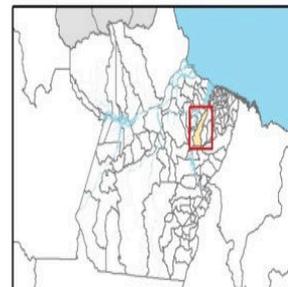
Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

O **mapa 3** pontua no território de Moju as áreas das comunidades, das empresas e seus respectivos eixos que serão identificados e analisadas no presente trabalho.

Mapa 3 - Comunidades e empresas analisadas neste trabalho

p.24

Situação no Estado



LEGENDA

Zona de Influência 1

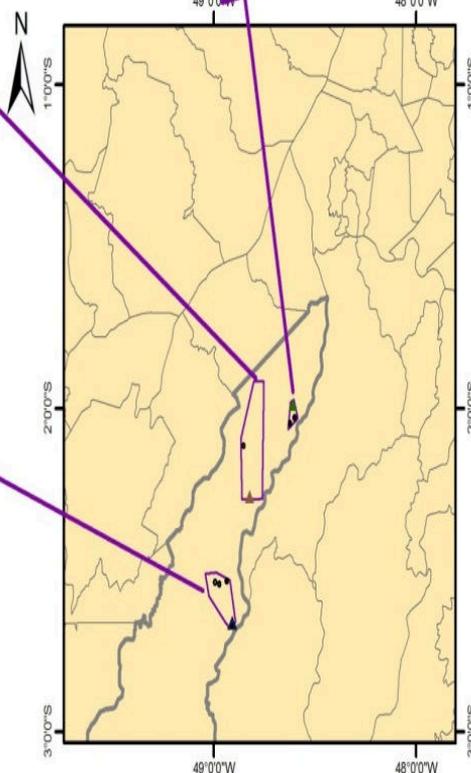
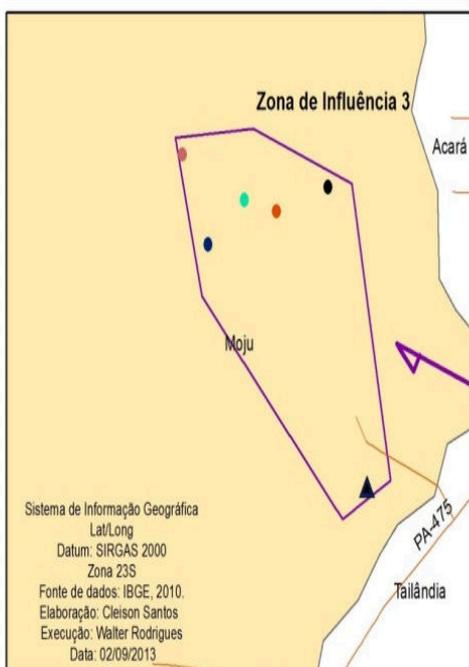
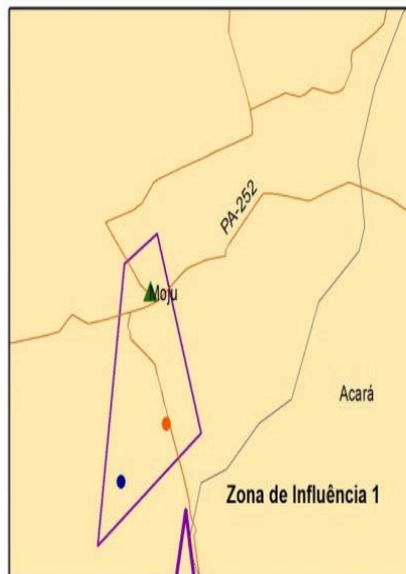
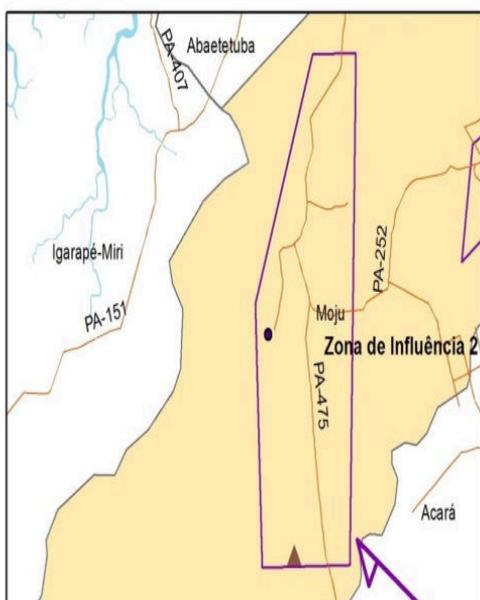
- Vila São Pedro
- Vila Severo
- ▲ MARBORGES
- ↗ Estradas

Zona de Influência 2

- ▲ BIOPALMA/VALE
- Jupuba
- Vila Sarapoí
- Ramal do Levi
- Vila Ariteua
- Vila da Paz
- Vila Olho D'água
- ↗ Estradas

Zona de Influência 3

- ▲ AMAPALMA
- Arauai
- Projeto I
- Projeto III
- Com. Soledade
- Soledade I
- ↗ Estradas
- ▭ Zona de influência
- ▭ Limites municipais
- ▭ Limites estaduais



Sistema de Informação Geográfica
 Lat/Long
 Datum: SIRGAS 2000
 Zona 23S
 Fonte de dados: IBGE, 2010.
 Elaboração: Cleison Santos
 Execução: Walter Rodrigues
 Data: 02/09/2013

Tendo esboçado os traços da situação geográfica em foco, perguntamos: Quais mudanças a dendeicultura imprimiu no modo de vida, nas formas de trabalho e na produção das comunidades camponesas onde a atividade aportou?

Partimos da hipótese de que a introdução do plantio do dendê trouxe mudanças no modo de vida, nas formas de trabalho e de produção das comunidades camponesas onde a atividade aportou.

OBJETIVO GERAL

Analisar as mudanças que a dendeicultura imprimiu no modo de vida, nas formas de trabalho e da produção das comunidades camponesas onde a atividade aportou.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analisar as formas de associação da agricultura camponesa às empresas Agropalma, Biopalma e Marborges no Moju.

Examinar como a dendeicultura reinventa a dinâmica do trabalho em comunidades tradicionais no município de Moju.

Utilizamos, neste trabalho, três procedimentos metodológicos complementares que são:

a) Metodologia Analítica, que diz respeito à forma como estruturamos o trabalho no campo do pensamento. Os conceitos de *periodização* e *evento* de Santos (2006), Santos;Silveira (2001) nos ajuda neste caminho. O primeiro nos remete à ideia de períodos de tempos, cada período é portador de um sentido. O segundo são as ações que dão vida ao lugar, à região ou à nação. Sendo assim, pensamos o trabalho em três momentos: um período de tempo denominado de **T1** – que diz respeito ao **Tempo anterior** à chegada do projeto comunitário do dendê nas comunidades. Em seguida, temos a implantação do projeto de dendê e, por fim, um período chamado de **T2** – o **Tempo a partir da** implantação da dendeicultura nas comunidades.

b) Metodologia operacional: diz respeito às ferramentas utilizadas na construção do trabalho. Realizamos revisão bibliográfica e a análise de autores que discutem conceitos como agricultura familiar, camponeses, comunidades tradicionais, território, modo de vida e outros serão valiosos para a compreensão do objeto de estudo.

Fizemos o levantamento cartográfico e de imagem de satélites das áreas de plantação de dendê na microrregião de Tomé-Açu. Esses dados foram úteis para o entendimento da espacialidade do território do agronegócio do dendê e sua expansão nas comunidades tradicionais do Baixo e Alto rio Moju, da região do Jambuaçu e da PA-150 e PA-252. Mas foi o trabalho de campo que nos proporcionou informações valiosas, pois entramos em contato com o cotidiano da comunidade. Realizamos entrevistas com perguntas abertas, estruturadas ou semiestruturadas para os camponeses e representantes das associações da comunidade do Arauaí. Realizamos visitas nas empresas de dendeicultura da região como a Marborges, Belém Bioenergia Brasil, a Guan Feng Group e a Biopalma, bem como as instituições que tratam da agricultura como a EMATER Escritório Local, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretaria de Agricultura de Moju.

O trabalho de campo data de antes mesmo de nossa entrada no mestrado. Nossas andanças pelo Alto Moju iniciaram no começo de 2002 e, de forma mais sistemática, deram-se no ano de 2011, quando permanecemos na região por seis dias (de 12 a 16 de setembro), três deles entrevistando camponeses do projeto II da Associação dos Agricultores da Comunidade da Soledade e três dias entrevistando camponeses do projeto I e III da comunidade do Arauaí. Em 2014, realizamos quatro campos na comunidade do Arauaí. Sendo três deles com suporte do Grupo de pesquisa GDEA; um campo de um dia no dia 6 de fevereiro e dois campos de dois dias em 6 e 7 de junho e 29 e 30 de agosto e um campo de 26 a 31 de dezembro. Foram realizadas, nos projetos I e III, 44 entrevistas.

Em maio de 2014, realizamos um campo de um dia nas comunidades do Severo e de São Pedro na região da PA-252 e retornamos no dia 5 e 6 de janeiro de 2015. Foram feitas cinco entrevistas nesta região, sendo uma na primeira comunidade e quatro, na segunda. Na região da PA-150, realizamos trabalhos de campo na comunidade do Sarapói e no Ramal do Levi no dia 24 de outubro de 2014 e 7, 8 e 9 de janeiro de 2015 nas comunidades do Pirateua, Apiteua, Olho D'água, Vila Jupuba e Vila da Paz. Foram entrevistados 17 camponeses nesta região. No total, foram feitas 66 entrevistas em três regiões: Alto Moju, PA-150 e PA-252.

A partir do referencial teórico e da pesquisa de campo foi possível traçar um cenário das metamorfoses no modo de vida, nas formas de trabalho e na produção dessas comunidades bem como vislumbrar as relações entre dendeicultura e a produção de alimentos. Este último aspecto ficou ressaltado quando comparamos o calendário

agrícola dos camponeses integrados ao dendê e aquele utilizado na tradicional lavoura branca.

Além desta introdução a dissertação tem quatro capítulos e uma conclusão. O primeiro capítulo, **“Comunidades tradicionais, comunidades camponesas e agricultores familiares”**, traz da parte eminentemente conceitual da dissertação, em que se faz uma análise do conceito e das características desses sujeitos sociais, que habitam o meio rural. Para tanto, lançamos mão de obras de autores que contribuem para o debate conceitual, tais como: Wolf (1970), Moura (1988), Martins (1995), Fernandes (2006), Oliveira (2001), Carvalho (2005), Wanderley (2003), Abramovay (1992), Lamarche (1993), Almeida (2004), Diegues (2000; 2008), Souza; Brandão (2012) e Toledo (2001).

No segundo capítulo, **“A dendeicultura na Amazônia e no município de Moju”**, analisamos os condicionantes técnicos, políticos e territoriais que permitiram a chegada da dendeicultura na Amazônia paraense, bem como o seu processo de consolidação e expansão no município de Moju.

O terceiro, **“A dendeicultura em Moju: do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) ao Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo (PPSPO)”**, analisa o momento de maior dinamismo da história da dendeicultura, impulsionada por duas políticas de Estado do Governo Federal para o referido setor: o PNPB e o PPSPO. A partir de então temos um aumento significativo de Projetos de Agricultura Familiar com Cultura de Dendê e de novos empreendimentos dendeícolas na municipalidade, mas ambas alicerçadas por bases ambientais e sociais sustentáveis.

O capítulo quarto, **“Metamorfoses do uso do território pelos camponeses da região do Alto Moju, da PA-150 e da PA-252, integrados à cadeia produtiva do dendê”**, tem por objetivo analisar as mudanças e permanências na organização do trabalho, da produção e no modo de vida dos camponeses desta região antes e depois da integração à cadeia produtiva do dendê.

CAPÍTULO 1: Comunidades Tradicionais, Comunidades Camponesas e Agricultores Familiares: Um Diálogo Conceitual.

O objetivo deste capítulo é fazer uma revisão conceitual acerca dos termos populações ou comunidades tradicionais, comunidades camponesas e agricultores familiares. Procuramos compreender essas expressões a partir do uso do território⁶, posto que só através do produzir, do cultivar, do coletar e do relacionar com a natureza é que as comunidades rurais expressam o ser e o viver. O capítulo tem importância central para o trabalho porque nos permite conceituar os sujeitos sociais que sofrem os impactos advindos da dendeicultura. Revela-se, também, o modo de vida, as formas de produção, enfim, as relações sociais desses sujeitos que focalizaremos através da lente da ciência geográfica. Essas categorias permitem identificar, numa determinada fração do município, a existência de comunidades tradicionais e camponesas de produção ou simplesmente a presença de moradores ou assalariados rurais, pois a natureza da primeira é a reprodução de sua existência a partir do cultivo da terra, da coleta, da pesca, dos laços de solidariedade e de relações mercantis simples. Ao contrário das outras, que sobrevivem na sua totalidade de rendimentos oriundos do assalariamento, onde o campo passa ser apenas o espaço da morada, diferente do camponês, para quem o campo é a morada da vida.

Num primeiro momento, iniciamos uma discussão a respeito dos conceitos de comunidades tradicionais, comunidades camponesas e agricultores familiares, e, por fim, daremos nosso posicionamento no que concerne ao entendimento sobre o uso da categoria camponês neste trabalho. Para tal empreitada, utilizamos obras de autores nacionais e internacionais que discutem e debatem acerca da temática.

⁶ Como já temos mencionado repetidamente, o território, em si mesmo não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, isto é, como questão histórica. A categoria de análise é o território utilizado. A partir desse ponto de vista, quando quisermos definir pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana. [...] Dessa maneira, defrontamo-nos com o território vivo, vivendo. [...] (Santos; Silveira, 2001, p. 247).

1.1 Comunidades tradicionais.

A caracterização de populações tradicionais é bastante abrangente. O decreto presidencial número 6.040, de fevereiro de 2007, conceitua

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

A partir do exposto no decreto, pode-se caracterizar como populações tradicionais aqueles grupos que apresentam relações simbólicas, culturais e materiais com o território onde se encontram e, por outro lado, se reconhecem em condição de dependência do ecossistema, tirando deste os recursos naturais para sua reprodução social, cultural, religiosa e econômica.

Para Diegues (2008), o Brasil é um país que apresenta grande variedade de modos de vida e culturas diferenciadas que podem ser consideradas tradicionais, tais como as populações ribeirinhas, as extrativistas, de pescadores, de quilombolas; comunidades portadoras de crenças, visões de mundo singulares que se distinguem das demais sociedades localizadas no espaço urbano-industrial. Para o autor, sociedades tradicionais são

(...) grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Essa noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos (DIEGUES, 2008, p, 18).

Diegues; Arruda (2008) incluem entre as sociedades tradicionais as nações indígenas – “essa noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos” (DIEGUES; ARRUDA, 2008, p. 20). No entanto, Cunha (2009), não faz essa separação, pois

Embora, como buscaremos mostrar, as populações tradicionais tenham tomado os povos indígenas como modelos, a categoria “populações tradicionais” não os inclui. A separação repousa sobre uma distinção legal fundamental: os direitos territoriais indígenas não têm como fundamento a conservação ambiental, mesmo quando se verifica que terras indígenas figuram como “ilhas” de conservação em

contextos de acelerada devastação. Para realçar essa especificidade da legislação brasileira que separa os povos indígenas das “populações tradicionais”, não os incluiremos nesta categoria, e usaremos, quando necessário, a expressão “populações indígenas e tradicionais” (CUNHA, 2009, p. 219).

A análise de Cunha (2009) se diferencia daquela proposta por Diegues (2008) por separar as populações indígenas das tradicionais. Também se diferencia da expressão utilizada neste trabalho, posto que a autora usa a categoria “populações”, enquanto nós, tal como Brandão (2001), raciocinamos à luz da terminologia “comunidades tradicionais”, pois entendemos que a comunidade é o núcleo aglutinador dessas coletividades tal como definido por Wagley (1988):

[...] toda parte as pessoas vivem em comunidades- em bandos, em aldeias, em núcleos agrícolas, nas pequenas e nas grandes cidades. Nas comunidades existem relações humanas de indivíduo para indivíduo, e nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura. É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, tem suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas. Na comunidade a economia, a religião, a política e outros aspectos de uma cultura parecem interligados e forma um sistema geral de cultura, tal como o é na realidade (WAGLEY 1988, p. 44).

Para Diegues (2008), as principais características para as culturas e sociedades tradicionais são: a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*; b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; c) noção de *território* ou *espaço* onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) *moradia e ocupação* desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) reduzida acumulação de capital; g) importância dada à *unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio* para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à

pesca e atividades extrativistas; i) a *tecnologia* utilizada é relativamente *simples*, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há reduzida *divisão técnica e social do trabalho*, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) *fraco poder político* que, em geral, reside com os grupos de poder dos centros urbanos; l) *autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta* das outras. (DIEGUES, 2008, p. 88-89. *Grifos nosso*).

Toledo (2001, p, 2) pontua elementos que caracterizam os povos e as comunidades tradicionais e que estão, todos ou em parte, relacionados com os seguintes critérios: a) *são descendentes dos primeiros habitantes* de territórios que foram conquistados durante os descobrimentos; b) *são povos dos ecossistemas*, tais como agricultores, pastores, caçadores, extrativistas, pescadores e ou artesãos que adotam uma estratégia *multiuso* na apropriação *da natureza*; c) praticam formas de produção rural em *pequena escala e intensiva em trabalho*; d) *não dispõem de instituições políticas centralizadas*, organizam suas vidas a nível comunitário, tomando decisões em base de consenso; e) compartilham língua, religião, crenças, vestimenta e outros indicadores de *identificação* assim como uma relação estreita *com seu território*; f) apresentam uma visão de mundo específica consistindo de uma atitude de proteção e não-materialista em sua relação com a terra e os recursos naturais baseados num *intercâmbio simbólico* com o mundo natural; g) são dependentes de uma sociedade e cultura hegemônicas e h) identificam-se como povos e comunidades tradicionais (TOLEDO, 2001, p. 2, *Grifos nosso*).

Praticamente não há diferenças entre as duas caracterizações. O que há são aproximações como a autoidentificação que apresentam visões de mundo, fraco poder político e estrita relação com o território.

Dentre as características elencados por Diegues (2008), *o modo de vida* se destaca como um dos mais importantes. O modo de vida das comunidades tradicionais varia de acordo com o lugar onde elas vivem. E, como o território brasileiro é preenchido por uma grande variedade de ecossistemas, tais como a caatinga, o cerrado, a mata de araucária, os pampas e a floresta amazônica, temos, por conseguinte, comunidades vivendo de formas distintas nos mais diferentes rincões do País. Desse modo, a diversidade humana e cultural está associada com a diversidade da vida biológica dessas áreas (TOLEDO, 2001). Assim, o modo de vida dessas populações é construído por meio das relações entre si e com a natureza, mediadas pelas técnicas elaboradas e reformuladas de geração em geração no intuito de não apenas se adaptar ao

meio, mas criar estratégias de sobrevivência e de intervenção na natureza, expressadas na arquitetura das moradias, nas vestimentas, nos novos usos da terra, da fauna e da flora.

Tal como o *modo de vida*, a *autoidentificação* é para Diegues (2008) e Toledo (2001) de suma importância para o entendimento da cultura das populações tradicionais, pois remete à *identidade*. Os moradores dessas comunidades se autodenominam a partir das suas particularidades inerentes aos seus ecossistemas. A noção de *território* aparece tanto nas elaborações de Diegues (2008) quanto nas de Toledo (2001), como um importante elo na relação entre populações tradicionais e a natureza. O primeiro autor, citando Godelier (1984), conceitua o território como uma porção da natureza e do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos o uso da totalidade ou parte de seus recursos; os direitos estáveis de acesso e controle sobre os recursos naturais aí existentes, garantindo os meios de subsistência (Godelier, 1984, *apud* Diegues, 2010). Nessa perspectiva, o território é a principal referência dessas comunidades.

Brandão (2001) a partir de seus trabalhos de campo no Sertão Roseano, expõe sua concepção de comunidade tradicional, que se caracteriza por: a) dinâmicas temporais de vinculação a um espaço físico que se torna território coletivo pela transformação da natureza por meio do trabalho de seus fundadores que nele se instalaram; b) um saber peculiar, resultante das múltiplas formas de relações integradas à natureza, constituído por conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente; c) uma relativa autonomia para a reprodução de seus membros e da coletividade como uma totalidade social articulada com o "mundo de fora", ainda que quase invisíveis; d) o reconhecimento de si como uma comunidade presente herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direitos de posse e proveito de um território ancestral; e) a atualização pela memória da historicidade de lutas e de resistências no passado e no presente para permanecerem no território ancestral; f) a experiência da vida em um território cercado e/ou ameaçado e; g) estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental.

Almeida (2004) visualiza nos povos e nas comunidades tradicionais um processo de territorialização em curso. As comunidades tradicionais engendram movimentos sociais que são construídos politicamente através das mobilizações pelo acesso comum aos recursos naturais e fortalecidas pela construção de território e

identidades específicas (autodefinições) ou pela afirmação étnica. O autor conceitua povos e comunidades tradicionais assim:

Os povos e comunidades tradicionais, embora apoiados também nas unidades de trabalho familiar e em diferentes modalidades de uso comum dos recursos naturais, apresentam uma consciência de si como grupo distinto, com identidade coletiva própria, e formas de organização intrínsecas que não se reduzem à ocupação econômica ou à relação com os meios de produção (ALMEIDA, 2010, p.105).

As características até aqui elencadas como constitutivas das comunidades tradicionais podem ser perfeitamente visualizadas, sobretudo, no Moju em nossa área de estudo. A **figura 1** revela traços do modo de vida tradicional da comunidade do Arauaí, no município de Moju, localizada nas proximidades do Alto rio Moju, antes de sua inserção na dinâmica da cultura perene do dendê.



Figura 01 - Dona Benedita pescando no igarapé Arauaí em 1998.

Fonte: Revista Globo Rural, 1998, p. 33.

A **figura 1** acima foi registrada em 1998, quando a equipe da Revista Globo Rural, fez uma reportagem descrevendo aspectos do modo de vida dos povos e populações tradicionais da Amazônia. A reportagem chamava-se “Povo das Águas”. A reportagem mostra que, na Amazônia, o campesinato assume feições e traços que não visualizamos em outras partes do Brasil, posto que ele desenvolve suas atividades na terra, na floresta e na água (WITKOSKI, 2010). A senhora da foto é a Dona Benedita, conhecida popularmente na Vila do Arauaí como Bené. Ela traz nas mãos uma zagaia,

espreitando o peixe, um dos componentes da dieta alimentar dos habitantes da comunidade, no igarapé Arauaí.

Esses povos e comunidades tradicionais não apenas plantam e extraem os recursos que a mata lhes oferece. A floresta não é apenas recurso da produção, é também espaço do imaginário popular, das crenças e visões que os povos imprimem acerca das divindades encantadas que habitam tanto os fundos dos rios e igarapés quanto da floresta. Como relata a revista Globo Rural, “no igarapé Arauaí, a *Anhanga* é um gênio feminino, que tem a função de zelar pelos animais da floresta” (1998, p, 34).

Outro exemplo de comunidades tradicionais no Moju são as populações afrodescendentes, cujas presenças datam da expansão da atividade canavieira no Grão-Pará e Maranhão, no século XVII. Moju, segundo Salles (1971), estava na área de maior abrangência da produção da atividade e, conseqüentemente, da mão de obra escrava negra. A presença de quilombolas no Moju está associada às fugas dos negros dos engenhos de cana-de-açúcar, localizados às margens do rio Moju, para o interior da floresta. A maioria dos fugitivos adentrou o campo mojuense pelas vias fluviais, seguindo sobretudo a calha do rio Jambuaçu. Por isso a presença marcante dos quilombolas neste território, onde constam 14 comunidades⁷ quilombolas reconhecidas e uma em processo de titulação.

Acevedo; Castro (1998), no livro *Negros do Trombetas: guardiões de mata e de rios*, mostram as relações que as comunidades negras estabelecem com a natureza, marcadas por sua identidade étnica e de seu modo de vida baseado nas atividades agrícola-extrativistas. Elas trabalharam com um complexo processo de aprendizagem e de reprodução de regras, normas, estatutos e conhecimentos armazenados pelo grupo. A identidade política e a defesa do seu território giram entorno de sua *etnicidade*. O uso dos recursos naturais se dá de maneira sustentável por conta de seu *etnoconhecimento*, que se traduz em uma *etnoconservação*.

Os conhecimentos das formas de manejo e de uso das espécies, de rios, lagos e solos por esses grupos de antiga ocupação têm, na nossa percepção e sensibilidade, grande importância, pois, na afirmação positiva de complementaridade e alternabilidade entre extrativismo e agricultura em sistemas ecológicos particulares (e sempre que a irracionalidade de mercado não compromete seus níveis de reprodução biológica), encontra-se a chave da economia e preservação

⁷ São elas: São Bernadino, Bom Jesus do Centro Ouro, Santo Cristo, Santana do Baixo, Nossa Senhora das Graças, Santa Maria do Traquateua, Santa Luzia do Traquateua, São Sebastião, Jacundaí, São Manoel, Vila Nova, Conceição do Mirindeua, Santa Maria do Mirindeua, Jacundaí, Ribeira e a comunidade Santa Luzia do Bom Prazer do Poacê, que está em processo de titulação.

da Amazônia. [...] Esse saber valioso sobre manejo e preservação geralmente não é incorporado pelas empresas e por órgãos oficiais, inclusive por aqueles que realizam atividades de pesquisa na Amazônia (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 31).

Diegues (2008) aponta relação estreita entre as comunidades tradicionais e *sustentabilidade*. É importante recordar, diz o autor, que o modo de produção característico dessas comunidades é o da pequena produção mercantil; ou seja, ainda que produzam para a venda, são sociedades que garantem sua subsistência por meio da pequena agricultura, da pesca e do extrativismo. São formas de produção em que o trabalho assalariado é ocasional e não é uma relação determinante, prevalecendo o trabalho autônomo ou familiar (DIEGUES, 2000, p. 92).

1.2 Comunidades camponesas

Para Martins (1995), as palavras “camponês” e “campesinato” são recentes no vocabulário brasileiro, tratam-se de conceitos cujas origens remontam ao continente europeu e que chegam ao Brasil via importação política, ou seja, são introduzidas pelos partidos de esquerda que procuraram adjetivar as reivindicações dos trabalhadores rurais brasileiros ocorridas em várias partes do território nacional durante a década de 1950. Desse modo, o termo camponês tem forte conteúdo político-ideológico.

Ainda segundo Martins (1995), os camponeses nomeados pelos partidos de esquerda e, posteriormente, pelo saber acadêmico, possuíam denominações regionais como, por exemplo, o “*caipira*”, morador do interior das regiões de São Paulo, Minas Gerais e Goiás; o “*caiçara*”, morador do litoral de São Paulo, bem como o “*caboclo*” do norte do País. É desse modo, que o termo *camponês* vai paulatinamente sendo usado para as diversas formas de relações e produção no campo brasileiro.

O trabalho de Chayanov (1981) é referência para o entendimento da natureza das unidades camponesas, sobretudo, no balanço entre trabalho e consumo. Concebe a unidade camponesa da seguinte maneira: a) a família como unidade central da economia camponesa; b) a equação entre trabalho e consumo: equilíbrio que se dá em função do tamanho e da composição da família (os que trabalham e os que não trabalham e só consomem); c) a diferenciação entre a unidade camponesa, que produz valor de uso, e a empresa capitalista, que produz valor de troca; d) a ausência das categorias salário, lucro

e acumulação na economia camponesa; e) a busca, pelo trabalho camponês, da satisfação das necessidades, sendo essa subsistência culturalmente definida.

Eric Wolf (1976) distingue as formas de vidas primitivas das civilizadas. Para ele, o que define uma sociedade civilizada e, por conseguinte a camponesa, é o aparecimento do Estado e seu poder de dominação sobre a sociedade. Esse processo ocorre no limiar da transição entre cultivadores de alimentos e camponeses. Portanto,

é somente quando um cultivador está integrado em uma sociedade com um Estado – isto é, somente quando o cultivador passa a estar sujeito a exigências e sanções de detentores do poder, exteriores a seu estrato social – que podemos falar apropriadamente de um campesinato. (WOLF, 1976, p. 26).

Assim, os camponeses são “cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante” (*Ibidem*, p. 16). Em outras palavras, a existência do camponês está vinculada pela sua posição subalterna apesar de ter acesso a terra e, por meio dela, conseguir um grau importante de autonomia.

Na Amazônia, a formação do camponês ou de um campesinato histórico amazônico dá-se a partir de um contexto específico, relatados por Lima; Pozzobon (2005) e por Costa (2012). Lima; Pozzobon (2005), estudando a classificação socioambiental da ocupação humana da Amazônia, distinguem nove categorias socioambientais de acordo com a pressão de uso e o impacto exercido no meio ambiente. Dentre essas categorias, o estudo se debruça sobre os pequenos produtores tradicionais originários do processo de ocupação colonial do vale amazônico pela monarquia ibérica. Estes sujeitos, segundo os autores, constituem o nascedouro do “*campesinato histórico amazônico*”, pois

a posição que ocupam na estrutura social e os trezentos anos de existência, permitem caracterizá-los como o “*campesinato histórico da Amazônia* [...]”. Apesar de essa terminologia fazer referência a uma população extensa e heterogênea, os critérios de classificação aqui adotados permitem agrupá-la em uma única rubrica. Se abstrairmos a especificidade territorial dos índios, a etnicidade e a condição tutelar de sua relação com o Estado, as características da economia doméstica dos produtores tradicionais e dos grupos indígenas dependentes da produção mercantil são as mesmas. [...] recebeu de forma impositiva um padrão cultural de consumo de artigos manufaturados que, por ser um dos requisitos para se aproximar da condição de civilizado, foi a razão por que se tornou produtor voluntário de mercadorias. Coletor de drogas do sertão, de borracha, de castanha, de juta e malva, agricultor de pequena escala, caçador, pescador etc. (LIMA; POZZOBON, 2005, p. 60).

O declínio da produção gomífera no início do século XX, associado com a migração dos seringalistas para a cidade e a ocupação dos seringais pautada por relações não mercantis de dominação, marca segundo Costa (2012), *a consolidação e a expansão de um campesinato agrícola na região*, “em parte também originado da decomposição dos seringais, fundamentalmente, entretanto, formado pelo processo contínuo da absorção de novas levas de migrantes diretamente advindos de outras áreas do país” (COSTA, 2012, p. 52).

Diferentes autores buscam elementos para a compreensão do campesinato amazônico. Cruz (2007b) é um deles, cuja tese de doutorado intitulada *Territorialização camponesa na várzea da Amazônia* analisou os impactos que a população regional vem sofrendo com a expansão do capitalismo na Amazônia. Nela, o autor opta pela designação de “ribeirinho”, que foi acompanhada do termo “camponês”, ou seja, “camponês-ribeirinho”.

Segundo Cruz (2007b), as formas de uso do território no ecossistema de várzea pelos camponeses-ribeirinhos são diversas, pois sua territorialidade transita por diversos ambientes amazônicos, terra, água e floresta. A territorialidade agropastoril, baseada no uso da terra, é bastante utilizada neste ambiente e está relacionada com a produção dos roçados de mandioca, macaxeira, milho e jerimum, todos com participação da mão de obra familiar. A territorialidade aquática vincula-se com o uso da água, centrada principalmente na atividade pesqueira. Até a década de 1980 a pesca nos lagos era exercida apenas pelos moradores locais, que faziam uso de materiais de captura de baixo impacto ambiental como a tarrafa, o caniço, o arpão, dentre outros. A partir desta década, por conta da crise provocada por questões econômicas e naturais, muitos camponeses-ribeirinhos se voltaram para a pesca comercial. Por sua vez, a *territorialidade florestal* está baseada na exploração individual e familiar da floresta. A floresta de restinga é utilizada para a caça, a coleta e o extrativismo. Outros trechos da floresta são usados para a extração da madeira e de lenha.

As empresas capitalistas que aportaram na Amazônia a partir da década de 1960, atraídas pelos incentivos fiscais emitidos pelo governo federal e regional, foram se territorializando e cooptando os camponeses-ribeirinhos à lógica da produção capitalista, contudo, sem expropriá-los. O objetivo das empresas é a drenagem da renda da terra gerada pelo agricultor familiar, seja no extrativismo bem como na atividade pesqueira (CRUZ, 2007).

Hébette *et al.*, (2004) empreende estudo para a compreensão do campesinato no mar, nos rios e na fronteira. Os autores examinaram o modo de vida e a organização dos camponeses da Amazônia paraense, porém, o uso do território pelo campesinato da Amazônia Oriental tem uma dinâmica diferente dos localizados na porção ocidental, por causa do dinamismo das estradas e da presença forte dos grandes projetos econômicos. Assim, o camponês da fronteira se caracteriza por uma intensa mobilidade espacial. O campesinato amazônico é assim sintetizado por Hébette (2005):

O modo de vida que, neste ensaio, será chamado camponês, e as populações que dele vivem também chamadas camponesas, se oferecem ao nosso olhar mediante algumas características fundamentais. Os camponeses são *produtores livres* de dependência pessoal direta – são ‘autônomos’; sua sobrevivência de homens livres lhes impõe *laços de solidariedade* cuja quebra ou enfraquecimento ameaçam seu modo de vida; esses laços mais primários são os de parentesco e de vizinhança que os levam a procurar se agrupar em ‘*comunidade*’; a busca de sua permanência e *reprodução numa mesma ‘terra’* (ou no mesmo ‘terroir’, como se diz em francês), traduzidos como apego à terra, é a marca do sucesso de seu modo de vida e a fonte de seu *cuidado com seu ambiente*: a migração para ele é uma fatalidade, a expulsão, uma degradação inaceitável. (HÉBETTE, 2005, p. 171). [*Grifos no original*].

A concepção de camponês adotada por Moura (1988) não difere da concebida por Hébette (2005). Para ele,

Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa e para a do príncipe, do tecelão e do soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto é um observador dos astros e dos elementos. Sabe onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convencionamos chamar de ciências. (MOURA, 1988, p. 9).

Um elemento central na discussão do termo camponês discutido tanto em Hébette (2004) como Moura (1988) e Wolf (1976) é o apego à terra. O camponês é aquele que lavra a terra, um cultivador que mantém relações viscerais com o chão, mas também com a água e a floresta. Constatamos essa característica na região do Jambuaçu em quatro trabalhos de campo realizados no primeiro semestre de 2013. Os dados levantados nas comunidades confirmam a agricultura como a principal atividade

econômica desses camponeses. É preciso salientar que as comunidades que estão localizadas nas proximidades da empresa Marborges possuem um percentual menor, posto que parte dos moradores são trabalhadores assalariados da empresa. A **figura 2** nos confirma a relação desses sujeitos com a terra.



Figura 2 - Roçado de mandioca e retiro de farinha na comunidade Santa Maria do Traquateua na região do Jambuaçu.

Fonte: Cleison Santos em trabalho de campo do GDEA, 2012.

Oliveira (1991) caracteriza alguns elementos da produção camponesa como a *força de trabalho familiar*, que constitui o principal motor do processo de trabalho na produção camponesa. As formas de cooperação camponesa tais como a *ajuda mútua* que é acionada quando a família não consegue completar totalmente a sua necessidade de trabalho. Essa prática de cooperação pode aparecer sob a forma de *mutirão* como também *nas trocas de dias de trabalho*. Outro elemento da produção camponesa decorrente dessa ausência de condições financeiras do camponês e do tamanho e composição da família é a *parceria*. Dependendo de sua necessidade, o camponês pode trabalhar fora da sua unidade familiar através do *trabalho acessório* e/ou *trabalho assalariado*. Mas devemos lembrar que essas ocupações são momentâneas.

A *socialização do camponês*, que consiste na assimilação por parte da criança da identidade do grupo através das atividades cotidianas, é outra característica do modo camponês de produzir. Assim como a *propriedade da terra, dos meios de produção e a jornada de trabalho*. É preciso lembrar que na *jornada de trabalho* não há rigidez de horário como na produção capitalista, o seu ritmo está atrelado ao ritmo da natureza.

Mendras (1978, p. 14) analisa as diferenças entre o selvagem, o camponês e o agricultor. Define a sociedade camponesa pelos seguintes aspectos, por contraste com o

selvagem e com o agricultor. Segundo o autor, o tipo ideal de sociedade camponesa teria cinco traços: a) a autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente; b) a importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida da coletividade; c) um sistema econômico de autarquia relativa; d) uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e a função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente.

Ploeg (2008), em *Camponeses e Impérios alimentares*, qualifica a agricultura camponesa moderna pela articulação estreita entre a produção e as relações sociais mais globais. O autor chama atenção para as relações entre os camponeses e as indústrias alimentares. Para o autor, ocorrem três grandes processos simultâneos na agricultura contemporânea: industrialização, recamponesinização e desativação. Diante da dominação da avassaladora presença dos impérios alimentares, desencadeia-se um processo de adaptação e resistência da sociedade camponesa, ancorada naquilo que chama de "condição camponesa" definida por seis características (PLOEG, 2008, p. 24-48): uma relação de coprodução com a natureza; a construção e autogestão de uma base autônoma de recursos próprios (terra, fertilidade, trabalho, capital); uma relação diferenciada com mercados diversificados autorizando certa autonomia; um projeto de sobrevivência e de resistência ligado à reprodução da unidade familiar; a pluriatividade; a cooperação e as relações de reciprocidade.

1.3 Agricultores familiares.

Para Wanderley (1996), a agricultura familiar não é uma categoria social recente. Nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. Como ele observa,

Fala-se de uma agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; propõem-se políticas para estimulá-los, fundadas em tipologias que se baseiam em sua viabilidade econômica e social diferenciada. (WANDERLEY, 1996, p. 2).

No Brasil, as políticas de Estado para o meio rural resignificam a categoria agricultor familiar tornando-a sinônimo de empreendedor ou empresa familiar rural. Assim, o termo agricultor familiar é recriado a partir do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA),

que se encontra amparado pela legislação nacional, contido no artigo 2º da lei 11.326, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente da República em 24 de julho de 2006. Neste artigo considera que

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Tendo em conta o atendimento de tais requisitos, inclui ainda “[...] silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; [...] aquiculturas que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; [...] extrativistas pescadores que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores. (Brasil, 2006, p. 10).

Para Neves (2007), o termo agricultor familiar é conceitualmente ambíguo e demasiadamente amplo, enquadrando-se mais em uma categorização socioprofissional do que propriamente para a definição de um segmento de agricultores.

Já para Wanderley (1996), o conceito de agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares, é um conceito polêmico entre os estudiosos do campesinato, até mesmo porque seu surgimento fez silenciar a presença do camponês no campo brasileiro. O conceito abarca praticamente todas as formas de relações de trabalho e produção, modos de vida do campo brasileiro. A agricultura familiar deve ser entendida como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1996, p.01).

Abramovay (1992), em seu livro *“Paradigmas do capitalismo agrário em questão”*, optou pelo conceito de agricultura familiar tal como ele o conheceu na Europa. Na leitura do autor, possui esse conceito possui relevância para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Para Abramovay (1992), o agricultor familiar moderno corresponde a uma profissão (um empreendedor), diferentemente do camponês, que se constitui um modo de vida. Enquanto este último apresenta como

traço básico a integração parcial a mercados incompletos, o primeiro representa um tipo de produção familiar totalmente integrada ao mercado e ao desenvolvimento capitalista.

A agricultura familiar é um estabelecimento [...] caracterizado por três traços básicos: a) os membros estão relacionados por parentesco ou casamento; b) a propriedade dos negócios é usualmente combinada com controle gerencial e, c) o controle é transmitido de uma geração para outra dentro da mesma família (ABRAMOVAY, 1992, p. 30).

Enquanto para Abramovay o agricultor familiar e o camponês constituem-se dois personagens distintos, para a professora Maria de Nazaré Baudel Wanderley (2009), o camponês é um tipo de agricultor familiar. Não se trata de opor um ao outro, mas que há uma continuidade e rupturas. Para que fique claro, desde já, diz a autora,

que entre agricultores familiares e camponeses não temos nenhuma mutação radical que aponte para a emergência de uma nova classe social ou um novo segmento de agricultores, gerados pelo Estado ou pelo mercado, em substituição aos camponeses arraigados às suas tradições. (WANDERLEY, 2009, p. 41).

Para a autora, o agricultor familiar, mesmo que moderno e inserido no mercado, guarda ainda muitos de seus traços camponeses.

A literatura concernente ao campesinato brasileiro é vasta e sua análise poderia se estender em demasiado, porém, nossa intenção não é nem esgotar a discussão e nem criar um conceito novo acerca das comunidades camponesas, mas, antes, mostrar que, apesar de serem abordados de modos diversos pelos inúmeros autores, há elementos comuns entre as três categorias.

Observa-se que os conceitos de comunidades tradicionais, comunidades camponesas e de agricultores familiares possuem aproximações que torna difícil saber quando começa um e termina o outro, até porque, segundo Diegues (2008), nenhuma cultura tradicional existe em estado puro. Assim, um determinado grupo social portador de cultura tradicional pode apresentar modos de vida de culturas longínquas de seu espaço geográfico. Mas, é preciso ter claro que são conceitos que obedecem a referenciais distintos. É preciso lembrar que o termo camponês é uma categoria exógena, transportada do contexto europeu para a realidade brasileira. Se pensarmos da maneira clássica, esse sujeito, tal como concebido por Wolf (1976), seria difícil encontrá-lo na Amazônia brasileira, posto que o cultivador de Eric Wolf está atrelado ao cultivo da terra, ou seja, à prática da agricultura. No caso da Amazônia, o camponês está em contato com diferentes ambientes – seja na terra, na água ou na floresta. O seu modo

de viver está organicamente atrelado aos vários biomas, mas, nem por isso, deixa de ter características da unidade camponesa familiar.

Podemos perceber que nas três categorias encontramos a tríade *terra, trabalho e família*. Esses elementos estão presentes praticamente em todos os estudos do campesinato, porém, encontramos outras características em comum que são em síntese as seguintes:

- a) predominância do trabalho e gestão da família na unidade agrícola;
- b) uso de mão de obra assalariada permanente ou temporária na unidade familiar;
- c) relações baseadas no parentesco, na vizinhança e na reciprocidade;
- d) sentimento de pertencimento da terra/território;
- e) produção para a subsistência e para o mercado;
- f) relativo grau de autonomia;
- g) relações baseadas tanto na propriedade da terra quanto na posse e/ou no uso dos recursos em comum;
- h) relações baseadas na sustentabilidade da natureza;
- i) saber local, ou seja, um conhecimento profundo dos recursos e dos ecossistemas;
- j) presença da policultura;
- l) transmissão do conhecimento de geração em geração;
- m) propriedade dos meios de produção; e
- n) presença do trabalho acessório e assalariado.

Apesar de ser estruturada em três momentos, a intenção do capítulo não é entender as categorias de forma isolada, mas de forma relacional com suas rupturas e continuidades. Chegamos, portanto, à conclusão, que está expressa nos traços elencados acima. Ou seja, aqueles recorrentes da interseção entre as três categorias analisadas, que, ao mesmo tempo, são os elementos utilizados por nós, aqui neste trabalho, para o entendimento de uma comunidade camponesa.

CAPÍTULO 2 – A Dendeicultura no Município de Moju.

O objetivo deste capítulo é analisar os condicionantes técnicos, políticos e territoriais que permitiram a chegada da dendeicultura na Amazônia paraense, bem como o seu processo de consolidação e expansão em Moju. O levantamento dos projetos do ramo da dendeicultura nas décadas de 1980, 1990 e 2000 nos permitiu espacializar a história desta cultura no território mojuense.

2.1 A dendeicultura nas políticas públicas: da SPVEA à SUDAM.

O dendê (*Elaeis guineensis*, Jacq.) é uma palmeira africana que chegou ao Brasil no século XVI e se adaptou muito bem no litoral sul da Bahia. Na Amazônia, o primeiro plantio em escala comercial se estabeleceu no município de Benevides, no estado do Pará, em 1968 (PANDOLFO, 1981). Dos frutos são extraídos dois tipos de óleo o de palma, retirado da polpa ou mesocarpo; e o de palmiste, obtido da amêndoa ou endosperma. Como mostra a ilustração abaixo.

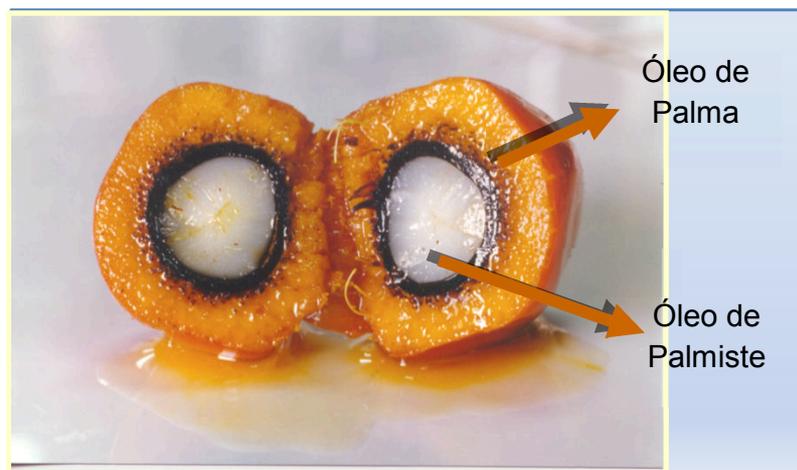


Figura 3 - Local de extração do óleo de palma e de palmiste.
Fonte: Agropalma, 2010.

O dendê é uma cultura permanente, com produção contínua ao longo do ano. Tem vida útil, do ponto de vista econômico, de 25 anos e é, dentre as oleaginosas cultivadas, a mais produtiva, com rendimentos entre 4 a 6 toneladas de óleo por hectare; correspondendo a 1,5 vez a produtividade do óleo de coco e duas vezes a do óleo de oliva, e mais do que 10 vezes a do óleo de soja. A produção dos cachos tem início a partir do terceiro ano após o plantio, chegando ao ápice entre 7 e 15 anos. Após esse período, começa a decrescer lentamente até o 25º ano. O plantio obedece ao

espaçamento de 9m x 9m, totalizando uma população de 143 plantas por hectare (SUFRAMA, 2003).



Figura 4 - Dendezal no Projeto III na comunidade do Arauaí em Moju.

Fonte: Cleison Santos, 2011.

A cultura do dendê na Amazônia tem sua origem com projeto piloto da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), que, em novembro de 1966, assinou uma cooperação técnica com o *Institut de Recherches pour Les Huiles et Oleagineux* (IRHO) da França. O convênio entre as duas instituições produziu em solo amazônico a primeira experiência com a espécie africana para verificar sua adaptabilidade na região. O projeto foi desenvolvido no município de Benevides, PA, num total de 3.000 hectares, divididos em 1.500 que ficaram a cargo de agricultores locais através de plantações satélites e 1.500 plantado diretamente pela SUDAM, também responsável pela assistência técnica. Em 1973, no governo de Fernando Guilhon, a Secretaria de Estado de Agricultura do Pará (SAGRI) criou o Projeto Dendê com a finalidade de implantar 1.500 hectares dessa cultura, distribuídos em pequenos lotes, o que iria se constituir nas plantações satélites, localizadas no entorno da DENPASA. O empreendimento iniciou em 1968 e foi concluído em 1974. Nesse mesmo ano o projeto saiu da esfera federal (SUDAM) e passa para a iniciativa privada, para as mãos do consórcio HVA Internacional, *Cotia Trading* e a Dendê do Pará Ltda. (Denpal), que mais tarde passa a ter a denominação de Dendê do Pará S.A – DENPASA. (PANDOLFO, 1981; HOMMA, FURLAN Jr., 2001; MÜLLER *et al.*, 2005).

Em 1975, os agricultores filiados à Cooperativa Agrícola Mista Paraense (Cooparaense) aderiram ao projeto de dendê e plantaram 50.000 dendezeiros, abrangendo os municípios de Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, Benevides e Ananindeua. Quando os dendezeiros plantados entraram na fase produtiva, os agricultores passaram a entregar os cachos para a DENPASA. A Cooparaense posteriormente constituiu a Companhia Dendê Norte Paraense (Codempa), contando com uma usina de processamento de cachos, absorvendo a matéria prima produzida por seus cooperados. Em 1976, foi inaugurada a primeira fábrica de beneficiamento de óleo de dendê na Amazônia, pertencente à DENPASA, no atual município de Santa Bárbara. (MÜLLER *et al.*, 2005, p. 12).

2.2 Os condicionantes políticos: a obtenção de financiamentos.

A dendeicultura era considerada para a SPVEA e para o Banco de Crédito da Amazônia uma cultura de interesse prioritário para o desenvolvimento regional. Porém, a cultura exige altos investimentos. *“Trata-se de um aspecto importante a considerar por ser a agroindústria do dendê um empreendimento que demanda investimentos elevados nos seus primeiros anos, antes de atingir a fase produtiva”* (PANDOLFO, 1981, p. 31). Neste sentido, essas instituições, bem como as suas sucessoras – SUDAM e BASA, principalmente –, criaram em 1966 mecanismos de fomento para a agroindústria do dendê na Amazônia Legal. Elas foram responsáveis pela avaliação dos projetos e a liberação de recursos públicos para a implantação do monocultivo do dendê na região. Para tanto foi fundamental a lei n.º 5.174, de 27/10/1966, que dispôs sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da região amazônica. Para Petit (2003),

Num primeiro momento, os incentivos fiscais foram exclusivamente destinados a estimular as atividades industriais na Amazônia Legal, especialmente na área metropolitana de Belém, sendo os principais beneficiários os empresários locais. Em outubro de 1966 (Lei n.º 5.174, 27/10/1966, foi reformulada a política de incentivos fiscais com o intuito de estender esses benefícios também a projetos agropecuários a serem implantados na região, nos mesmos termos que os incentivos fiscais vinham sendo aplicados na área de atuação da Sudene. Num outro tipo de projeto, uma das principais justificativas para os incentivos fiscais, a serem aplicados, quer na Amazônia Legal quer no nordeste, era a falta de capital nessas regiões para a modernização das economias. (PETIT, 2003, p. 90).

Na década de 1980, a agroindústria do dendê obteve linhas de financiamento. Eram elas, o POC – Programa de Operações Conjuntas, destinado a investimento fixo e capital de giro; o FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos, para equipamentos nacionais; o Polamazônia, para investimentos fixos e de custeio; o Programa Nacional de Fronteira Agrícola, destinado a investimento fixo; o IOF – Imposto sobre Operações Financeiras, para capital de giro e ativo fixo; e o Fiset – Fundo de Investimentos Setoriais, para reflorestamento.

Por sua vez, os incentivos fiscais isentavam as empresas do imposto de renda, do ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, e das taxas sobre máquinas e equipamentos importados (CRUZ, 2006a). A **tabela 1** data o início dos projetos do ramo de dendê, os recursos recebidos e a área original prevista em hectares. Nesta época, havia uma previsão de aproximadamente 21.000 hectares de área plantada.

Empresas	Início do Projeto	Recursos	Área original prevista (ha)
DENPASA	1967	SUDAM	1.500
CODENPA	1973	BNCC	1.500
DENDÊ DO TAUÁ	1973	BNCC	950
DENAN	1980	SUDAM	3.000
REASA	1980	Fiset	3.000
AGROMENDES	1981	SUDAM	6.000
CRAI	1982	SUDAM	5.000
PALMASA	1991	SUDAM	-

Tabela 1 - Empresas e origem dos incentivos na sua formação.

Fonte: VEIGA, et al. 2005, p. 20.

Existem, atualmente, muitos mecanismos de crédito e incentivos para aqueles que pretendem investir na cultura de palma na região. O BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e o BASA – Banco da Amazônia S/A dispõem de linhas de crédito para o investimento em agroindústrias. Existe ainda recurso proveniente do Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM, bem como os incentivos fiscais oferecidos pelos governos estaduais para o setor (VEIGA *et al.*, 2001).

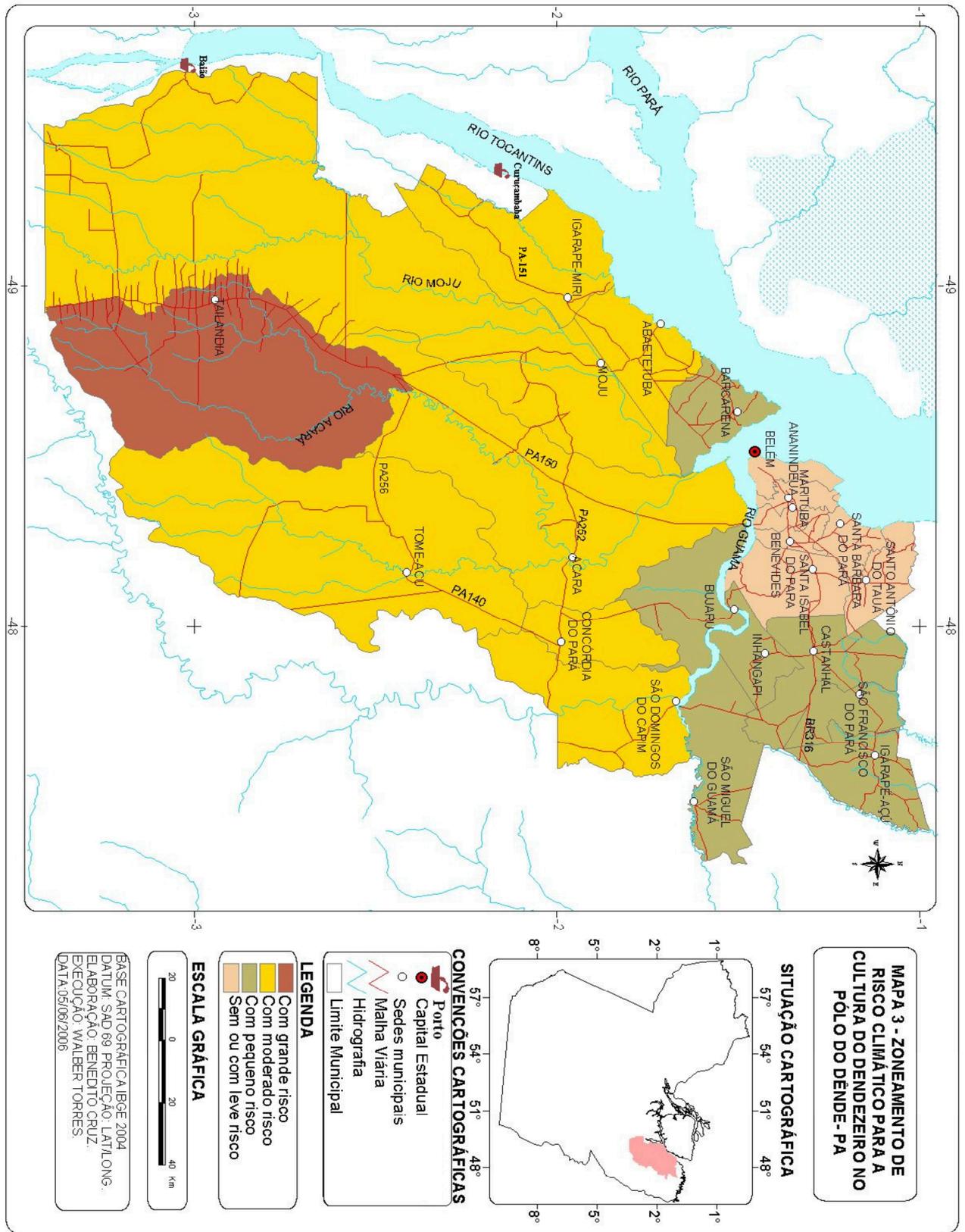
2.3. Os condicionantes naturais: os aspectos edafoclimáticos.

Em função das variáveis climáticas no Brasil, o instituto *Institut de Recherches pour les Huiles et Oleagineux* (PANDOLFO,1981) identificou a existência de três grandes áreas climaticamente favoráveis para o cultivo do dendzeiro no país. Área 1 - Nordeste do Brasil (sul do estado da Bahia); Área 2 - Amazônia Oriental (abrangendo os estados do Amapá e Pará); e Área 3 - Amazônia Ocidental (compreendendo os estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima) (PANDOLFO, 1981; MÜLLER, 1997). O IRHO classifica cada área da seguinte forma: a) com grande risco climático; b) com moderado risco climático; c) com pequeno risco climático; e b) sem ou com leve risco climático. O município de Moju está classificado com moderado risco como mostra o **mapa 4**.

Do ponto de vista edafoclimático as áreas localizadas na região amazônica e no sul da Bahia são as que ofereciam melhores condições para o desenvolvimento da cultura do dendê, semelhantes às do continente africano e asiático, tradicionais produtoras de palma. O crescimento da planta depende, sobretudo, de um conjunto de fatores ambientais fundamentais para altos índices de produtividade da espécie e sucesso do empreendimento, tais como a pluviometria, a insolação, a temperatura, a topografia e a estrutura física do solo, sendo que este último pode ter sua composição química alterável.

Segundo Müller (1980), uma variação nas condições ótimas não impede o cultivo do dendê, mas causa redução no rendimento e aumento do preço de custo. As condições ótimas são temperatura média mensal entre 25 e 28°C; temperatura média mínima mensal superior a 18°C; insolação bem distribuída e superior a 1.500 horas anuais; pluviometria bem distribuída e acima de 2.000 mm anuais, tendo no máximo três meses com menos de 100 mm; topografia plana com pendentes inferiores a 10% de declividade; a estrutura física do solo deve ser profunda e sem compactação até um metro da superfície; solos lateríticos ou de argila mal estruturada devem ser evitados, principalmente em regiões com períodos secos. Os solos preferenciais em termos de textura são os que apresentam entre 20% e 30% de elementos finos; o dendê é bastante tolerante quanto à composição química, porém, o ideal é que seja rico em húmus e com elementos nutritivos bem equilibrados. Adapta-se também a solos lavados, com baixa saturação de bases.

Mapa 4: Zoneamento de risco climático no estado do Pará



Fonte: CRUZ, Benedito E. Valente, 2006, p. 52.

2.4. Os condicionantes territoriais.

No estado do Pará a cultura do dendê se expande rapidamente. Há algumas razões para o referido feito. Além das vantagens ambientais, o estado possui algumas condições territoriais propícias ao empreendimento. Para Veiga et al., (2001), os condicionantes territoriais estão relacionados ao fato do Pará ser o mais populoso da região Norte (possui cerca de 50% da população da Amazônia); além de ser vizinho de uma das regiões mais populosas do Brasil, o Nordeste, o que representa uma importante reserva de trabalhadores, assim como um mercado em potencial de óleo de dendê e seus derivados; é, ainda, um dos estados que está melhor localizado com relação aos mercados da Europa, Estados Unidos e das Américas (Central, Norte e Sul). O Pará possui uma rede de fabricantes de máquinas e equipamentos específicos e uma força de trabalho especializada em dendê, além de ser bem servido por estradas, rios navegáveis e portos fluviais com saída oceânica.

Cruz (2006a) elenca os sistemas de objetos produzidos pela gestão do governador Almir Gabriel com o Programa Plurianual de Ação (PPA) de 1996 a 2000 para beneficiar a cadeia produtiva do dendê no estado. No período, a hidrovia do Capim (770 km) foi implantada; a rodovia PA-124 (Capanema/ Santa Luzia) foi restaurada e pavimentada; as rodovias PA-253 (Irituia / Capitão Poço), PA-256 (Paragominas /Rio Capim) e estrada Castanhal/Apeú também foram pavimentadas; a rodovia federal BR-316 no trecho Belém/Castanhal foi duplicada; as rodovias PA-124 (Capitão Poço/Ourém) PA-140 (Tomé-Açu /Concórdia /Bujaru) e PA-252 (Acará/Concórdia/Mãe-do-Rio) também foram pavimentadas; bem como o Sistema de Integração do Pará – Alça Rodoviária.

2.5. A dendeicultura no município de Moju.

Como foi dito na introdução deste trabalho, os empreendimentos agroindustriais entram no espaço agrário mojuense a partir das políticas empreendidas pelos militares na década de 1970, com o II PND - Plano de Desenvolvimento Nacional e sua leitura regional, e o II PDA - Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Dentre os empreendimentos mais significativos, derivados dessas políticas, destacamos: a REASA – Reflorestadora da Amazônia S/A, hoje, Marborges Agroindústria S/A; a Sococo Agroindústria da Amazônia S/A; a Universal Agroindustrial S/A e a Agropecuária Olho D'água Ltda.

A REASA foi responsável pela introdução da monocultura do dendê em solo mojuense. A reflorestadora chegou em 1980, situando-se no quilômetro 56 da PA-252, rodovia estadual que liga Moju ao município de Acará. Em 1990, a empresa foi vendida para a Marborges Agroindústria S/A. O plantio dos 3.000 hectares de dendê da REASA, além de provocar grandes desmatamentos e poluição dos recursos hídricos, gerou violentos conflitos de terra na região do Jambuaçu. Naquele momento, conforme Sacramento (2009) as empresas “usaram todos os meios para se apossarem de quantas quantidades de terras pudessem conseguir. Meios lícitos e ilícitos, como fraudes de documentos e o uso de pistoleiros para expulsar colonos das terras foram algumas marcas desse período” (SACRAMENTO, 2009, p.11). A chegada da REASA provocou um intenso processo de expulsão dos colonos das comunidades do entorno da empresa. Assim falou o agricultor identificado como Narciso aos pesquisadores da Nova Cartografia Social:

[...] apareceu uma firma chamada Reasa que entrava na terra nossa e vinha invadindo e tomando na marra nos deixando só com um pedacinho do terreno. Fomos ameaçados várias vezes por pistoleiro, que era pistoleiro para todo lado. Com essas ameaças foi que eles conseguiram tomar toda a nossa terra. (...) Nossa batalha dos anos 80 impediu que o dendê tomasse o território todo (ALMEIDA; MARIN, 2007, p. 3).

Naquele momento, a ameaça de perda de seu território provocou a reação dos camponeses de Jambuaçu. A única forma de enfrentar a entrada avassaladora dos projetos agroindustriais era a auto-organização. “Para os homens do campo, a esperança estava no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, fundado em 1973” (SACRAMENTO, 2009, p. 12). Além do sindicato, a Igreja Católica e a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE) participaram de forma ativa no processo de orientação e na luta a favor dos camponeses e contra as empresas agroindústrias. A tensão instalou-se no lugar e vários conflitos eclodiram. Um deles resultou na morte do vereador e empregado da REASA Edmilson Soares, do PDS, no dia 7 de setembro de 1983. Essa morte marcou o recuo da empresa na apropriação de novas terras no município (Sacramento, 2009).

Heranças desse período são 85 hectares de plantações de dendê localizados entre as comunidades de Nossa Senhora das Graças e Santana do Baixo, área reivindicada pelos camponeses do território quilombola de Jambuaçu. A disputa pelo uso do território continua. Segundo informações de uma das moradoras do território,

Esta área está em litígio, pois a comunidade, com assessoria da CPT – Comissão Pastoral da Terra Guajarina, entrou na Justiça requerendo a propriedade que atualmente está ocupada com o plantio da empresa Marborges. A área pertencia ao atual território quilombola antes da chegada da empresa REASA em 1980. A empresa apresentou uma documentação da área, mas como naquela época era comum a grilagem de terra, acreditamos não ser verdadeiro. Na verdade, a área onde está o plantio estava dentro da comunidade de Nossa Senhora das Graças, mas na época a comunidade não quis entrar na Justiça para ter de volta a área, mas nós da Santana do Baixo, entramos na justiça (Entrevista 01).

A área de plantio da REASA na década de 1980 era motivo da controvérsia. Segundo a CPT, a REASA possuía um título de 3.000 hectares e declarava-se proprietária de 20 mil hectares (Dossiê CPT, 2007 apud SACRAMENTO, 2009).

Em 1990, a REASA passa a enfrentar dificuldades financeiras e a empresa é vendida para o Grupo Marborges, constituído pelas empresas Marborges Agroindústria S/A e pela Reflorestadora Moju Acará Ltda., cuja sede está situada na vila Bacuriteua, no município de Moju, no quilômetro 56 da Rodovia Virgílio Serrão Sacramento, a PA-252.

A Marborges afirma ser detentora de uma área de 16.165 hectares, distribuídos da seguinte forma: 6.817 hectares de plantio de palma; 8.127 hectares de reserva contínua, 151 hectares de estradas; 460 hectares de reflorestamento com espécies nativas; 154 hectares de pastos; e 456 hectares de mata ripária⁸. Em 1992, com o funcionamento da usina esmagadora, a empresa inaugura a produção de óleo de palma e de palmiste que se destinam à indústria alimentícia e de cosméticos. Hoje, a empresa gera 850 empregos diretos. Em 2008, sua produção superou a marca de 15.000 toneladas de óleo de palma e 1.450 toneladas de óleo de palmiste (PINA, 2010).

No município de Moju, a empresa não possui vínculo com produtores independentes, apenas com produtores familiares de cinco projetos implantados em 2011, sendo quatro na comunidade do Severo, no km 61 da PA-252, e um na comunidade de São Pedro, na PA-252, no km 58, no município de Moju. Em 2014, foi implantado o sexto projeto, na comunidade João Lobo, no km 30 da PA-252, no município de Acará. Trataremos disto nos capítulos seguintes.

A propriedade da empresa limita-se às seguintes comunidades: Vila da Paz, Deus Proverá, Vila Trindade, Santana do Alto e Bom Jesus e Laranjal, todas no ramal

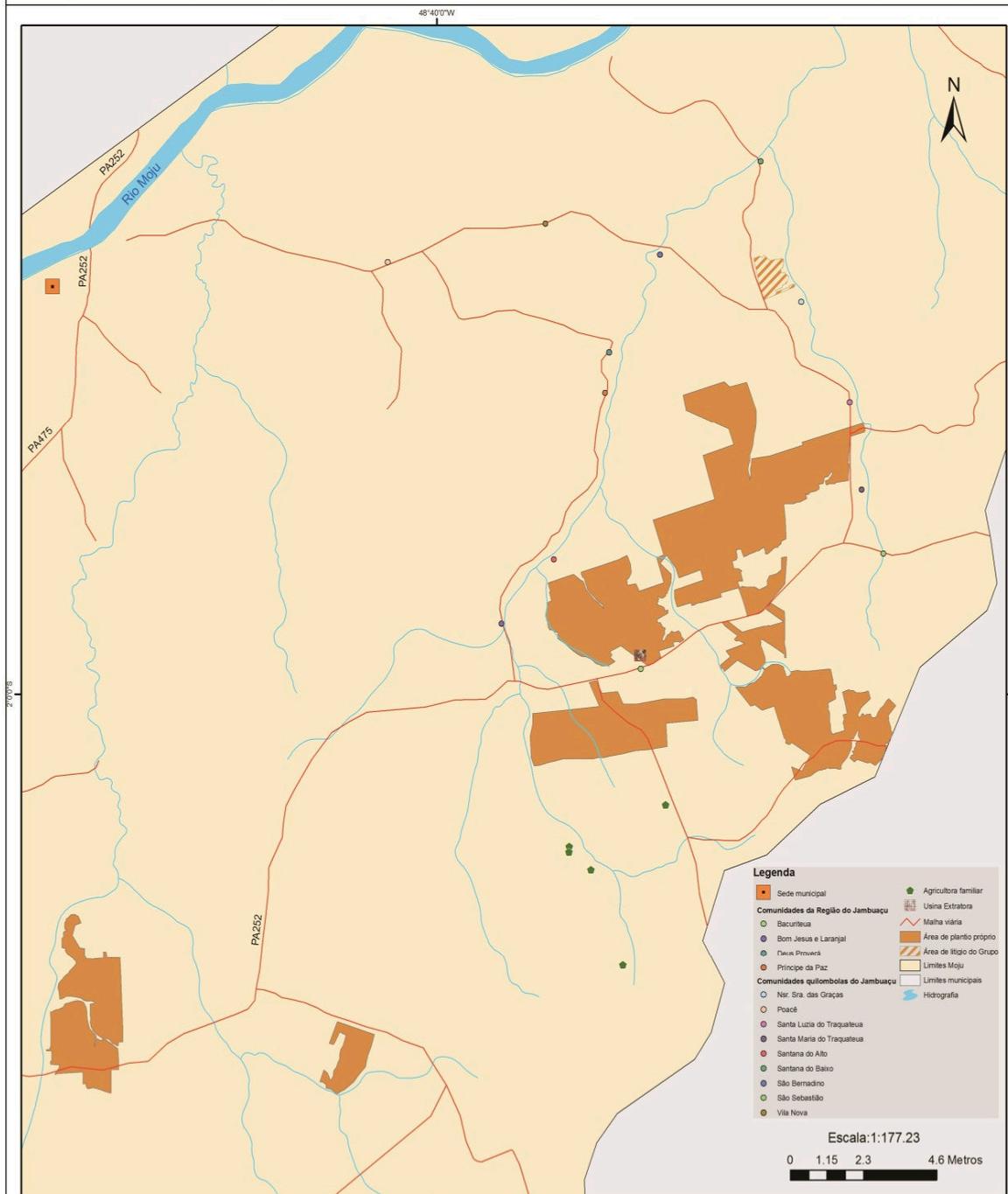
⁸ Ver www.marborges.com.br

Primavera, em Jambuaçu. Além destas, temos as comunidades do Bacuriteua, onde fica a sede da empresa, no km 56 e do Castanhandeua, no km 54 da PA-252; as comunidades quilombolas de Santa Maria do Traquateua, Santa Luzia do Traquateua e São Sebastião, esta última no km 40 da margem esquerda da PA-252.

Os plantios mais distantes estão na Fazenda Palmas I, localizada no km 81 da PA-252 (trata-se de uma de área de 1.954 hectares dos quais 600 estão ocupados com plantio de dendê); a Fazenda Palmas II, localizada no ramal da Sococo, com área de 233 hectares dos quais 200 são preenchidos com plantio de dendê. Segundo Pina (2010), a empresa possuía no ano de 2010 4.701 hectares plantados e no mesmo ano o grupo iria implantar mais 1.200 hectares em Moju, num total de 5.901 mil hectares de plantios próprios. A empresa divide suas áreas em módulos: o módulo I com 1.600 hectares; o módulo II com 1.100 hectares; o módulo III e IV com 1.350 hectares; o módulo V com 600 hectares; e o módulo VI com 1.600 hectares – perfazendo um total de 6.250 mil hectares plantados em território mojuense no ano de 2014. Acrescentando-se os 1.100 hectares de dendê da empresa no município de Garrafão do Norte e as áreas de associação de agricultura familiar (50 hectares em Moju, 10 hectares no Acará e 190 hectares em Garrafão do Norte), temos um total de 7.429 hectares de dendê plantados (MARBORGES, 2014).

O **mapa 05** representa o território da empresa em solo mojuense, nas modalidades plantio próprio (empresarial) e de agricultura familiar, bem como as comunidades circunvizinhas aos plantios da empresa.

Mapa 5 - Área de plantio, agricultura familiar e comunidades que estão no raio de influência do Grupo Marborges



Município: Moju

Mesoregião: Nordeste paraense

Microrregião: Tomé-Açu

Fonte: IBGE (2010); Dados da pesquisa (2014)

Datum: SIRGAS 2000

Meridiano central: 45°WGr

Projeção: UTM

Projeto cartográfico: Walter Luiz Jardim Rodrigues

Organização: Cleison Bastos dos Santos

Data: 18/04/2014

Cartas cadastrais Moju:
SA.22-X-D-V; SA.22-X-D-VI; SA.22-Z-B-I; SA.22-Z-B-II;
SA.22-Z-B-IV; SA.22-Z-B-V; SA.22-Z-C-III; SA.22-Z-D-I;
SA.22-Z-D-II



O plantio, em grande parte, data da época da REASA, na década de 1980. A Marborges iniciou a substituição dos plantios mais velhos (plantas superiores a 15 metros), por conta da baixa produtividade, pois dificulta a colheita, e pela ocorrência do Amarelecimento Fatal, o AF. Em 1994, ocorrem os primeiros casos de AF na empresa. Segundo Pina (2010), o replantio é feito com mudas de Híbridos Interespecíficos de origem *Tenera*, mais resistentes às doenças que acometem a espécie.

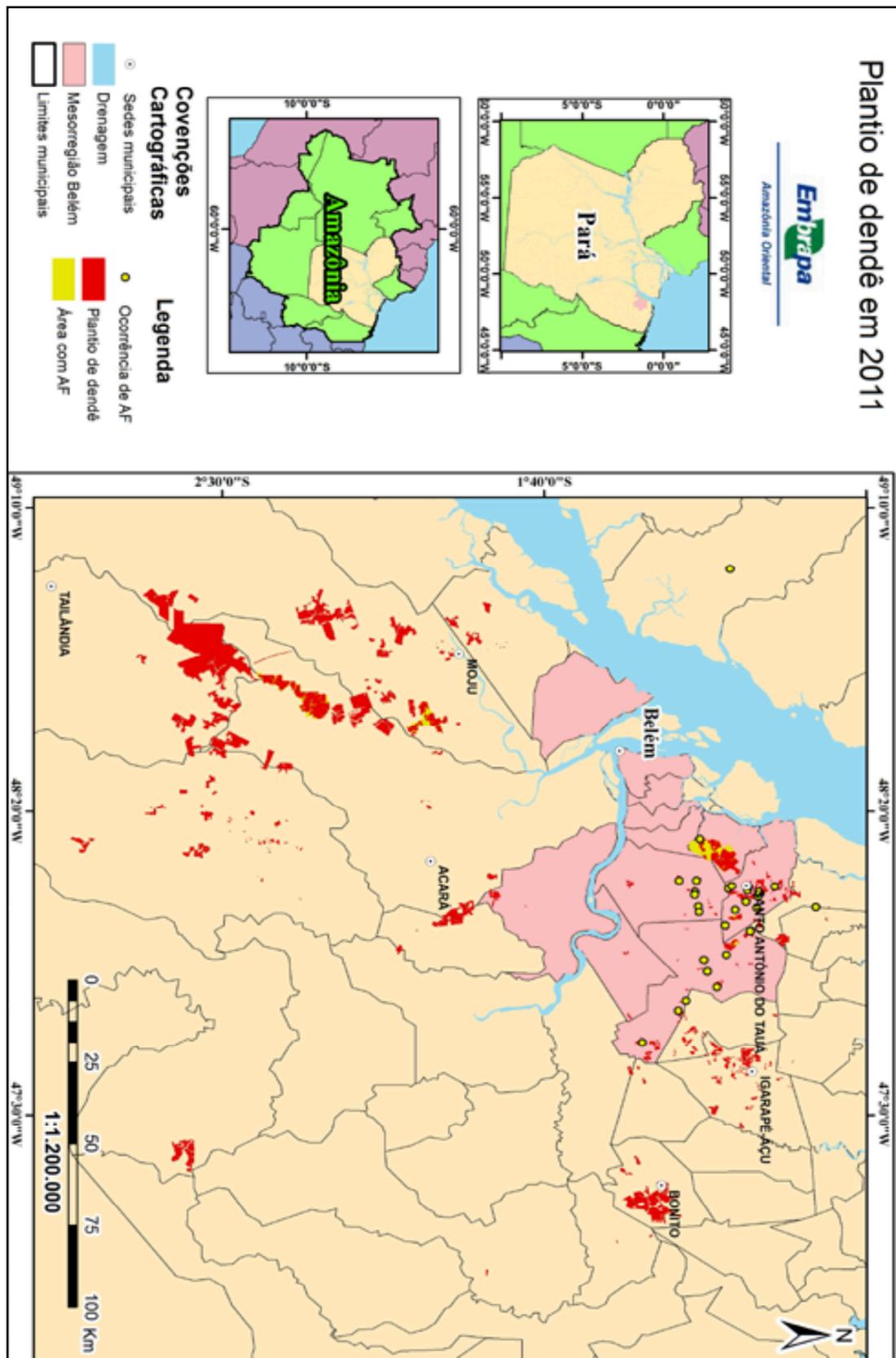


Figura 5 – Plantio do HIE e palmeiras afetadas pelo AF na Marborges.

Fonte: Emater Escritório Local Moju-PA, em 2010.

Em 2010 foram plantadas 1.200 hectares com as espécies híbridas Coari e Manicoré nas propriedades do Grupo, ambas adquiridas da Embrapa Amazônia Ocidental. Segundo Boari (2008, p. 14), o AF é uma ameaça ao desenvolvimento da dendeicultura no estado Pará agravada pelo fato de sua causa ser de origem desconhecida. Segundo esta autora, vários trabalhos foram realizados com o objetivo de determinar o agente causal do AF. No entanto, não foi encontrada ainda nenhuma correlação com insetos, problemas fisiológicos, solo e patógeno. No Pará, o AF foi detectado nos municípios produtores de Benevides, Santa Isabel do Pará, Tomé-Açu, Santa Bárbara, Santo Antônio do Tauá, Bujaru, Moju, Tailândia, Belém e Acará (**Ver mapa 6**). A palma de dendê é uma planta monoica, ou seja, apresenta flores masculinas e femininas. Na axila de cada folha, desenvolve-se uma gema floral que pode transformar-se em inflorescência masculina, feminina ou hermafrodita. Quando uma inflorescência se desenvolve para um sexo, o outro permanece rudimentar (MÜLLER; ANDRADE, 2006, p.86-87). Um grande número de insetos participa do processo de polinização do dendezeiro, porém, os mais eficientes são originários da África e são do gênero *Elaidobius*, e, entre eles, se destaca o *E.kamerunicus* (PINA, 2010).

Mapa 6: Áreas afetadas pelo Amarelecimento Fatal em municípios produtores.



Fonte: VENTUTIERI, 2011, p. 16

O Híbrido Interespecífico é uma espécie que se destaca por sua produtividade elevada e resistência às doenças como o AF, se comparado ao dendezeiro africano (*Elaeis guineensis*). No entanto, a espécie apresenta baixo nível de fertilidade. Ou seja,

[...] se não for circundado por palmeiras *Elaeis guineensis*, provavelmente terá uma quantidade exagerada de abortos e cachos malformados; assim, há necessidade de realizar a polinização assistida, que consiste em polinizar manualmente todas as inflorescências femininas em antese planta a planta no intervalo de dois em dois dias. Apesar de a operação ser onerosa, essa prática tem retorno econômico, já que existe um incremento substancial na produção de cachos (PINA, 2010, p. 198).

Segundo a Marborges, o HIE precisa de polinização assistida após o segundo ano de produção, mas o procedimento eleva o custo de produção da empresa porque é preciso fazê-lo de dois em dois dias. Além dos funcionários do corte do coco, a empresa precisa contratar trabalhadores para executar apenas essa tarefa. O retorno do HIE está na produtividade. Segundo o setor agrícola da empresa esta produtividade está atualmente na escala de 8 t/ha contra 4 a 6t/ha do intraespecífico tenera.



Figura 6 - Polinização assistida no HIE no plantio da Marborges em Moju (2010).

Fonte: Emater Escritório Local Moju-PA.

Na empresa, a polinização não é mais feita soprando o pólen na inflorescência, mas por meio de uma bomba de encher pneus de bicicleta adaptada pela empresa para a realização do serviço. Cada trabalhador é responsável por polinizar em média 10 hectares da espécie durante o processo. Por conta do aparecimento do AF, a empresa

resolveu diversificar as espécies vegetais em suas propriedades – como sabemos, a monocultura, cultivo de apenas uma espécie em dada área, diminui a biodiversidade; e, com menos oferta de nichos ecológicos, que ambientes diversificados oferecem, o ecossistema fica mais vulnerável ao aparecimento e proliferação de pragas. A Marborges resolveu consorciar alguns plantios com espécies florestais nativas e exóticas como o açaí (*Euterpe oleracea*), a teca (*Tectona grandis*) e o eucalipto (*Eucalyptus globulus*).

A Reflorestadora Moju Acará é quem introduz essas espécies nas propriedades do Grupo Marborges. Em 2014 o grupo possui uma área de 460 hectares de reflorestamento com espécies nativas como, por exemplo, o açaí, com 100.000 pés plantados.

2.6 O Grupo Agropalma: o primeiro projeto de produtor independente em Moju.

O Grupo Agropalma, empresa de capital 100% nacional, constitui o maior e mais moderno complexo agroindustrial de plantio de dendê, produção e processamento desta palma da América Latina. O grupo iniciou suas atividades para produção e extração de óleo de palma e óleo de palmiste em 1982 quando ainda não se chamava Agropalma. O primeiro projeto foi o da CRAI - Companhia Real Agroindustrial S/A, aprovado em dezembro de 1982 para o plantio de 5.000 hectares no município de Acará, atualmente, município de Tailândia (MARCOVITCH, 2011; MÜLLER et al., 2006, p. 13). Em 1988, foi criada a empresa AGROPAR – Companhia Agroindustrial do Pará, localizada no quilômetro 85 da PA-150, no município de Tailândia. Em 1989, este grupo adquiriu a empresa Agromendes, que passou a se chamar Agropalma. Em 1997, o grupo constitui a empresa Amapalma S/A, localizada no quilômetro 96 da PA-150, no município de Moju.

Em 1997, o Grupo inaugura a CRA - Companhia Refinadora da Amazônia, localizada no bairro do Tapanã, em Belém, mesmo lugar onde em março de 2002 é inaugurada a Unidade de Acondicionamento de Gorduras desta companhia. Em 2000, foi adquirida a Coacará, empresa de dendê da DENPASA, que passou a se chamar CPA - Companhia Palmares da Amazônia, localizada no quilômetro 50 da PA-150, no município de Acará.

O óleo de palma, após o refino, pode ser utilizado na indústria alimentícia (panificação, fabricação de biscoitos, frituras em geral de batatas a salgados, na

produção de margarina, gordura e creme vegetal etc.); na indústria química (ingrediente de sabonetes, sabão, xampu, cosméticos diversos e do biodiesel); e na indústria siderúrgica (na laminação do aço). Os principais consumidores da produção do óleo bruto e de palmiste são as empresas Nestlé, Unilever, Marilan, Carrefour, Tesco, Wal Mart e inúmeras outras dos segmentos de alimentação, cosméticos, biocombustíveis e oleoquímicas.

O Grupo Agropalma⁹ possui empresas que estão presentes nos municípios de Tailândia, Moju, Acará, Tomé-Açu e Belém, no Pará, e o departamento de vendas que está sediado na cidade de São Paulo. No ano de 2005, o grupo inaugurou, em Belém, uma usina produtora de biodiesel a partir da esterificação de ácidos graxos, que são os resíduos do processo de refino. A construção da usina e a introdução da força de trabalho familiar na cadeia produtiva habilitaram a empresa, desde 2005, a adquirir o Selo Combustível Social. A unidade produziu biodiesel até o ano de 2010 e, atualmente, está produzindo ésteres especiais e outros compostos úteis para a indústria química. Em 2007, com vistas à obtenção de maior eficiência operacional e administrativa, o Grupo Agropalma promoveu uma reorganização societária, com a qual passou a ser constituído por apenas duas empresas: a Agropalma S/A e a Companhia Refinadora da Amazônia S/A - CRA. Sendo a primeira responsável pela produção de cachos de dendê e a segunda responsável pelo processamento dos cachos, extração de óleo, refino e demais atividades industriais (MARCOVITCH, 2011).

A empresa possui as seguintes certificações: 2000: certificação orgânica (4.152ha) da empresa CPA; 2002: SIG – Sistema Integrado de Gestão, relacionado com as certificações ISO 9.001, ISO 14.001 e OHSAS 18.001; 2008: Certificação EcoSocial; 2009: Certificação ISO 22000 (segurança dos alimentos); 2011: Certificação RSPO. O Grupo Agropalma é a única empresa, na América Latina, do ramo da dendeicultura inteiramente certificada pelo RSPO – *Roundtable on Sustainable Palm Oil* (Mesa Redonda do Óleo de Palma Sustentável).

Em território mojuense, o primeiro plantio vinculado ao Grupo Agropalma deu-se na propriedade do Sr. Altino Coelho Miranda, localizada no Alto Moju, próximo à margem direita do Rio Moju. O contrato do produtor com a empresa, na modalidade

⁹Com a venda em 1998 de parte do Grupo Real para o banco holandês ABN Amro Bank, as empresas restantes do Grupo Real formaram outra corporação, que faz parte de um grande conglomerado econômico-financeiro, Alfa, que tem vários setores econômicos, setor financeiro e comercial.

produtor independente, foi assinado em 1997 e, no ano seguinte, foi introduzido em sua propriedade 53 hectares de dendê. Em 2014, o plantio registrava 510 hectares. O contrato entre a empresa e o proprietário marca o processo de monopolização da cadeia produtiva do dendê em Moju.

Há quatro produtores independentes em Moju que vendem para a empresa, entre eles, o Sr. Domingos Otávio Furtado de Lima com 34,6 hectares plantados na modalidade independente em 2003. Os outros produtores são o Sr. Hitofumi Kimura, que atualmente possui uma área de 580 hectares plantada, que está localizada no quilômetro 03 da PA-150, próximo à área da sede municipal, e o Sr. José Wanderley Marques Melo, com 3.192 hectares, mas apenas 2,221 hectares são destinados ao Grupo Agropalma. Este último produtor, segundo informações, tem pretensões futuras de montar uma usina esmagadora, em 2016, para processar sua própria produção.

Por conta de problemas relacionados com questões trabalhistas, o Sr. Altino Coelho saiu da lista dos produtores independentes da empresa e, hoje, sua área foi arrendada pelo Grupo Agropalma. Segundo informações do setor agrícola, em seu lugar entrou o produtor José Raup, mas, pelas coordenadas geográficas fornecidas pelo CAR da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (Sema), em relação a sua propriedade, constatamos que a propriedade localiza-se no quilômetro 70 da rodovia PA-150, no município de Tailândia, portanto. A empresa considera o produtor pertencente ao Polo Moju, aqui neste trabalho, porém, não o consideraremos, devido os dados fornecidos pela SEMA. Desse modo, temos apenas três produtores independentes em território mojuense que são os senhores: Kimura, Domingos e José Wanderley, totalizando 2.835 mil hectares na modalidade empresarial e 510 hectares em área arrendada do Sr. Altino Coelho, associados ao Grupo Agropalma. O Grupo Agropalma, no ano de 2013, beneficiou cerca de 107.684 mil toneladas de CFF oriundos desta modalidade (AGROPALMA: Relatório de Sustentabilidade, 2013, p. 52).

2.7 A empresa Amapalma no Grupo Agropalma.

A Amapalma S/A, localizada no quilômetro 96 da PA-150, é a única empresa do Grupo Agropalma presente em Moju. Ela teve seu projeto aprovado em 1997 pela Sudam e no ano seguinte realizou o plantio de 691,34 hectares de dendê; em 1999, foram introduzidos 393,89 hectares; em 2000, mais 3.018,58 hectares; em 2001, foram mais 850,54 hectares, totalizando 4.954,35 hectares. Sua área total atual é de

11.790.8375 hectares. Desde 2005 não são feitos plantios na área da empresa Amapalma (RSPO/AGROPALMA, 2011).

Em 2007, foi inaugurada a usina esmagadora da empresa, que em 2011 produziu 33.558.093 litros de óleo de palma e 3.334.863 litros de óleo de palmiste. O Grupo Agropalma ocupa uma área de 107 mil hectares de terras, sendo 48.963,24 hectares plantados, sendo que, destes, 39.041,98 são de plantios próprios; 8.260,40 são de produtores independentes, e 1.660,86 são da agricultura familiar. Não existem metas de expansão do plantio da empresa, apenas replantio das áreas com idade superior a 25 anos (Instituto Observatório Social, 2014). A **tabela 2** abaixo distribui as empresas do grupo em departamentos. A empresa Amapalma S/A é considerada o IV Departamento.

Departamentos	Empresas	Município	Área total (ha)	Área plantada (ha)
I	CRAI	Tailândia	11,038.00	4,858.95
II	AGROPALMA	Tailândia	11,957.00	5,269.72
	ZILMA		3,600.00	
III	Agropar	Tailândia	11,996.00	6,901.27
IV	Amapalma	Moju	11,790.84	4,954.35
V	Palmares Convencional	Acará	12,118.77	6,186.17
	Galiléia	Tailândia	3,156.95	
	Trevo	Tailândia	3,237.30	
VI	Palmares Orgânica	Acará	16497.17	4,132.36
XV	Castanheira	Tailândia	4,471.76	4,144.32
	Sempre Alegre	Tailândia	5,206.00	
XVI	Roda de Fogo	Tailândia	4,526.32	3,115.15
	Paraíso do Norte	Tailândia	7,963.81	
TOTAL	12 Empresas	3	107,559.9	39,562.29

Tabela 2 - Departamentos, empresas e área plantada do Grupo Agropalma.
Fonte: RSPO/AGROPALMA, 2011.

2.8 O Projeto “Novo Pará” e a agricultura familiar integrada ao cultivo de dendê em Moju: a modalidade familiar do Grupo Agropalma.

O projeto de construção de um “Novo Pará” é moldado na gestão do governador Almir Gabriel, nos mandatos de 1996 a 2003, por meio dos PPA’s – Planos Plurianuais de Ação (1996/1999 e 2000/2003). Segundo Cruz (2006), os dois Planos citados são praticamente idênticos nas suas diretrizes estratégicas, pois ambos buscam promover a reforma do Estado e expandir a base produtiva.

O processo de verticalização da produção e o estímulo à implantação de projetos de agricultura familiar integrados ao dendê são resultantes das diretrizes desses planos, motivados, sobretudo, “por uma viagem que o governador Almir Gabriel fez à Malásia, quando de seu retorno [...] pediu que fossem apresentadas diretrizes e ações visando à expansão e consolidação da cultura do dendê no Pará” (CRUZ, 2006, p. 74).

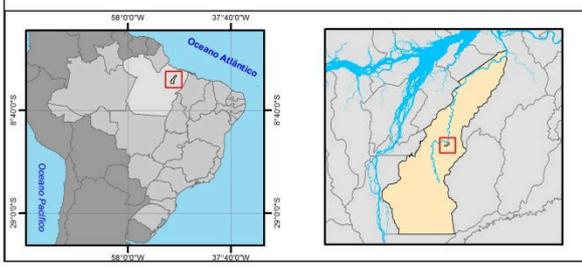
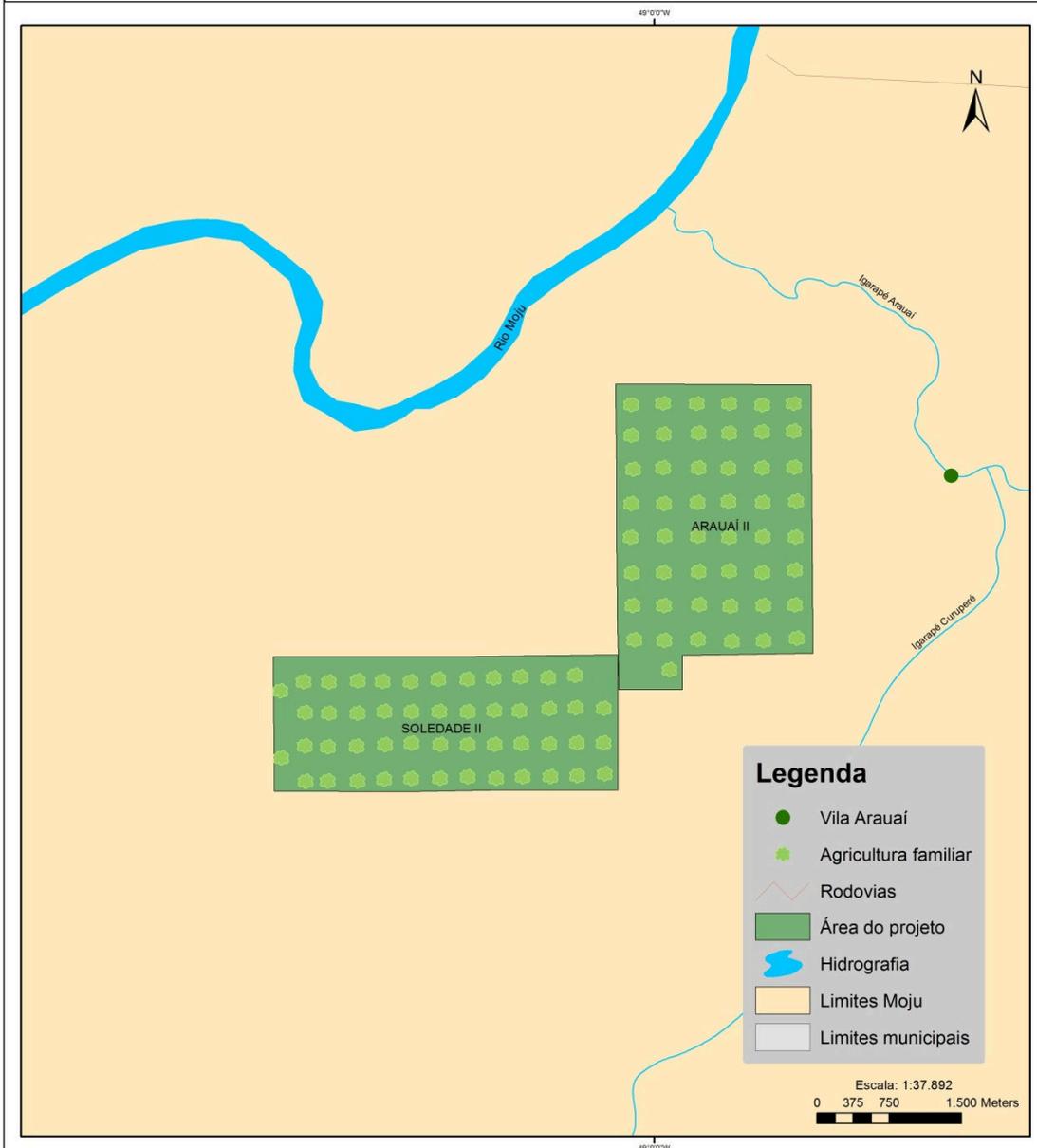
O projeto envolvendo a agricultura familiar e o dendê deu-se inicialmente no município de Concórdia do Pará. No entanto, a usina esmagadora (área processadora) localizava-se a mais de 60 km da área de produção, e isso gerou problemas relacionados à logística, levando o governo a escolher outra área, situada no município de Moju (CRUZ, 2006, p. 77).

Neste contexto o Grupo Agropalma se interessou pelo projeto da agricultura familiar, escolhendo a comunidade do Arauaí, localizada no Alto Rio Moju. De acordo com a entrevista do Sr. Claudiomar, responsável pela implantação do projeto de agricultura familiar, cedida a Cruz (2006a, p. 127-129), a motivação que levou a empresa a fazer a parceria com os pequenos produtores foi “a preocupação com as populações ribeirinhas que vivem próximas às áreas de projeto da empresa.”

No entanto, em entrevista concedida a Cruz (*Ibidem*, 2006a), o responsável pela Sagri no projeto de agricultura familiar informou que “o projeto já vinha sendo desenvolvido pelo Governo do Estado no município de Concórdia do Pará, mas devido a uma série de problemas, foi abandonado, surgindo, então, a necessidade de desenvolvê-lo em outro local.”

O Projeto I, também denominado de Arauaí I, foi o primeiro projeto implantado, em 2002. Inúmeras instituições se fizeram presentes na construção do projeto, como o Grupo Agropalma, que entrou com orientação e assistência técnica e fornecimento de mudas; a Prefeitura Municipal de Moju, o ITERPA – Instituto de Terras do estado do Pará, com a titulação dos lotes; a EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, também com acompanhamento técnico; a SAGRI – Secretaria de Agricultura do Estado do Pará; o BASA – Banco da Amazônia S/A, que financiou o plantio de 10 hectares para 50 famílias na linha de crédito FNO/PRORURAL, que previa 12 anos de prazo total e 5 anos de carência, juros de 4,0% a.a.(BASA, 2012). Trataremos dessas questões de forma aprofundada no capítulo 5. O **Mapa 7** aponta os dois primeiros projetos de agricultura familiar vinculados à cadeia produtiva do dendê em Moju associada ao Grupo Agropalma.

Mapa 7 - Localização dos projetos de dendê familiar Arauaí I e Soledade II



Município: Moju		Mesoregião: Nordeste paraense	
		Microrregião: Tomé-Açu	
Fonte: IBGE, (2010); Dados da pesquisa (2014)		Datum: SIRGAS 2000	
Meridiano central: 45°WGr		Projeção: UTM	
Projeto cartográfico: Walter Luiz Jardim Rodrigues			
Organização: Cleiton Bastos dos Santos		Data: 28/04/2014	
Cartas cadastrais Moju: SA.22-X-D-V; SA.22-X-D-VI; SA.22-Z-B-I; SA.22-Z-B-II; SA.22-Z-B-IV; SA.22-Z-B-V; SA.22-Z-C-III; SA.22-Z-D-I; SA.22-Z-D-II		mspaacademics.com.br mspaacademics@gmail.com	

O Grupo Agropalma firmou contrato com os camponeses de 25 anos, responsabilizando-se pela compra de toda a produção. Estes por sua vez, devem seguir o cronograma da empresa relacionado aos tratos culturais no lote, tais como colheita, adubação, coroamento, podagem, rebaixo, dentre outros.

No início de 2004, na comunidade de Soledade, foi inaugurado o Projeto II, que segue a mesma normativa do Projeto I. No total, foram 50 famílias beneficiadas com o projeto, porém, a linha de financiamento difere do anterior. Neste, a linha de crédito foi o Pronaf D, com 12 anos de prazo total e cinco anos de carência. O valor do projeto individualmente foi de R\$ 22.475,18 (vinte e dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais e dezoito centavos) (BASA, 2012).

Neste capítulo, procuramos falar sobre os condicionantes técnicos, territoriais e naturais que propiciaram a chegada da dendeicultura na Amazônia paraense bem como do primeiro momento da história da dendeicultura no município do Moju, nas modalidades plantio próprio das empresas, produtores independentes e produtores familiares. No entanto, é com o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel que a atividade no município é impulsionada.

CAPÍTULO 3 - Do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) ao Programa Sustentável de Produção de Palma de Óleo (PSPPO).

O objetivo deste capítulo é analisar o momento de maior dinamismo da história da dendeicultura no município de Moju, impulsionado pelos programas federais para o setor dendeícola identificados como PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e o PSPPO – Programa Sustentável de Produção de Palma de Óleo. A partir desse momento, temos em solo mojuense um aumento significativo de projetos familiares de agricultura familiar com cultura de dendê e novos empreendimentos voltados para essa mesma cultura.

3.1 A dendeicultura em Moju e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB.

O PNPB, lançado oficialmente pelo presidente da República em 6 de dezembro de 2004, era uma política interministerial e multidimensional que surgiu para dar respostas à crise energética. Ela objetivava implementar, de forma sustentável (tanto técnica como economicamente), a produção e o uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional por meio da geração de emprego e renda (EMBRAPA, 2010). O Programa foi direcionado de acordo com as particularidades de cada região do país. Na Amazônia, o dendê foi indicado como a principal fonte de produção de biodiesel por possuir balanço energético positivo e por sua adaptabilidade às condições edafoclimáticas da região.

O marco regulatório do biodiesel estabeleceu os percentuais de mistura do biodiesel ao diesel de petróleo. Começando com o B2, passou para B5 em 2012, podendo chegar a B7 até o final de 2013. O PNPB normatiza a forma de utilização e o regime tributário, com diferenciação por região de plantio, por oleaginosa e por categoria de produção (agronegócio e agricultura familiar), além de criar o Selo Combustível Social e isentar a cobrança de IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados. O Selo Combustível Social é concedido pelo MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, às empresas produtoras de biodiesel que têm a agricultura familiar inserida em sua cadeia produtiva.

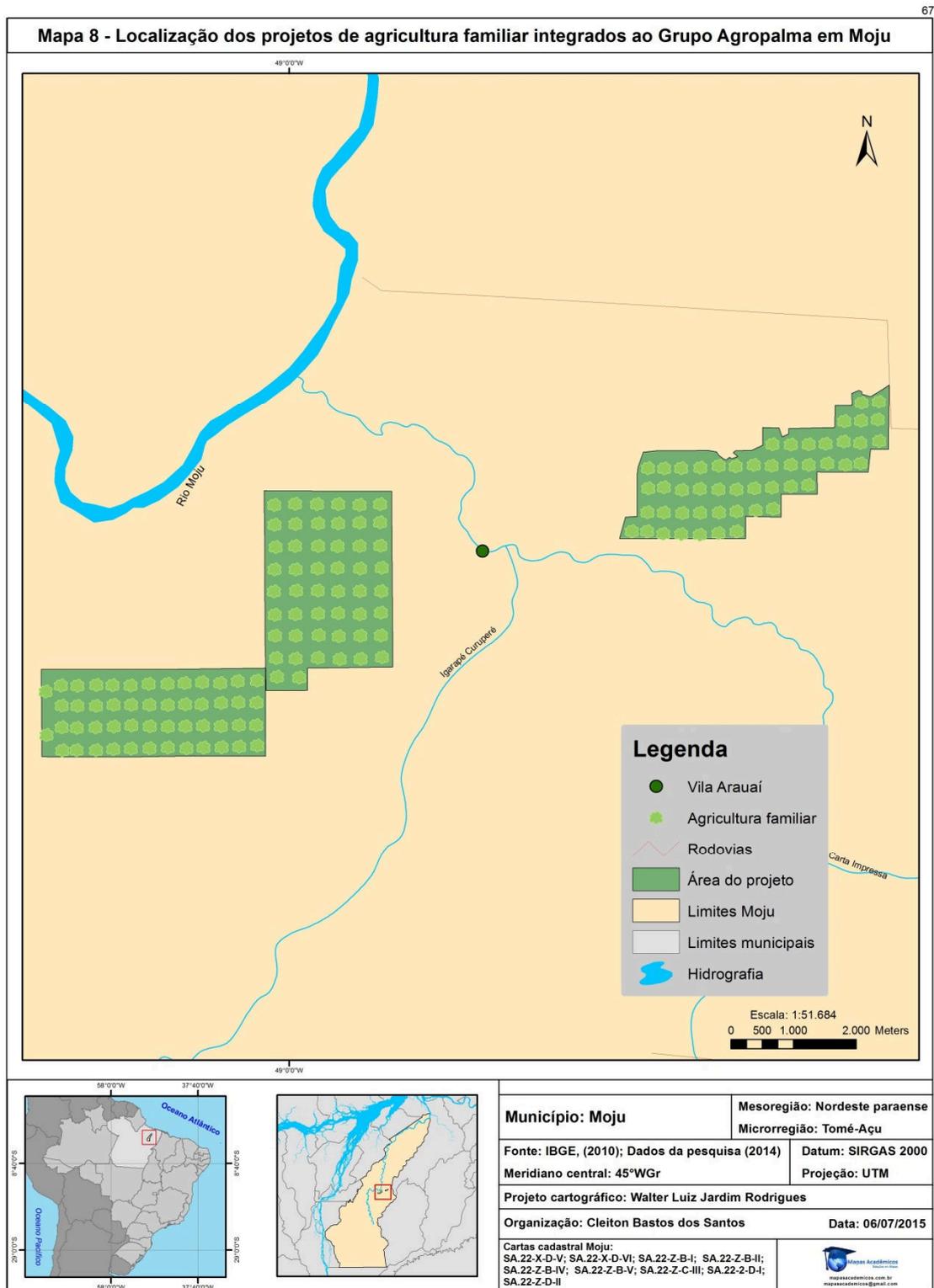
No estado do Pará, o Grupo Agropalma é a única empresa com este selo e, por conta desta concessão, a empresa goza das seguintes vantagens: a) diferenciação/isenção nos tributos PIS/PASEP e COFINS; b) participação assegurada de 80% do biodiesel negociado nos leilões públicos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); c) acesso a melhores condições de financiamento junto aos bancos que operam o Programa (ou outras instituições financeiras que possuam condições especiais de financiamento para projetos); d) possibilidade de uso do Selo Combustível Social para promover sua imagem no mercado.

No contexto do PNPB foram implantados dois novos projetos de dendê familiar no município de Moju: o Projeto III, também conhecido como Arauaí II, em 2005, e o Projeto Dendê Familiar IV, localizado no Projeto de Assentamento Calmaria II na comunidade Água Preta, em 2006. A comunidade do Arauaí recebe pela segunda vez o Projeto Agricultura Familiar com Dendê III. Ele foi implantado na comunidade em 2005, abrangendo 50 famílias com 10 hectares de dendezeiros financiados na linha de crédito Pronaf D, sendo destinado para cada família cerca de R\$ 26.864,76 (vinte e seis mil oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta e seis centavos) (BASA, 2012).

O Projeto Dendê Familiar IV foi introduzido nos lotes do Projeto de Assentamento Calmaria II em 2006. O PA Calmaria II está localizado nas proximidades do quilometro 65 da PA-150, na comunidade Água Preta, destinado a 35 famílias, cada uma com seis hectares. A linha de financiamento foi o FNO/Pronaf A. As 35 famílias receberam recursos na ordem de R\$ 12.255,75 (doze mil duzentos e cinquenta e cinco reais e setenta e cinco centavos). O prazo total foi de 10 anos com carência de cinco anos e juros de 1,5% a.a. As instituições envolvidas no projeto foram a FETAGRI; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju e entidades associativas do PA Calmaria II; o INCRA-PA ; o MDA/PA, a SECTAM (hoje SEMA); o IBAMA, o BASA e o Grupo Agropalma (BASA; INCRA, 2012).

A empresa Agropalma, no ano de 2013, acrescentou mais nove projetos, sendo cinco no Arauaí, em Moju, e quatro no PA Calmaria II, no Acará. O PA Calmaria II possui 70% do seu território no município de Acará e 30%, em Moju. A pesquisa apontou, com base em dados da Emater, que os plantios dos assentados não se localizam em Moju, mas no Acará. Desse modo, há uma diferença entre o território jurídico, ou seja, a área de localização do plantio e o território do dendê, que corresponde ao território pertencente ou controlado pelas empresas.

O **Mapa 8** representa as áreas de plantio de dendê na modalidade familiar vinculado ao Grupo Agropalma em Moju.



No total, são 194 famílias localizadas em dois municípios, sendo que 35 famílias manejam cada uma seis hectares, no total de 210 hectares, e 157 famílias manejam 10 hectares cada uma, num total de 1.570 hectares. A soma resulta em 1.780 hectares plantados com a cultura do dendê na modalidade familiar (ver **tabela 3**).

Ano	Município	Comunidade	Financiamento	Família/ha
Projeto I-2002	Moju	Arauaí	FNO/PRORURAL	50/10ha
Projeto II-2004	Moju	Soledade	Pronaf D	50/10ha
Projeto III-2005	Moju	Arauaí	Pronaf D	50/10ha
Projeto IV-2006	Acará	PA Calmaria II	Pronaf A	35/6ha
2012	Moju	Arauaí	Pronaf Eco Dendê	5/10ha
2012	Acará	PA Calmaria II	Pronaf Eco Dendê	4/10ha
TOTAL	2	3	4 Linhas de Créditos.	194/ 1.800 ha

Tabela 3 - Projetos de Agricultura familiar integrados ao Grupo Agropalma.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de trabalhos de campo e BASA, 2012.

Neste período, os camponeses do município de Moju, juntamente com os do município de Tomé-Açu, eram os principais requerentes das linhas de crédito relacionadas à cultura de palma de dendê no estado do Pará (ver **tabela 4**).

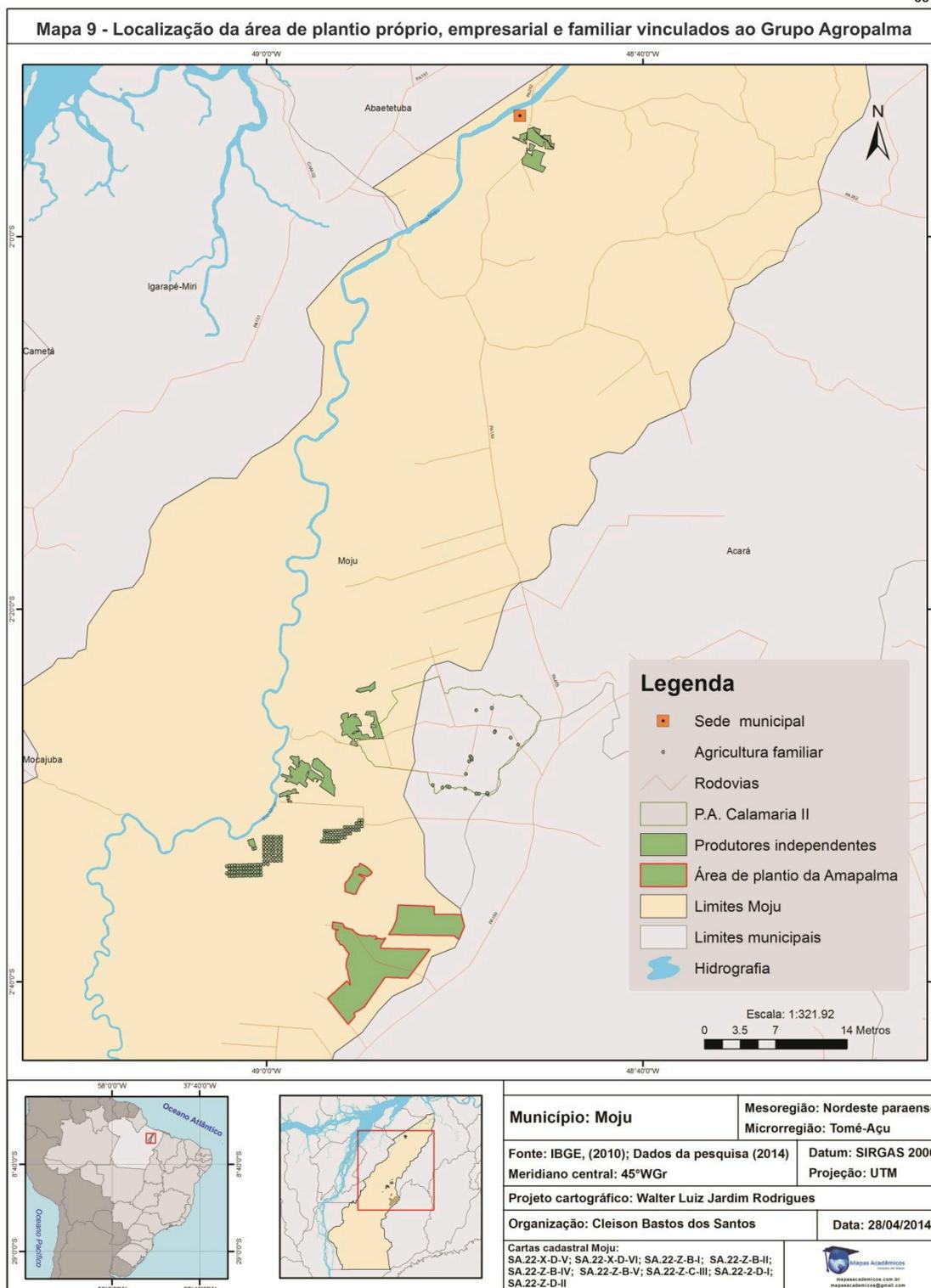
Ano	Municípios	Programa	Nº Contratos	Valor Contratado (R\$)
2002	Moju	Pronaf D	43	692.608,74
2004	Moju	Pronaf D	97	1.238.680,70
	Tomé-Açu	Pronaf E	1	25.920,00
2005	Moju	Pronaf D	50	1.343.238,00
2008	Moju	Pronaf D	58	289.973,76
	Moju	Pronaf AF	78	389.925,60
	Tomé-Açu	Pronaf E	1	27.925,00
2009	Moju	Pronaf AF	8	59.294,64
Total	2	3 linhas de crédito	334	4.047.566,44

Tabela 4 - Financiamentos para agricultura familiar de 2002 a 2009.

Fonte: BASA, 2012.

O **Mapa 9** espacializa no território mojuense as áreas de plantio de dendê nas modalidades familiar, arrendada, modalidade empresarial (produtores independentes e as áreas do Grupo Agropalma). A modalidade *familiar* é aquela em que o agricultor pode financiar até 10 hectares em sua propriedade e está integrado a uma empresa; o *arrendamento* consiste em um acordo contratual em que uma pessoa cede a outra a utilização de um imóvel, o tamanho da área e o tempo de contrato varia de empresa para

empresa. A *modalidade empresarial* divide-se em duas: os pequenos e médios empresários que plantam de 10 a 1000 ha e os grandes empresários, superior a 1000 ha.



3.2 A Biopalma da Amazônia S.A

Criada em 2007 pelo Grupo MSP, a Biopalma da Amazônia S/A Reflorestamento Indústria e Comércio está localizada na rodovia PA-150 no quilômetro 37, s/n, no município de Moju. Nesse ano a empresa promoveu uma série de aquisições de imóveis vinculados com a atividade pecuarista nos municípios de Moju, Acará, Igarapé-Miri, Abaetetuba, Barcarena, São Domingos do Capim, Concórdia do Pará e Tomé-Açu. A sede da empresa, a Fazenda Amanda, é constituída por oito fazendas menores que vão da margem direita da PA-150, no quilômetro 37, até a margem direita do Rio Moju – que são as fazendas Amanda (com 1.992 ha), Jacitara I (com 3.487 ha), Jacitara II (com 3.035 ha), Jacitara III (com 274 ha), Cinderela I (com 2.476 ha), Cinderela II (com 2.415 ha), São Raimundo (com 1.942 ha) e Parola (com 3.947 ha) –, totalizando 19.568 hectares¹⁰ (BIOPALMA, 2014).



Figura 7 - Fazenda-sede da empresa Biopalma em Moju.
Fonte: Biopalma.

¹⁰No entanto, ao consultarmos o banco de dados no site da SEMA, no SIMLAM, o nome da propriedade aparece como fazenda Bujaru, com 19.566 hectares, ou seja, 2 hectares a menos que informado pela empresa.

No ano de 2009, foi criado um consórcio entre a empresa Biopalma e a Vale. A partir daí a Biopalma passou a ter 59% do controle da empresa e a Vale, 41%. Em 2011, a Vale amplia sua participação para 70%, assumindo seu controle (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2014). Diferentemente da empresa Marborges, que destina sua produção para a indústria de alimentos, a Biopalma Vale objetiva extrair o óleo de palma para produção de biodiesel, pois a empresa tem “como finalidade atender a própria demanda, misturando 20% de biodiesel (B20) ao óleo diesel que utiliza na frota de locomotivas, equipamentos e máquinas pesadas da Vale” (BASA, 2012).

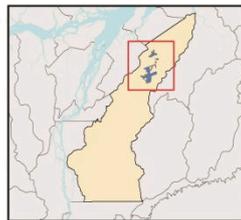
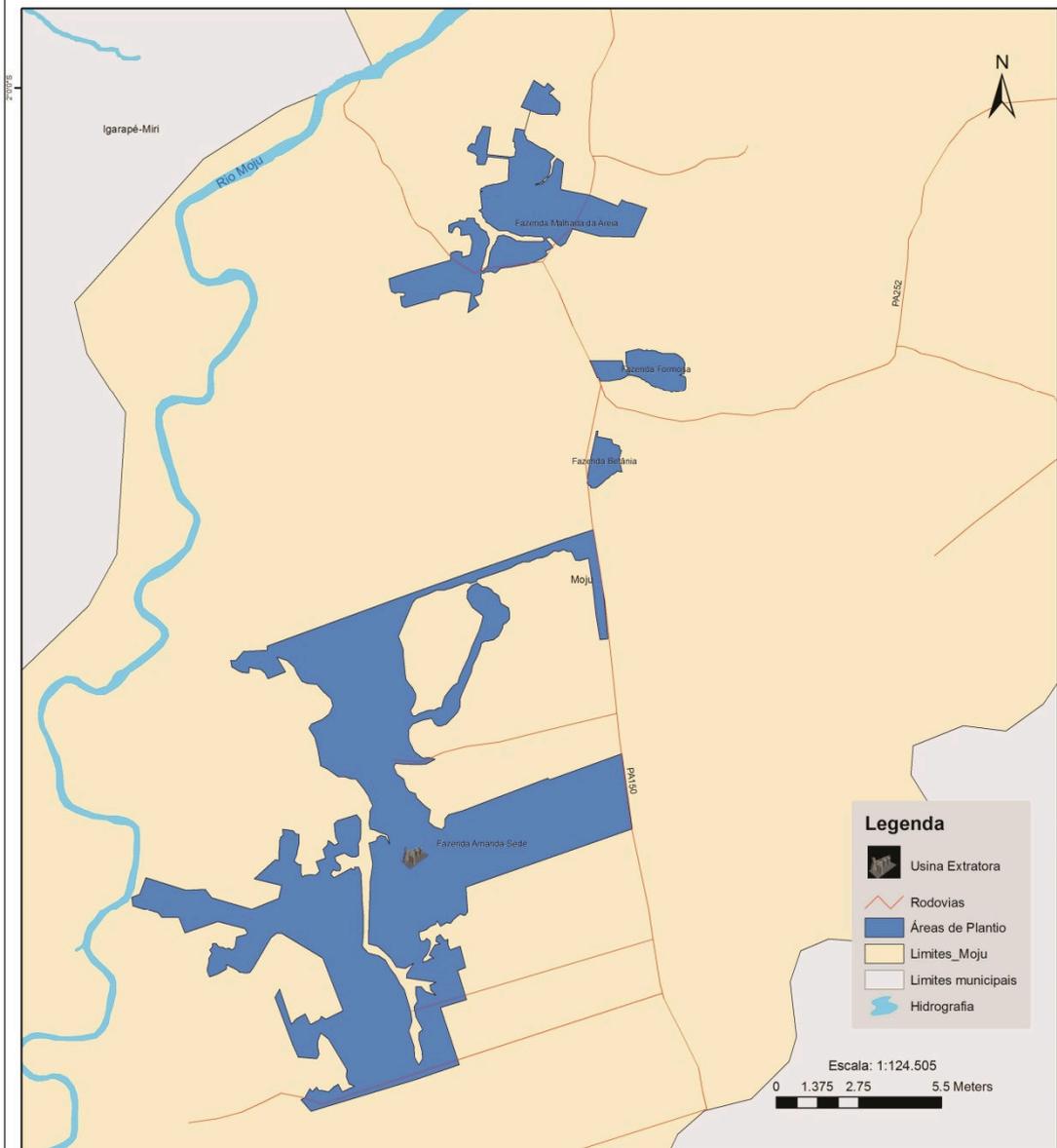
A empresa atua no nordeste paraense através da implantação de quatro polos de produção. O Polo Moju abrange os municípios de Moju, Abaetetuba, Igarapé-Miri e Barcarena. O Polo Acará que é dividido em dois (Vera Cruz e Paraíso), além do Polo Concórdia do Pará e o Polo Tomé-Açu.

As propriedades localizadas no município de Moju foram as primeiras a receber os plantios de dendê. Foram plantados nos anos de 2009 e 2010 um total de 9.328 hectares de palma de dendê em quatro fazendas da empresa. A maior área plantada encontra-se na Fazenda Amanda, com 7.432,60 hectares, seguida das fazendas Malhada da Areia (com 1.522,05 ha); Formosa (com 255,42 ha); e Betânia (com 118,23 ha). Em 2014, iniciam-se os novos plantios nas propriedades adquiridas pela empresa em Moju. As propriedades da empresa, em sua maioria, estão espalhadas ao longo da PA-150. Mas, atualmente, a empresa adquiriu sete novos imóveis, todos na região de Jambuaçu, entre a rodovia quilombola e o ramal Bom Futuro (BIOPALMA, 2014).

As outras propriedades da empresa, nos demais municípios, receberam os plantios de dendê somente no ano de 2010. Segundo o Banco da Amazônia S.A, a empresa “pretende implantar, no estado do Pará, um cultivo de 60 mil ha de plantio próprio e 20 mil ha com a agricultura familiar, onde seriam engajadas 2.000 famílias, sendo que cada uma tocaria projetos de plantio de 10 ha” (BASA, 2012, p. 4). A proposta era implantar essas metas, até o ano de 2013, nos quatro polos de domínio da empresa, nas modalidades de cultivo empresarial, produtores independentes e produtores familiares.

O **mapa 10** cartografa as áreas de plantio da empresa Biopalma em 2014.

Mapa 10 - Localização das áreas de plantio da Biopalma em Moju (2014)



Município: Moju		Mesoregião: Nordeste paraense	
		Microrregião: Tomé-Açu	
Fonte: IBGE (2010); Dados da pesquisa (2014)		Datum: SIRGAS 2000	
Meridiano central: 45°WGR		Projeção: UTM	
Projeto cartográfico: Walter Luiz Jardim Rodrigues			
Organização: Cleison Bastos dos Santos		Data: 29/04/2014	
Cartas cadastrais Moju: SA.22-X-D-V; SA.22-X-D-VI; SA.22-Z-B-I; SA.22-Z-B-II; SA.22-Z-B-IV; SA.22-Z-B-V; SA.22-Z-C-III; SA.22-Z-D-I; SA.22-Z-D-II			

Moju recebeu, em 2012, a primeira das duas unidades previstas pela empresa para o estado. No entanto, até o momento, o grupo possui apenas uma usina extratora, inaugurada no município também em 2012, com capacidade de extração de 120 toneladas por hora de Cachos de Fruto Fresco (CFF), o que representa 25 toneladas por hora de óleo. Em 2014, deveria ter sido inaugurada a segunda usina esmagadora no município de Acará, que também sediará a usina produtora de biodiesel prevista para o ano de 2015 (BIOPALMA, 2014).



Figura 8 - Usina Esmagadora da empresa Biopalma em Moju.
Fonte: Cleison Santos, 2014.

A empresa possuía, no ano de 2013, uma área plantada de 42.000 hectares (REPÓRTER BRASIL, 2013), e processou “65 mil toneladas de óleo de palma, cinco vezes mais do que o volume produzido no ano de 2012, que ficou entorno de 13,5 mil toneladas” (DIÁRIO DO PARÁ, 2013). Sua produção de óleo bruto é exportada para o Canadá e para a Colômbia, segundo fontes da empresa.

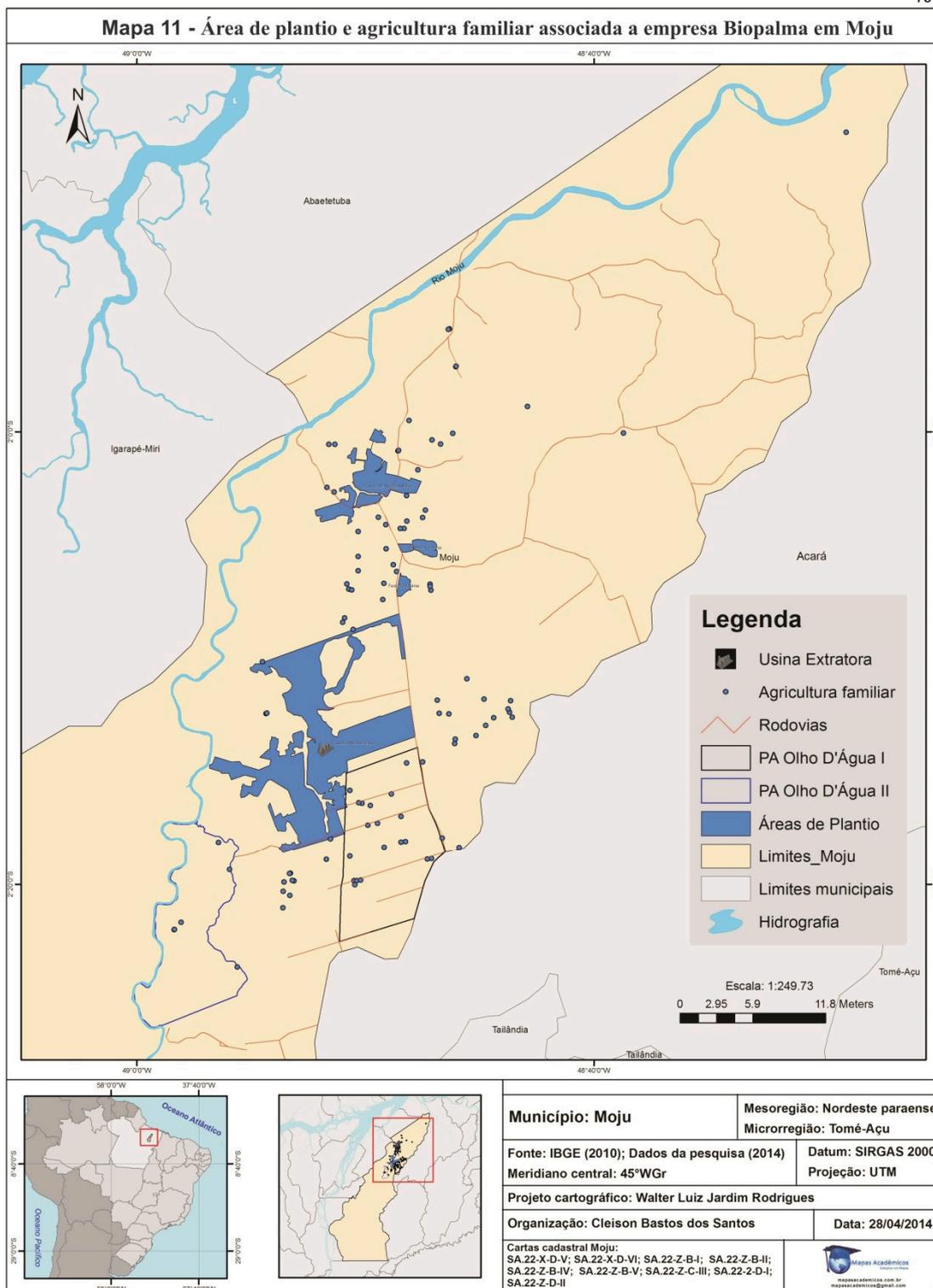
Os projetos integrados da cultura do dendê da empresa com os agricultores familiares foram implantados no ano de 2011. Inicialmente, no município de Tomé-Açu, com 24 agricultores familiares e, posteriormente, em Concórdia do Pará, com 62 agricultores, em 2011/2012, e em Moju, com 94 agricultores. No ano de 2013/2014, foram feitas 100 novas adesões, totalizando 194, mas até o atual momento foram feitas 114 implantações. A **tabela 5** apresenta o ano de implantação dos projetos, o município, a comunidade, o número de famílias, os hectares plantados, a linha de crédito e o eixo que cada projeto está vinculado.

Ano de implantação	Município	Comunidade	Nº de famílias	(ha)/ família	Linha de Crédito	Eixo
2012/2013	Moju	Sarapoí	2	10	Pronaf Eco	PA-150
2012/2013	Moju	Ramal do Levi	2	10	Pronaf Eco	PA-150
2012/2013	Moju	Ateuazinho	4	10	Pronaf Eco	PA-150
2012/2013	Moju	Ateuagrande	1	10	Pronaf Eco	PA-150
2012/2013	Moju	Pirateua	6	10	Pronaf Eco	PA-150
2012/2013	Moju	Ramal Piriá	4	10	Pronaf Eco	PA-150
2012/2013	Moju	Papuá	1	10	Pronaf Eco	PA-252
2013/2014	Moju	Apiteua	2	10	Pronaf Eco	PA-150
2012/2013	Moju	Trevo Acará	5	10	Pronaf Eco	PA-150/ 252
2012/2013	Moju	Lírio dos Vales	9	10	Pronaf Eco	PA-150
2012/2013	Moju	Jupuuba	12	10	Pronaf Eco	PA-150
2012/2013	Moju	Vila Betânia	1	10	Pronaf Eco	PA-150
2012/2013	Moju	Beiradão	3	10	Pronaf Eco	
2012/2013	Moju	Boa Esperança	3	10	Pronaf Eco	PA-150
2012/2013	Moju	PA Olho D'água I	19	10	Pronaf Eco	PA-150
2012/2013	Moju	PA Olho D'Água II	5	10	Pronaf Eco	Médio Moju
2013/2014	Moju	Itapera	2	10	Pronaf Eco	Médio Moju
2012/2013	Moju	Traquateua	3	10	Pronaf Eco	PA-150
2012/2013	Moju	Severo	1	10	Pronaf Eco	Jambuaçu
2012/2013	Moju	Patauateua	1	10	Pronaf Eco	Jambuaçu
2013/2014	Moju	PA Calmaria II	2	10	Pronaf Eco	PA-150
2013/2014	Acará	PA Calmaria II	5	10	Pronaf Eco	PA-150
2012/2013	Moju	Vila Cardoso	9	10	Pronaf Eco	PA-150
2012/2013	Acará	Boa Esperança	6	10	Pronaf Eco	PA-150
2012/2013	Moju	Boa Esperança	3	10	Pronaf Eco	PA-150
2012/2013	Moju	Ouro Verde	2	10	Pronaf Eco	PA-150
2012/2013	Moju	Vicinal 4	1	10	Pronaf Eco	Pa-150
Total	2	25	114	1.140 ha		4

Tabela 5 – Famílias por comunidade associadas a empresa Biopalma.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014/2015.

O **mapa 11** pontua as áreas de plantio da empresa e as áreas de agricultura familiar integrada à Biopalma Vale em Moju.



3.3 A dendeicultura em Moju e o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo (PPSPO)

O governo federal criou em 2010 o PPSPO – Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo. Vários são os propósitos deste programa, tais como a inclusão social, geração de emprego e renda, plantio e parceria entre agricultores e assentados da Reforma Agrária com empresas produtoras de Biodiesel, ordenamento territorial, produtividade e competitividade, sustentabilidade e investimento aliado ao desenvolvimento (EMBRAPA AGROENERGIA, 2011).

Porém, o foco principal do programa é a produtividade com sustentabilidade. O programa normatiza as ações das empresas ligadas ao ramo da dendeicultura, disciplina a expansão da produção de óleo e oferta instrumentos para garantir uma produção em bases ambientais e sociais sustentáveis. Restringe a expansão da cultura do dendê às áreas antropizadas e proíbe a derrubada de vegetação nativa para o plantio da palmeira. Para tanto, o governo brasileiro, por meio da Embrapa Solos, realizou o Zoneamento Agroecológico para Cultura do Dendê – ZAE-Dendê, em 2010. A **tabela 6** apresenta as áreas preferenciais e regulares em hectares para a cultura do dendê segundo o manejo B e C.

Estados	Preferencial (ha)	Regular (ha)
AC	1.151.714	1.662.402
AM	2.993.498	1.571.022
AP	40.668	261.687
GO	0	0
MA	0	493,92
MT	424.879	13.480.342
PA	3.994.505	11.653. 267
RO	5.650.890	5.489.227
RR	377.552	432.831
TO	0	0
Total	14.633.705	34.550.271,92

Tabela 6: Área (ha) preferencial e regular dos estados da Amazônia Legal segundo o manejo B e C do ZAE-Dendê.

Fonte: BRASIL, 2010.

Segundo Brasil (2010), o município de Moju possui uma área total de 802.539 hectares para o plantio da cultura do dendê, sendo 311.606 hectares de áreas preferenciais e 490.932 hectares de áreas regulares nos manejos B e C. O nível de manejo B caracteriza-se por uma aplicação média de capital e modesto uso de insumos e tecnologia. Já o manejo C caracteriza-se pelo alto aporte de capital e tecnologia.

Abaixo, na **Tabela 7**, estão as linhas de crédito que foram criadas ou aprimoradas para financiar a expansão de cultivo de dendê no Brasil a partir do PPSPPO.

	PRONAF – Eco	PROPFLORA	PRODUSA
Público	Agricultores familiares	Produtores rurais e cooperativas	Produtores rurais e cooperativas
Finalidade	Investimento, custeio e remuneração da mão de obra familiar.	Investimento, custeio associado ao investimento.	Investimentos e custeio associado ao investimento
Limite do Financiamento	R\$ 6.500 por hectare, limitado a R\$ 65.000 por beneficiário.	Até R\$ 300 mil	Até R\$ 400 mil para áreas degradadas
Juros	Taxa efetiva 2% a.a.	Até 12 anos 6,75% a.a.	5,75% a.a. em áreas degradadas - 6,75% a.a nos demais casos
Prazo para pagamento	Até 14 anos	Até 12 anos	Até 12 anos
Carência	Até 6 anos	Até 6 anos	Até 6 anos

Tabela 7 - Linha de Crédito oferecido pelo PPSPPO.

Fonte: PPSPPO, 2010, p. 6.

A Guanfeng Group Company, da província chinesa de Shandong, demarca sua presença no estado do Pará inicialmente em terra mojuense. A Fazenda Ventura, com 903 hectares, foi o primeiro imóvel adquirido pela empresa, em 2010. A propriedade constitui sua sede e está localizada nos quilômetros 9 e 10 da rodovia PA-150, na altura da comunidade de Caxinguba. Em 2011, a empresa plantou 664,65 hectares de dendê destinados à indústria alimentícia.

A empresa também tem por meta a produção de mandioca para fabricação de farinha de mesa. Segundo informações da empresa, o Sr. Feng, gerente do grupo, ao entrar em um supermercado da cidade de Moju, ficou admirado com o preço de R\$ 6,00 do quilo da farinha, e resolveu investir no produto. A ideia era introduzir a mandioca nos anos iniciais da cultura do dendê, plantando-a nas entrelinhas dos dendezaís. No momento, existem aproximadamente 450 hectares de área plantada com mandioca nas fazendas da empresa. As espécies plantadas pela empresa são a *Elaeis guineensis* Jacq, cultivar do tipo tenera, um híbrido intraespecífico resultante do cruzamento entre o dendezeiro do tipo Dura e Pisífera, e as espécies Deli x Ghana e Deli x Nigéria ambas do cultivar BRS Manicoré fornecido pela Embrapa Amazônia Ocidental.



Figura 9 - Frente da seda e área de plantio da empresa Guanfeng na Fazenda Ventura.
Fonte: Cleison Santos, 2014.

Em 2013, a empresa ampliou seu território com a aquisição de quatro fazendas. No mesmo ano, foram plantados 201,68 hectares de palma na propriedade da Fazenda Maiau, que é uma dessas novas aquisições, com 381 hectares, localizada no quilômetro 10 da rodovia PA-150, em frente à Fazenda Ventura.

As outras propriedades da empresa, adquiridas em 2013, estão localizadas ao longo das rodovias PA-252 e PA-151, no município de Abaetetuba. O Sítio Catarinense é uma delas. Antes da aquisição do grupo, o imóvel estava voltado para o plantio de mandioca para fabricação de farinha. Após sua compra, boa parte do plantio de mandioca foi mantida, pois, como vimos, a empresa pretende investir nesta atividade. O Sítio Catarinense estende-se pelo lado direito e esquerdo da rodovia, na comunidade do Cupuaçu, no quilômetro 04 da PA-252. No lado esquerdo da rodovia, foram plantados 97.20 hectares e, no lado direito, 121.05 hectares, totalizando 218.25 hectares com dendê.

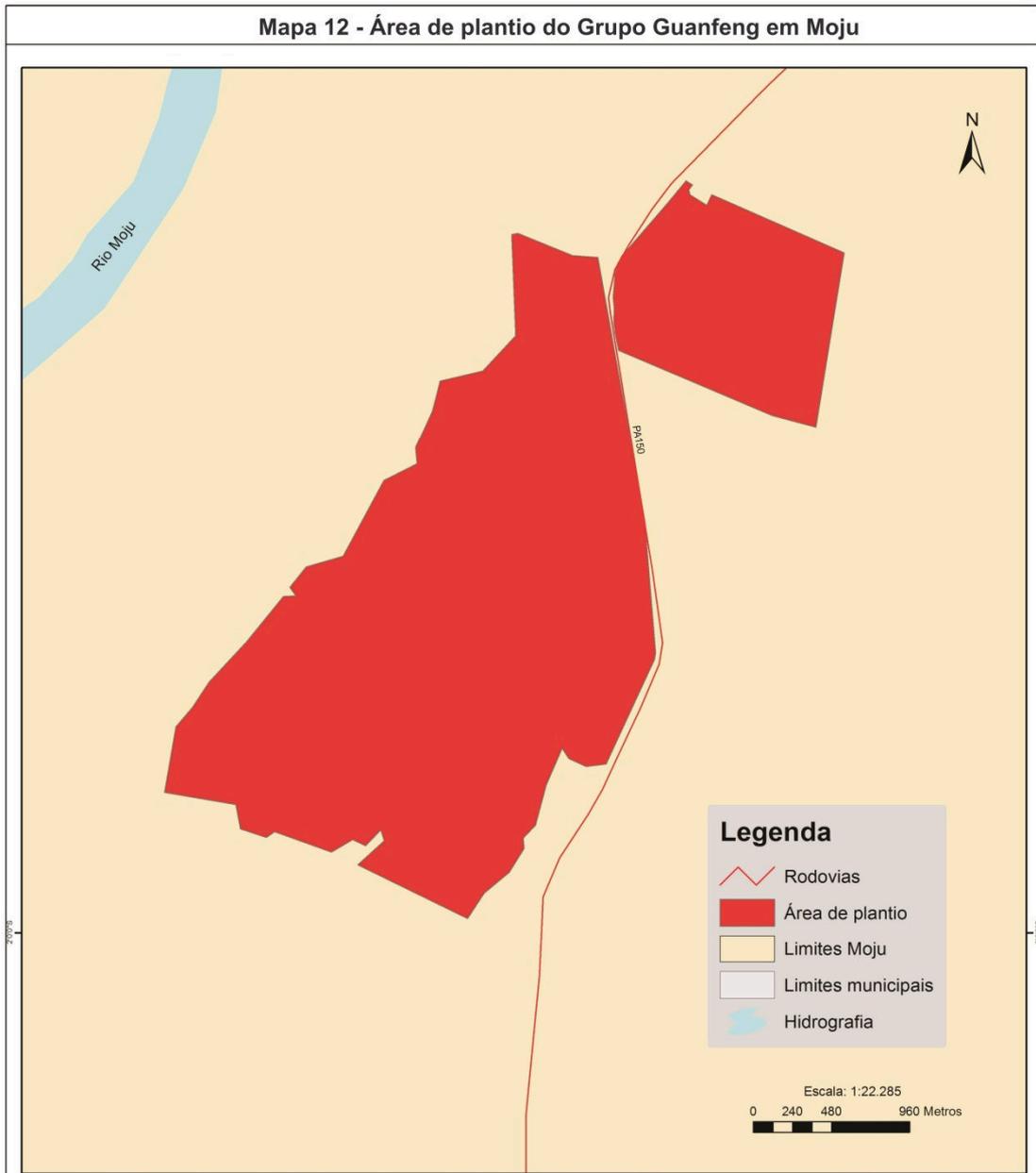
A Fazenda Lagoa Bonita, localizada no quilômetro 02 do ramal Arumanduba, no município de Abaetetuba, com área total de 454 hectares, e a Fazenda Santa Esmeralda, localizada ao lado da Fazenda Lagoa Bonita, mas no quilômetro, 22 da PA-151, com área total de 125 hectares, completam as aquisições da empresa chinesa no Pará. Até 2014 estas últimas não possuíam plantios de dendê. Na Lagoa Bonita, temos plantio de mandioca, e, na segunda, encontra-se a fábrica de farinha que beneficia a mandioca plantada nas propriedades da empresa. Atualmente, a empresa não possui usina esmagadora e ainda não há local e nem data definida para sua construção. Os plantios nessas fazendas deveriam começar no final do ano de 2014. O grupo destinará

sua produção, nesses primeiros anos, para as empresas localizadas no município de Moju como, por exemplo, a Marborges.

O grupo pretende adquirir novas propriedades, mas está com dificuldades em adquiri-las, segundo nos informou um funcionário da empresa. Isso se explica pelo fato da empresa Biopalma Vale ter adquirido um grande número de imóveis nos municípios que fazem parte da microrregião de Tomé-Açu. A Guanfeng Group não possui vínculo com a modalidade familiar nem com a empresarial, pelo menos por enquanto, a empresa possui somente plantios próprios. O total plantado pelo empreendimento é de 1.084,45 hectares nas cinco fazendas que abrangem os municípios de Moju e Abaetetuba, sendo a meta, até o final de 2014, plantar 1.400 hectares de dendê (GUANFENG, 2014). Ver **Mapa 12**.

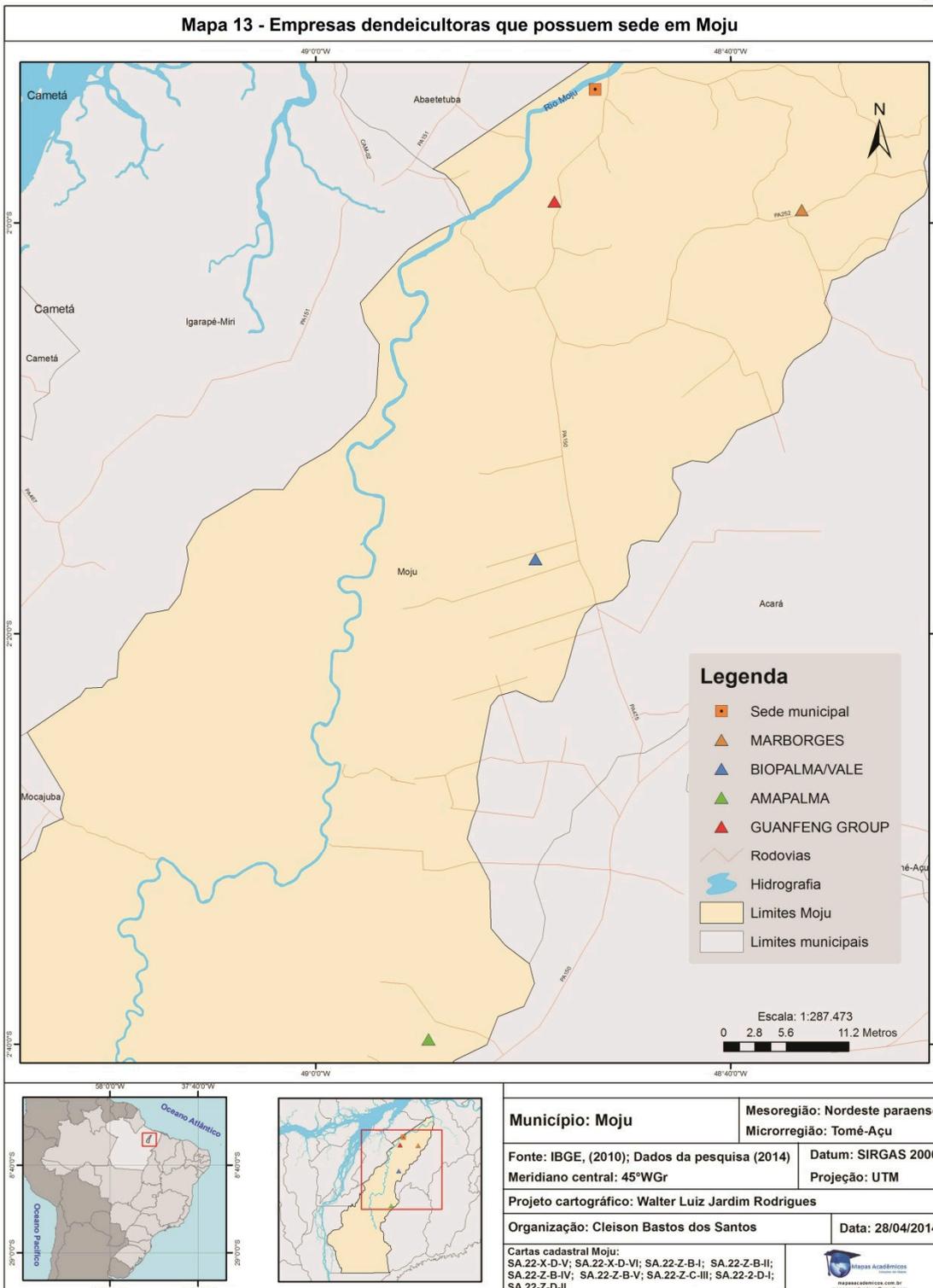
Atualmente, há quatro empresas com sede e área de plantio próprias, do ramo da dendeicultura, em Moju. A empresa Amapalma S/A, do Grupo Agropalma, localizada no quilômetro 96 da PA-150; a Biopalma Vale, localizada no quilômetro 37 da PA-150; a chinesa Guanfeng, localizada nos quilômetros 09 e 10 da PA-150; e a empresa Marborges, localizada na PA-252, no quilômetro 56. A empresa Belém Bioenergia Brasil, subsidiária da Petrobrás Biocombustível, não possui sede no lugar, apenas área arrendada. Ver **Mapa 13**.

Mapa 12 - Área de plantio do Grupo Guanfeng em Moju



Município: Moju	Mesoregião: Nordeste paraense Microrregião: Tomé-Açu
Fonte: IBGE (2010); Dados da pesquisa (2014)	Datum: SIRGAS 2000
Meridiano central: 45°WGr	Projeção: UTM
Projeto cartográfico: Walter Luiz Jardim Rodrigues	
Organização: Cleison Bastos dos Santos	Data: 28/04/2014
Cartas cadastrais Moju: SA.22-X-D-V; SA.22-X-D-VI; SA.22-Z-B-I; SA.22-Z-B-II; SA.22-Z-B-IV; SA.22-Z-B-V; SA.22-Z-C-III; SA.22-Z-D-I; SA.22-Z-D-II	 mapasacademicos.com.br mapasacademicos@gmail.com

Mapa 13 - Empresas dendeicultoras que possuem sede em Moju



Município: Moju		Mesoregião: Nordeste paraense	
		Microrregião: Tomé-Açu	
Fonte: IBGE, (2010); Dados da pesquisa (2014)		Datum: SIRGAS 2000	
Meridiano central: 45°WGr		Projeção: UTM	
Projeto cartográfico: Walter Luiz Jardim Rodrigues			
Organização: Cleison Bastos dos Santos		Data: 28/04/2014	
Cartas cadastrais Moju: SA.22-X-D-V; SA.22-X-D-VI; SA.22-Z-B-I; SA.22-Z-B-II; SA.22-Z-B-IV; SA.22-Z-B-V; SA.22-Z-C-III; SA.22-Z-D-I; SA.22-Z-D-II			

3.4 A empresa Belém Bioenergia Brasil - BBB.

A Petrobrás Biocombustível - P BIO, empresa subsidiária da Petrobrás, possui dois projetos para produção de biodiesel a partir do óleo de palma no estado do Pará. O Projeto Belém, conduzido pela Belém Bioenergia Brasil S/A (BBB), que é constituída por duas empresas do ramo de energia: a brasileira Petrobrás e a portuguesa Galp Energia; e o projeto Petrobrás Pará. O primeiro projeto tem como objetivo a produção de óleo no Brasil e a exportação para Portugal, onde se encontra a refinadora para a elaboração do biodiesel. A meta é produzir 250 mil toneladas de diesel verde até o fim de 2014, processadas a partir de palma cultivada no estado do Pará e comercializada no mercado europeu. O segundo projeto visa abastecer o mercado da Região Norte e contará com área de 48 mil hectares, envolvendo agricultores familiares e produtores independentes (BASA, 2012).

A BBB prevê o plantio de palma em uma área de 50 mil hectares distribuídos em quatro polos (Tailândia, Tomé-Açu e dois a definir), cada um com 12.500 hectares e uma usina esmagadora para a extração do óleo de palma bruto. Para tanto, vem firmando parcerias envolvendo a agricultura familiar (área de 10 ha), agricultor empresarial (área de plantio superior a 10 ha) e arrendamento (área entre 300 a 1000 ha) (Belém Bioenergia Brasil, 2013). Na agricultura familiar, serão envolvidas mil famílias. A empresa não tem interesse em comprar terras, por isso, está fazendo parcerias em áreas arrendadas de proprietários de porte médio e grande do município e com camponeses. O modelo de negócio e critérios de seleção da agricultura familiar são os seguintes: a) plantio em áreas de 7 a 10 ha/família; b) sendo áreas antropizadas até novembro 2005; c) áreas dentro do ZEE e ZAE; d) enquadrar-se nos critérios da linha de financiamento Pronaf Eco Dendê; e) ter como agente financeiro o Banco da Amazônia; f) ter Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP); g) ter Cadastro Ambiental Rural (CAR); h) ter declaração de posse; e f) garantia de assistência técnica gratuita (BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A)¹¹.

Há duas usinas esmagadoras em fase de construção nos Polos de Tailândia e Tomé-Açu. Ambas extrairão o óleo bruto das áreas arrendadas e familiares que será exportado para a usina de produção de Biodiesel da empresa Galp, em Portugal.

¹¹http://www.globalbioenergy.org/fileadmin/user_upload/gbep/docs/2013_events/GBEP_Bioenergy_Week_Brasilia_18-23_March_2013/3.6_ESMERALDO.pdf. Último acesso em 12 de outubro de 2014.

Visitamos o Polo Tailândia da empresa, mas não se conseguiu informações acerca das fazendas arrendadas e o número de comunidades e hectares vinculados com a empresa em Moju. Entramos em contato por telefone e falamos com a coordenadora do setor agrícola da modalidade familiar, a Sra. Marcicléia Rocha, que nos pediu que enviásse uma solicitação por e-mail, mas, mais de um ano depois, não houve resposta.

Diante disto, entramos em contato com o presidente da Associação do Desenvolvimento Comunitário do Apeí, o Sr. Almir Araújo, que nos disse que esta associação congrega os camponeses das comunidades do Arauaí por meio de seis projetos – da comunidade do Santa Rosa (16) e da comunidade do Água Branca, com 71 camponeses, dando um total de 93 famílias. Já o Sr. Antônio Carvalho, presidente da Associação dos Agricultores do Sucutuba, nos informou que a BBB possui na comunidade 19 projetos. Há também 14 projetos na comunidade de São Sebastião; 7 projetos na comunidade de São João; 30, na comunidade da Nova Paz e seis projetos no Assentamento Maravilha, localizado entre os municípios de Moju e Tailândia, sendo 4 deles em solo mojuense. No total, são 153 camponeses integrados à Belém Bioenergia. .

Identificamos, no período de campo, 10 fazendas arrendadas pela empresa em Moju. São elas: a Fazenda Recanto, na margem esquerda do Rio Moju, com 5.497 hectares; Fazenda Arizona, com 932 hectares; Fazenda Bacury, com 1.168 hectares; Fazenda Alta Floresta, com 1.617; Fazenda Pérola Negra, com 1.043 hectares; Fazenda Santo Anjo, com 1.535 hectares; Fazenda Mojuana, com 2.996 hectares; Fazenda Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, com 1.030 hectares; Fazenda Spricigo, com 391 hectares; e Fazenda Nossa Senhora Aparecida, com 247 hectares.

O tempo de contrato estabelecido entre a empresa Belém Bioenergia e os agricultores é de 25 anos e está dentro da linha de financiamento PRONAF Eco Dendê, com dimensões entre 7, 8 e 10 hectares. A previsão é que em novembro de 2014 comecem as primeiras colheitas dos projetos de 2011/2012. Segundo os presidentes das associações supracitadas, a BBB tem interesse em cadastrar novos agricultores no ano de 2015 e, no mesmo ano, será realizado o preparo da área para receber o plantio em 2016. Conseguimos pontuar no mapa 100 projetos¹² através de informações dos presidentes das duas associações. De posse dos nomes dos agricultores, consegui mapeá-los através da Declaração de Aptidão ao Pronaf no site do MDA e, em seguida,

¹²Até o atual momento (julho de 2015) a empresa BBB Polo Tailândia não retornou o e-mail com as informações solicitadas. Desse modo, constará no **mapa 14** apenas a modalidade familiar.

fizemos uma longa busca no Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental (SIMLAM) da SEMA-PA.

Moju foi o primeiro município da microrregião de Tomé-Açu a receber um empreendimento voltado para a dendeicultura na década de 1980, com a extinta REASA. A dendeicultura desde então vem se expandindo a passos largos nos municípios pertencentes à microrregião e adjacências. O estado do Pará é a porção do território brasileiro onde a cadeia produtiva do dendê se dá com maior intensidade.

A chegada das empresas Amapalma, na década de 1990, Guanfeng e Biopalma, em 2009 e 2010, e da Belém Bioenergia, em 2011, colocaram Moju, segundo os dados do IBGE (2013), na terceira posição em quantidade produzida de CFF no estado do Pará, com 141.151 toneladas, atrás apenas do município de Acará, com 175.000 toneladas, e de Tailândia, com 405.055 toneladas.

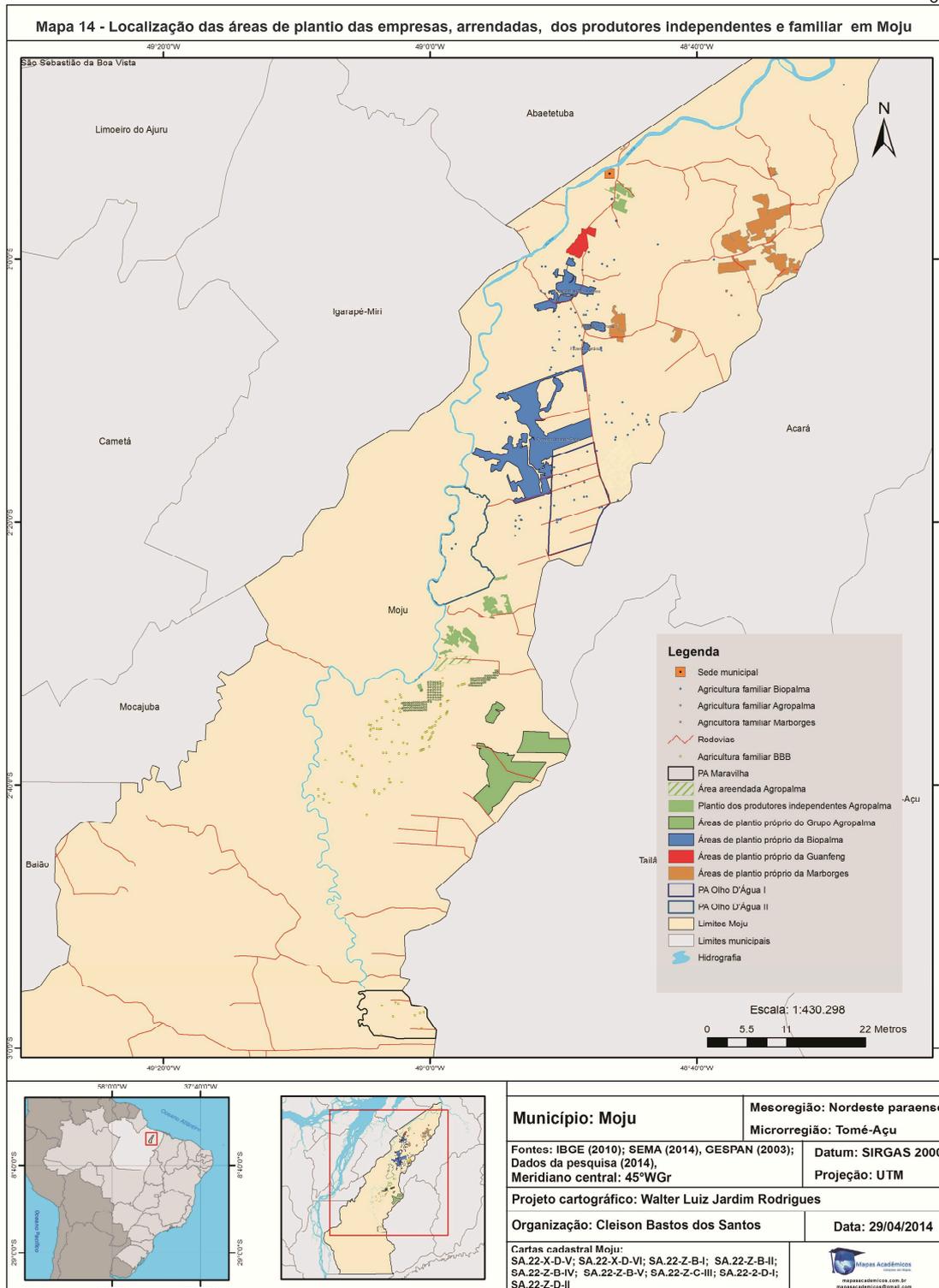
Somando as áreas de plantio nas modalidades familiar, arrendamento, produtor independente e plantio próprio de todas as empresas presentes no município de Moju, temos o cenário descrito no **mapa 14**.

Quanto aos projetos de agricultura familiar com cultura de dendê aqui esboçados, não se considerará os hectares desta modalidade integrada à BBB na contabilidade final dos dados porque não se tem os dados totais da empresa. Os dados repassados pelos presidentes das associações não são suficientes para ter noção da área plantada, pois é sabido quantos projetos existem mas não se sabe quantos possuem dimensões de 7, 8, 9 e 10 hectares; ficando difícil estipular a área de plantio associada à empresa. Segundo os dados levantados na pesquisa, a modalidade familiar integrada às empresas somam 263 famílias – sendo cinco projetos associados com a Marborges; 155 com a Agropalma, e 106 com a Biopalma, totalizando 2.660 hectares.

Na modalidade arrendamento, existem três áreas. Os 510 hectares do Sr. Altino Coelho, arrendados pela Agropalma, e as fazendas Vitória, com 705 hectares, e Primavera, com 810 hectares. As duas fazendas são áreas arrendadas pela BBB. Somando os plantios temos 2.025 hectares.

Na modalidade produtores independentes, temos as propriedades dos senhores Domingos Lima, com 34 hectares, Hitofume Kimura, com 580 e José Wanderley, com 2.221, totalizando 2.835 hectares.

Quanto às áreas de plantio próprio, temos a Marborges, com 6.250 hectares; a Biopalma, com 9.328; a Guanfeng, 1.084; e a Amapalma/Agropalma, com 4.954, totalizando 21.616 hectares.



Somando todas as áreas, temos cerca de 29.136 hectares de dendê plantados em Moju, em 2014. Acreditamos que a expansão da dendeicultura, sobretudo na modalidade familiar, promova impactos sócio-econômico-territorial nas comunidades camponesas que estão direta e indiretamente envolvidas com a atividade.

Moju é, por enquanto, o único município do estado do Pará que abriga em sua área projetos de todas as modalidades desenvolvidas no ramo da dendeicultura: modalidade familiar – projetos contíguos coletivos e projetos individuais, projetos empresariais –, áreas das empresas, áreas de produtores independentes e áreas arrendadas.

O capítulo 4 deste trabalho terá por objetivo aprofundar as análises da dinâmica da dendeicultura na modalidade familiar nas comunidades camponesas integradas a empresa Agropalma, Biopalma e Marborges.

CAPÍTULO 4 – Mudanças e Permanências no Uso do Território pelos Camponeses da Região do Alto Moju, da PA-150 e da PA-252

O objetivo deste capítulo é analisar as transformações e permanências quanto ao uso do território pelos camponeses antes e depois da integração à cadeia produtiva do dendê da região do Alto Moju, nas áreas das rodovias estaduais PA-150 e da PA-252. Caracterizamos a forma de organização do trabalho e da produção, bem como as sociabilidades que permeavam e ainda permeiam, em maior ou menor grau, a vida em comunidade desses sujeitos sociais. Iniciamos a análise pela região do Alto Moju, especificamente a comunidade do Arauaí, por conta da presença pioneira dos projetos de *Agricultura Familiar com Cultura de Dendê* no estado do Pará como, por exemplo, o Projeto I e o Projeto III, porque ambos fazem parte da Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí. No total, são 100 associados, sendo que 50 são do Projeto I e as 50 restantes são do Projeto III.

4.1 A vida na comunidade do Arauaí antes da integração ao Projeto Agricultura Familiar do Dendê¹³

A comunidade do Arauaí localiza-se no Alto Moju. Essa região corresponde a 64% da área do município de Moju. Segundo Mota *et al.* (2007b), a ocupação da terra e o uso dos recursos naturais vêm se alterando nessa porção do município, sobretudo, a partir da década de 1950. As fontes de renda e de alimentação das famílias deslocaram-se do extrativismo da madeira, da caça, da pesca, da retirada do látex e de frutos para a agricultura, principalmente, o plantio de mandioca.

A edição de setembro de 1998 da Revista Globo Rural registrou os diversos usos da terra na comunidade do Arauaí, e mostrou que a história da comunidade se confunde com a história da família de Sebastião Lobato do Nascimento, o Seu Sabá. Pioneiro na ocupação do Igarapé Arauaí, Sabá chegou lá em algum dia de 1940. Ele abriu uma clareira na mata, plantou roça, edificou uma casa ampla de madeira e constituiu uma família numerosa. Dez filhos, sendo seis homens e quatro mulheres,

¹³ Parte das análises contidas neste capítulo está presente no artigo “Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia Paraense” (NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos. 2013) publicado em *ACTA Geográfica*, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p. 63-80.

todos alimentados com a fartura da caça e da pesca, mais os frutos da terra (Globo Rural, 1998). Segundo a reportagem,

A família de Sabá [Sebastião Nascimento] detém a posse de 350 hectares de terras contíguas, margeando o igarapé (Arauaí). No total, são sete lotes de 500 metros de frente por 1.000 de comprimento, que ainda estão à espera de registro de propriedade. **A principal fonte de renda da família é a produção de farinha de mandioca, normalmente entregue aos marreteiros – atravessadores ambulantes que comerciam nos rios da Amazônia. O preço anda por volta de 10 reais a saca de 60 quilos.** “Se colocarmos tudo na ponta do lápis, podemos concluir que o esforço não compensa. Mas não há alternativa”, diz Benedita Almeida do Nascimento, a Bena, uma das filhas de seu Sabá. (Revista Globo Rural, 1998). [*Grifos nossos*].

Apesar da presença da caça, da pesca, do extrativismo da madeira e dos produtos da floresta, são os roçados os principais espaços da produção regional, que, junto com a mandioca, formam a base da cultura, da dieta e do cultivo agrícola do campesinato tradicional no alto Moju. Os roçados são realizados em matas primárias ou de capoeira. Em geral, no Arauaí, são feitos o roçado de “*verão*” e o roçado do “*inverno*”, justamente para que o camponês tenha produção para consumo e para venda o ano todo. Nesses espaços, temos várias culturas, como o arroz, o jerimum, a melancia, o feijão, o milho e a mandioca. Ainda que exista uma cultura estruturadora, como é o caso da mandioca, em se tratando da região do Alto Moju, a agricultura envolve uma diversidade de tipos agrícolas. O camponês nunca planta apenas uma cultura. O que há é sempre uma cultura principal (comercial), mas nunca uma única cultura.

O roçado faz parte dos chamados *sítios*. Pode-se dizer que um sítio é um conjunto de espaços articulados entre si, que é composto por mato, capoeira, chão de roça, pasto, casa de farinha, casa e quintal (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997). Segundo esses autores, a direção do processo, no roçado, é determinada pelo *pai de família*, detentor do *governo do trabalho*. É ele quem dá a direção, porque é ele que detém o controle do processo como um todo. À mulher cabe o *governo da casa*, ou seja, um movimento inverso, de fora para dentro, trazendo para a casa os produtos da roça transformados em mantimento, em comida para o consumo da família.

Na verdade, as mulheres se revezam entre o trabalho de casa e o trabalho da roça. Na roça, elas trabalham nas fases de plantio e na colheita. Na casa fica a atribuição das tarefas domésticas, a criação dos filhos e o cuidado com a chamada “*cria miúda*”, que são os animais de pequeno porte. Apesar de estar entre a roça e o lar, há uma

invisibilidade do trabalho feminino porque as atividades desenvolvidas por elas são sempre reconhecidas como “ajuda”, nunca como trabalho. O trabalho fora da casa é considerado complementar, menos importante. Assim, atividades produtivas realizadas fora do lar, por conta do contato com a terra, para as domésticas, não são consideradas laborais e, sim, complementares. “As tarefas que pertencem ao roçado, quando efetuadas por elementos femininos, perdem o caráter de trabalho” (HEREDIA, 1979, p. 81).

Para a produção do roçado temos as seguintes etapas: *brocação*, *derruba*, *queima*, *encoivamento*, *plantio*, *colheita* e, por fim, o *processamento*, que consiste na produção da farinha e subprodutos (tucupi e goma para tapioca) nos retiros ou casas de farinha. O plantio é realizado de junho a novembro, coincidindo com o período mais seco na região amazônica, no caso do roçado de “verão” e chuvoso, no caso do roçado de “inverno”. Ou seja, o trabalho familiar começa quando a mãe natureza dá seus sinais (verão ou inverno). Mas a forma, o modelo e como trabalhar a terra, são ditados pelos membros da família. A família é responsável pela organização do trabalho, da produção e comercialização.

Inicialmente, os camponeses, em família ou em mutirão, brocam a área. **Brocar** consiste em fazer uma espécie de limpeza parcial do terreno, na maioria das vezes, com terçado ou foice, porque as árvores são de pequeno porte. O restante da vegetação é deixado para a segunda etapa. Na segunda parte, os membros da família, dependendo da vegetação (capoeira fina ou grossa), utilizam motosserra ou machado e põem no chão a vegetação de porte médio ou maior. Essa é a etapa da **derruba**, ou, na linguagem local dos moradores, a “derriba”. Esta etapa, bem como a anterior, é dominada pelo trabalho masculino, por conta da exigência de grande esforço físico.

Derrubada a capoeira, ou a mata, depois de 30 dias, inicia-se a **queima** da área. A agricultura de corte e queima – também conhecida como itinerante, nômade, de pousio ou de coivara – é uma prática contestada. Mas a queima da vegetação não tem apenas como finalidade limpar mais rapidamente o terreno. Ela objetiva melhorar a fertilidade do solo com o depósito das cinzas. Com o término da queima, a vegetação que não fora queimada é amontoada (empilhada) e queimada novamente pelos camponeses, o que se chama de **coivara**¹⁴ ou **encoivamento**.

¹⁴ Esta etapa depende da densidade da vegetação. Caso o roçado seja introduzido em capoeira fina, às vezes, não é obrigatória.

Após a etapa da coivara, é realizado o plantio na área desmatada. O plantio é feito por homens, mulheres e crianças. Primeiro, planta-se o milho. Após um mês, planta-se o arroz e, por fim, as mudas de maniva. Nesta fase, a presença de umidade no solo é garantia de uma boa brotação das culturas. As variedades de mandioca mais plantada pelos moradores são a Taxi e Paulozinho.

A **Figura 10** ilustra a característica da cultura agrícola da comunidade do Arauaí antes da integração ao dendê, o roçado. O roçado é espaço onde os camponeses produzem gêneros alimentícios segundo a lógica da policultura, frequentemente consorciando mandioca (*Manihot esculenta*) e milho (*Zea mays*). Este espaço de produção é construído, em sua maioria, através do mutirão. Segundo Cândido, o mutirão

consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente, os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Este chamado não falta porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão de obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal (CÂNDIDO, 1997, p. 68).

O mutirão é uma das formas de solidariedade no mundo rural. Trata-se de uma estratégia de sobrevivência e, ao mesmo tempo, de sociabilidade, posto que a falta de políticas públicas e de dinheiro fazem com que os laços de parentesco e de vizinhança se sobressaiam às formas de monetarização. Desse modo, a caça, a pesca, a coleta de produtos florestais, o roçado de mandioca consorciado com o milho, o arroz, o jerimum, o retiro, a produção de farinha, o trabalho familiar manual e mútuo constituíam-se nas principais atividades econômicas e nas principais formas de reprodução social dos moradores da região do Alto Moju.

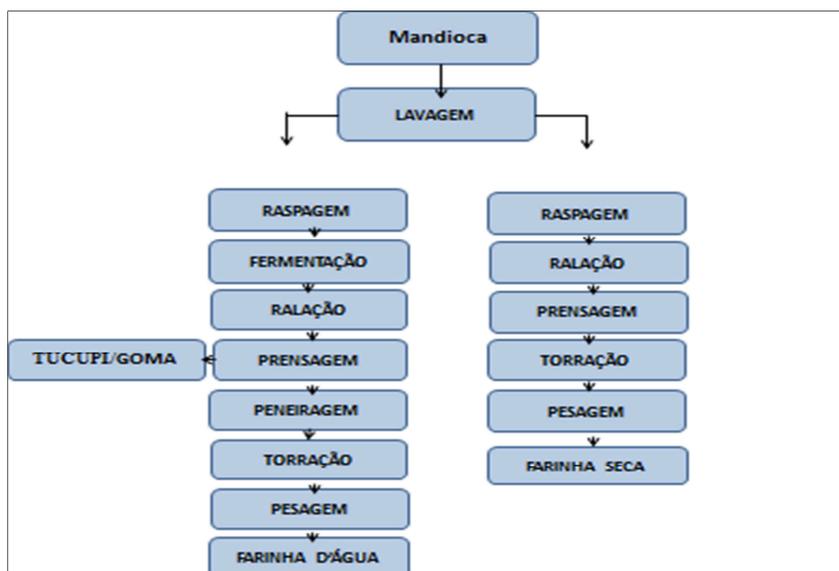


Figura 10 - Roçado consorciado na comunidade do Arauaí em 1998
Fonte: *Revista Globo Rural*, 1998, p. 32.

O controle das plantas invasoras (ervas daninhas) é feito através das *capinas*, que começam em torno de um mês após o plantio. Os camponeses da região realizam, dependendo do local onde fora introduzido o roçado (capoeira ou mata), de duas a três capinas por ano. Este processo é fundamental, pois segundo (ALVES, 2007), para se obter uma boa produção, além *da seleção das mudas e do espaçamento*, é necessário manter limpo o mandiocal por pelo menos os 150 dias iniciais de cultivo. Ou seja, a falta dos *tratos culturais* implica em perdas na colheita de até 90% e representa 35% do custo de produção.

O arroz é o primeiro produto a ser colhido, seguido do milho. A mandioca é colhida em torno de um ano depois do plantio, de acordo com as necessidades de consumo e comercialização. O transporte da produção do roçado até o retiro, para começar a fase de *processamento da mandioca* em farinha, é realizado por meio do aturá, que consiste em um paneiro feito de fibras, ou por tração animal.

No retiro, o processamento é realizado de forma manual. Iniciada a colheita, a mandioca deve ser processada num prazo máximo de 36 horas, por conta da fermentação do tubérculo. O **Fluxograma 1** mostra as etapas percorridas para a produção tanto da farinha seca como da farinha d'água, como também dos subprodutos tucupi e goma.



Fluxograma 1- Etapas de produção de farinha D'água e Seca.

Fonte: Organizado por Cleison Santos a partir da pesquisa.

Herança da sociedade indígena, o cultivo de mandioca e seus diversos subprodutos, como as farinhas d'água, seca e de tapioca, o beiju, a tapioca, o chibé, o pato no tucupi e o caribe, estão na cultura, na vida do caboclo amazônico. Sobretudo, no cotidiano do caboclo-ribeirinho. A farinha é um item indispensável à mesa desse sujeito social (FRAXE, 2004). O retiro é o local onde as famílias se reúnem para fazer a farinha. O trabalho é manual, posto que o mexido da massa da mandioca no tacho é dado pelo ritmo do suor humano.

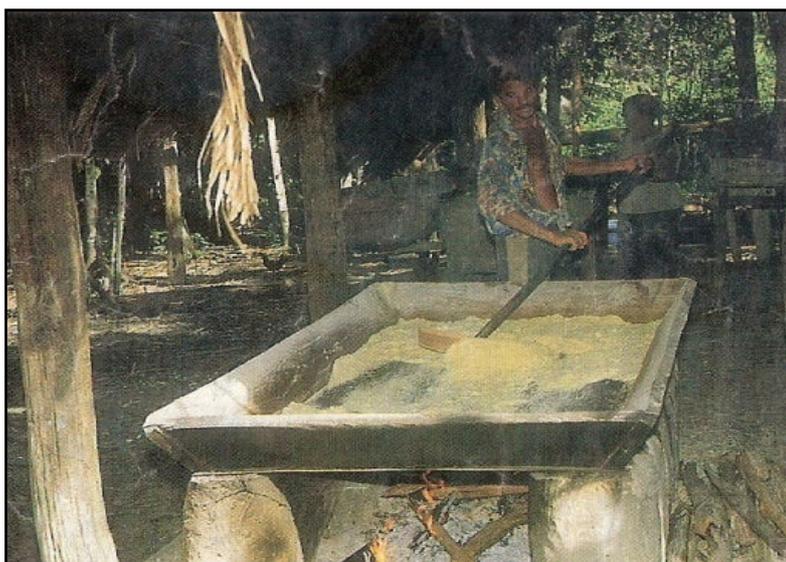


Figura 11 - Retiro de Farinha na comunidade do Arauaí em 1998.

Fonte: Revista Globo Rural, 1998, p. 32.

As áreas dos roçados das famílias do Arauaí antes da chegada do projeto de dendê eram em média de 8 a 20 tarefas¹⁵, que corresponde de 2,4 a 6 hectares. Eles são cultivados, em média, por um ano e depois são deixados em pousio, para recuperação da fertilidade da terra por 4 a 6 anos, dependendo da necessidade de cada família. O **quadro 2** apresenta o calendário agrícola dos camponeses que trabalham com a lavoura branca. Aqui, restringimo-nos apenas à lavoura branca. Neste não consta o tempo gasto com as atividades desenvolvidas com o açaizeiro, o cupuaçuzeiro, dentre outros. Segundo informações dos camponeses, a roça de “verão” possui características diferentes da roça de “inverno”.

O roçado de “verão” é 50% menor que o do “inverno”. Também não se planta o arroz por conta da falta de umidade na terra, mas planta-se milho. Alguns preferem plantar apenas a mandioca. Este roçado, em geral, é feito em capoeira fina, o que diminui a incidência de plantas invasoras. Esse calendário é flexível, ou seja, há camponeses que preferem iniciar seu roçado de “verão”, por exemplo, no mês de abril. Outros, no mês de maio. O mesmo ocorre com o plantio de “inverno”: muitos preferem plantar em dezembro, outros em janeiro. Já a produção da farinha durante o ano todo. Procuramos montar o calendário baseado em informações do trabalho de campo.

¹⁵ Dados da pesquisa, 2014.

Meses do ano	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1º ANO				Broca Derrubada (V)	Queimada Coivara (V)	Milho Maniva (V)	1ª Capina (V)			Milho (V)		
								Broca (I)	Broca Derrubada (I)	Queimada (I)	Queimada Coivara (I)	Milho Arroz Maniva
2º ANO	2ª Capina (V)	1ª Capina (I)		Milho (I)		Mandioca (V)	2ª Capina (I)					Mandioca (I)
	Arrancar mandioca/raspagem/ Molho/ Trituração/ Prensagem/ Peneiragem/ Torração/ Empacotamento/ Comercialização											
	PREPARO DA ÁREA											
	CONCENTRAÇÃO DE PLANTIO											
	CONCENTRAÇÃO DE COLHEITA											
	TRATOS CULTURAIS											
	PROCESSAMENTO DA FARINHA											
	(V) roçado de Verão						(I) roçado de Inverno					

Quadro 2 – Calendário agrícola dos camponeses relacionado à lavoura branca no período de plantio de “verão” e “inverno”.

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir da pesquisa.

A produção camponesa adentra o mercado nas mãos dos atravessadores, conhecidos como marreteiros. Por conta das distâncias e da precariedade de acesso às localidades rurais da região, os atravessadores são os responsáveis pelo escoamento da produção camponesa. Os que não entregam sua produção aos marreteiros, escoam-na por meio dos coletivos que passam na vila em direção às feiras da cidade.

4.2 A vida na comunidade do Arauaí com a integração ao Projeto Agricultura Familiar com cultura de dendê

Nosso contato com a comunidade do Arauaí coincide com o início de minha carreira de docente. No ano de 2002, trabalhávamos na escola Nossa Senhora da Soledade, comunidade localizada no Alto Moju. Ao longo do percurso entre a sede municipal e a Vila da Soledade, tínhamos que passar por dentro da *CRAI (Companhia Real Agroindustrial S/A)* uma das seis empresas do Grupo Agropalma, localizada na rodovia PA-150, quilômetro 75, no município de Tailândia. Adentrando a portaria da empresa, percorre-se um labirinto de dendezal até passarmos pela comunidade de São José, após o que havia uma bifurcação. Quem seguisse à direita do ramal iria em direção ao porto do CRAI, na margem direita do rio Moju, onde se embarcava em pequenas

embarcações conhecidas como rabetas para chegar à Vila da Soledade. Os que seguissem na direção esquerda do ramal, passariam pelo Arauaí, que, na época, sua configuração territorial consistia em uma escola, um barracão de vendas, um campo de futebol e a casa do Sr. Raimundo Almeida do Nascimento, filho de Sebastião Almeida do Nascimento, primeiro morador da atual Vila do Arauaí e agricultor do Projeto I. Após o Arauaí, encontrávamos a Vila São Vicente, e, por fim, a Vila da Soledade.

Percorremos este caminho por três anos (2002/2003/2004) e, durante algum tempo, vimos a paisagem da comunidade do Arauaí se modificar. Esta, assim como várias do município de Moju, era marcada pela produção e comercialização da farinha de mandioca. Os roçados dominavam a paisagem do lugar. Mas ao longo dos anos, as plantações de mandioca, paulatinamente, começaram a dar lugar aos plantios de dendê.

Atualmente a vila concentra mais de 70 casas, em sua maioria, de camponeses dos projetos I e III. A vila possui três comércios de venda de alimentos, duas oficinas de motocicletas, duas bateadeiras de açaí, uma padaria que ao mesmo tempo é um pequeno comércio, uma escola de ensino fundamental, dois barracões (um da associação e outro, da Igreja Católica), um pequeno comércio que vende botijão de gás, três bares, duas igrejas evangélicas, vários pontos de venda de açaí, um campo de futebol. Conta com três linhas de ônibus, que, ao longo do trajeto entre a cidade de Moju e a Vila da Soledade passam pelo Arauaí.

Esses traços ainda estão vivos em nossa memória, haja vista que o tempo de espera pela condução era maior se comparada com o tempo das outras comunidades, por conta dos inúmeros sacos de farinha que embarcavam. O ônibus trafegava lotado de pessoas e de farinha para abastecer os consumidores da cidade de Moju, além dos municípios de Abaetetuba, Igarapé-Miri e outros. A comunidade era uma das maiores produtoras de farinha do município.

Os anos de 2002 e 2005, no entanto, constituem anos históricos no uso da terra na comunidade do Arauaí, pois é nesta data que temos a chegada do Projeto Agricultura Familiar com Cultura de Dendê. O Projeto I, também conhecido como Arauaí I, de 2002, e o Projeto III (ou Arauaí II), de 2005, foram projetos pioneiros de agricultura familiar voltados para a cultura do dendê no território brasileiro. Os camponeses da comunidade, que viviam em função dos produtos da terra, do roçado da mandioca e, sobretudo, da produção de farinha de mesa, adentraram em uma nova dinâmica, um novo ritmo, ditado agora pela cadeia produtiva do dendê.

O Projeto Agricultura Familiar com Cultura de Dendê, que se constitui um contrato de integração entre os camponeses da comunidade do Arauaí e o Grupo Agropalma, inaugura um estilo de agricultura pouco desenvolvida na região Amazônica, a agricultura integrada à agroindústria.

No caso da Amazônia, os projetos integrados à cadeia produtiva do dendê têm períodos distintos de surgimento. O primeiro projeto vinculado com os pequenos agricultores foi elaborado no âmbito do projeto “Novo Pará”, pelo então governador Almir Gabriel, em 2000, e pelo interesse do Grupo Agropalma. Os projetos seguintes se originam e são estimulados a partir das políticas do governo federal, sobretudo, com a chegada do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), em 2004, e pelo Programa Sustentável de Óleo de Palma, em 2010.

Os projetos I e III localizados na comunidade do Arauaí (**Mapa 8, p. 67**) fazem parte da ADCRA – Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal do Arauaí, criada em 2001 e constituída por 100 associados que ocupam os lotes de número 1 a 50 (Projeto I) e 101 a 150 (Projeto III). Os agricultores dos lotes 51 a 100 pertencem ao Projeto II, da Associação do Desenvolvimento Comunitário da Soledade. Em 2012, entraram cinco novos plantios localizados próximos ao Projeto I. Esses projetos constam na planilha da empresa, porém, até o atual momento, nenhum está associado à ADCRA. O **Quadro 3** ilustra a composição atual da associação. Os camponeses dos projetos I, II e III são residentes das comunidades do Arauaí, Soledade, Curuperé, São José, São Vicente, Água Branca, Apeí e Sagrado Coração de Jesus.

Presidente	Jefhti Pires de Abreu
Vice-Presidente	José Valdir Siqueira
Tesoureiro	Antônio Bento dos Reis
Secretária	Suellen Sena de Jesus

Quadro 3: Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí (2014-2015).

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir da pesquisa.

As reuniões ocorrem todo primeiro sábado de cada mês, na sede da associação na vila do Arauaí. O representante da empresa Agropalma se faz presente nessas reuniões e entrega para cada um dos produtores de dendê o balancete com a quantidade e o valor pago por tonelada, o valor bruto, o desconto de 2,3% do INSS, a amortização que corresponde a 25% do valor bruto do agricultor (que fica retido na empresa para o pagamento de insumos e equipamentos utilizados no lote), o frete pago para a empresa terceirizada que transporta os cachos de dendê para a usina esmagadora, o desconto da

associação no valor de R\$ 15,00 referentes ao uso do lote e os descontos do consórcio para aqueles quem utilizam os serviços. Em torno de 98% dos camponeses do Projeto I já terminaram de pagar seus financiamentos. Os do Projeto III só terminarão em 2016. Assessorando esses projetos temos quatro técnicos, sendo dois da empresa e dois do consórcio, fiscalizando diariamente o trabalho dos camponeses nos lotes. Os lotes dos camponeses são contíguos e foram cedidos pelo governo paraense para a realização do projeto. Desse modo:

O governo do estado do Pará através do Decreto nº 1.198, de 23 de agosto de 2004, em seu Art. 1º, considerando entre outras coisas, que compete ao Poder Público estimular os empreendimentos idôneos e contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região, reserva à Associação do Desenvolvimento Econômico do Ramal do Arauaí, uma área de terras medindo 2.714ha 23a e 96ca (dois mil e catorze hectares, vinte e três ares e noventa e seis cantiares). No Art. 2º diz que “a área de terras previstas no Art. 1º não poderá ser objeto de qualquer operação que importe na sua transferência a terceiros, sob qualquer hipótese”, portanto a área foi doada à Associação, sendo que cada lote seria “arrendado” as famílias participantes do projeto para utilizarem 10 hectares com dendê (PINTO; SOUZA; SILVA et al., 2009, p. 32).

O projeto Agricultura Familiar com Cultura de Dendê inicialmente estava formatado de maneira que cada família recebia 10 hectares, onde eram introduzidas 160 plantas por hectare, dando um montante de 1.600 plantas no lote com 10 hectares; e mais dois hectares, sendo um para construção de estrada e outro para plantio de subsistência. Ocorreu que a área destinada para a subsistência não foi mais incentivada pela empresa. Esta atitude da empresa causou desconfiança dos camponeses. Primeiro porque a família estaria envolvida no preparo dos lotes e, segundo, porque o dendê só começa produzir no terceiro ano. Sendo assim, os camponeses não saberiam de onde viria o sustento da família nesse período de implantação e consolidação do projeto. Essa problemática foi sanada com o crédito viabilizado pelo Banco da Amazônia. “Foi garantido aos participantes do projeto o valor de dois salários mínimos – no período R\$ 160,00 – a cada dois meses durante os três primeiros anos, período que o dendê não produz, como forma de manter o sustento da atividade até o início da produção dos cachos (*Idem*).

A palmeira africana, introduzida nos lotes dos camponeses, foi plantada em “sistema solteiro (sem consorciação), utilizando o espaço em triângulo equilátero com 8,5m entre plantas, em solo com textura areno-argilosa, plano e de baixa fertilidade

natural” (SANTOS *et al.*, 2014, p. 15-16). Nos projetos atuais, o espaçamento entre as palmeiras é de 9m por 9m, sendo que cada hectare abriga 143 plantas, totalizando 1.430 plantas em 10 hectares. Segundo informações de um entrevistado, a introdução da lavoura branca não foi incentivada pela empresa porque

naquela época, quando o Sr. Adalto estava na frente do projeto, ficou aquele negócio (...) põe ou não põe a lavoura branca nos dois hectares (...) só que tinha uma preocupação com a lavoura branca, porque o arroz, o milho [...] poderia atrair o rato, e o rato come o palmito da palmeira [...] e aí resolveram plantar tudo dendê (Entrevistado 2).

O camponês, integrado à agroindústria, assina um contrato de parceria com a empresa, no caso, o Grupo Agropalma. De acordo com Belato (1985), os contratos de produção, também denominados contratos de integração, definem as tarefas, responsabilidades, direitos e deveres entre dois contratantes (a empresa integrada e o produtor integrado) em condições de igualdade. Assim, o contrato assinado entre as partes estabelece as obrigações da empresa, de modo resumido:

- a) I. Adquirir toda produção do **PRODUTOR/VENDEDOR**. (...) II. Descontar, de forma paulatina e crescente, conforme ciclo evolutivo de produtividade estimada da cultura (a partir do 4º ano de plantio), expresso em o percentual de 25% sobre a quantidade de frutos de dendê entregue nas indústrias, o equivalente aos investimentos em insumos, matérias e serviços desembolsados pela empresa **FORNECEDORA E RESPONSÁVEL TÉCNICA**. (...) III. Garantir a compra de toda a produção, durante o prazo de 25 (vinte e cinco) anos, a partir do início da produção, desde que sob as condições de comercialização, ou seja, ao preço de 12% a 15% (doze a quinze por cento) da cotação internacional do óleo de palma bruto (Roterdã, média do mês de venda), por tonelada de CFF (cacho de fruto fresco). Este preço é relativo ao produto colocado na fábrica da **FORNECEDORA E RESPONSÁVEL TÉCNICA** pelo **PRODUTOR/VENDEDOR**. O preço de compra deve garantir ao **PRODUTOR/VENDEDOR** renda.
- b) Constituem-se obrigações da **FORNECEDORA E RESPONSÁVEL TÉCNICA**. I. Prestar, durante todo o período de desenvolvimento do cultivo, assistência e capacitação técnica (tratos culturais e outros) ao **PRODUTOR/VENDEDOR** (...). II. Fornecer os insumos necessários à implantação da cultura, quais sejam: mudas de dendê, adubo de base, transporte de mudas e sementes de puerária por **PRODUTOR/VENDEDOR**. III. Fornecer, conforme sua conveniência e disponibilidade (...) foices, sachos, machados, luvas, insumos e defensivos agrícolas, materiais estes que terão seus valores integralmente descontados, a preços praticados no mercado. (...) IV.

Treinar, a seu exclusivo critério, o **PRODUTOR/VENDEDOR** com relação à manutenção (poda, limpeza rebaixo, adubação, afastamento e tratamento fitossanitário) e colheita do plantio de palma.

As obrigações do produtor/vendedor:

I. Contrair crédito para implantar a cultura de palma no **BANCO DA AMAZÔNIA**, na área de 5 a 10 ha (cinco a dez hectares). (...) II. Realizar as atividades de plantio e manutenção de acordo com as recomendações técnicas da **FORNECEDORA E RESPONSÁVEL TÉCNICA**, em especial, limpeza, rebaixo, coroamento, poda, afastamento, adubações e controle fitossanitário dos plantios; III. Efetuar a limpeza e conservação dos plantios, em especial na área abrangida pelo presente contrato, devendo a mesma estar em boas condições de colheita e escoamento da produção; IV. Efetuar a colheita de frutos e o respectivo escoamento da produção para a unidade de recepção da **FORNECEDORA E RESPONSÁVEL TÉCNICA**; V. Informar a **FORNECEDORA E RESPONSÁVEL TÉCNICA**, imediatamente, no caso de desistência ou descumprimento das exigências técnicas necessárias ao desenvolvimento da cultura o que ensejará as providências. VI. Informar à **COMPRADORA** e a **FORNECEDORA E RESPONSÁVEL TÉCNICA** qualquer situação que possa afetar o plantio e/ou a produção, seja de caráter ambiental, fitossanitário ou operacional; VII. Autorizar a descontar, via amortização, os valores 25% sobre a venda de frutos, (preço x produto) relativos ao fornecimento de materiais e insumos (mudas de dendê, adubo de base, sementes de puerária etc.) de implantação e manutenção da cultura. VIII. Realizar todas as suas atividades em conformidade com a legislação brasileira, em especial a legislação ambiental e trabalhista, bem como cumprir com todos os Princípios e Critérios RSPO (AGROPALMA, 2012).

O preço pago aos Cachos de Frutos Frescos (CFF) fornecidos pelos camponeses varia de acordo com o preço do óleo bruto no mercado internacional e também por conta da qualidade do produto. Assim diz a **CLÁUSULA TERCEIRA** do contrato:

A **COMPRADORA** pagará, por tonelada de fruto, o valor equivalente a 12% a 15% (doze a quinze por cento) do preço da cotação do mercado internacional (Roterdã), considerando a média dos valores do mês de entrega, sendo obrigação do **PRODUTOR/VENDEDOR** a entrega do fruto de dendê nas indústrias da **FORNECEDORA E RESPONSÁVEL TÉCNICA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O valor pago pela **COMPRADORA** à **VENDEDORA** correspondente ao valor da tonelada do fruto de dendê poderá ter

acrécimo em até 8% (oito por cento) ou desconto de até 8% (oito por cento), de acordo com os critérios e especificações de qualidade discriminadas nos parágrafos citados abaixo. Fica acordado entre as Partes que as especificações de qualidade serão mensuradas, periodicamente, pela equipe de controle de qualidade da **COMPRADORA** e terá como base de cálculo o valor a ser pago à **VENDEDORA**.

PARAGRÁFO TERCEIRO

Fica ajustado entre as Partes que o critério para desconto ou acréscimo variável no parágrafo 1º acima mencionado, basear-se-á nas seguintes condições:

- Cachos Verdes: cachos com coloração escura, cor de polpa amarelo pálido e que não desprendem frutos. Parâmetro aceitável de 1,0% (um por cento) podendo haver desconto ou acréscimo variável em até 1% (um por cento) sobre o valor a ser pago ao **PRODUTOR/VENDEDOR**;
- Cachos Inchados: cachos com coloração avermelhada, cor de polpa amarelo e não desprendem frutos. Parâmetro aceitável de 3,0% (três por cento) podendo haver desconto ou acréscimo variável em até 3% (três por cento) sobre o valor a ser pago ao **PRODUTOR/VENDEDOR**;
- Cachos com talo comprido: cachos cujo pendúculo não foi cortado rente ao mesmo. Parâmetro aceitável de 3,0% (três por cento) podendo haver desconto ou acréscimo variável em até 3% (três por cento) sobre o valor a ser pago ao **PRODUTOR/VENDEDOR**;
- Cachos passados: cachos maduros e com desprendimento de frutos superior a 50%. Parâmetro aceitável de 1,0% (um por cento) podendo haver desconto ou acréscimo variável em até 1% (um por cento) sobre o valor a ser pago ao **PRODUTOR/VENDEDOR** (AGROPALMA, 2012).

O cancelamento do contrato pode ser realizado perante as seguintes situações:

As Partes acordam que, para o cancelamento da compra e fornecimento de insumos observar-se-ão os seguintes critérios:

I- Se o produtor atrasar a colheita por mais de 60 (sessenta) dias; II- Se ocorrer atraso por mais de 12 (doze) meses no desenvolvimento das atividades de rebaixo e poda;

III- Caso a atividade de adubação não esteja sendo realizada há mais de 30 (trinta) dias, após a chegada do adubo na plantação.

IV- Se o **PRODUTOR/VENDEDOR** não se enquadrar nas normas e diretrizes no qual a **COMPRADORA** e **FORNECEDORA** e **RESPONSÁVEL TÉCNICA** são certificadas (AGROPALMA, 2012).

Segundo informações do Sr. Jefhti Abreu, presidente da associação, durante a existência dos projetos I e III, foram descredenciados seis produtores/vendedores por descumprimento das exigências estabelecidas no contrato. A partir do momento em que a empresa, através do seu corpo técnico, identifica que os tratos culturais e a colheita não estão dentro do cronograma e das exigências recomendadas, ela comunica o presidente da associação para que possam ser tomadas providências. O presidente, por conseguinte, convoca todos os associados e o camponês com os atrasos pendentes, e, na presença da empresa, eles decidem pela substituição ou não do usuário do lote em condições de abandono. Caso o camponês descumpra parcialmente suas obrigações, ele deixa de receber da empresa um bônus de 10% sobre o valor de sua produção.

O Grupo Agropalma recebeu em 2011 o certificado internacional do RSPO (*Roundtable on Sustainable Palm Oil*)¹⁶, e um dos requisitos para a certificação é que toda mão de obra empregada na cadeia produtiva¹⁷ esteja em consonância com a lei trabalhista brasileira. Ou seja, os trabalhadores devem ter carteira assinada, devem usar EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), devem ter alojamentos, transporte e alimentação de boa qualidade, abrigos e banheiros. Essas exigências da RSPO para certificar o grupo foram estendidas pela empresa Agropalma aos seus fornecedores, no caso os camponeses e produtores independentes. Desde então, eles tiveram um prazo para se adequar às novas exigências. Segundo informações, o prazo final foi dezembro de 2014.

É neste contexto que foi criado o Consórcio de Empregadores Rurais de Moju, em 2014, tendo à frente a Sra. Benedita Almeida, pertencente ao Projeto I. Estamos diante de uma das modalidades de contratação de mão de obra no meio rural, assim definidas por Basile (2012):

À luz do art. 25-A, *caput*, da Lei n. 8.212/91 (introduzido pela Lei n. 10.256/2001), *equipara-se ao empregador rural pessoa física o consórcio simplificado de produtores rurais, formado pela união de produtores rurais pessoas físicas, que outorga a um deles poderes para contratar, gerir e demitir trabalhadores para prestação de serviços, exclusivamente aos seus integrantes*. E, ainda, no seu § 3º, que os produtores rurais componentes do consórcio serão *responsáveis solidários em relação às obrigações previdenciárias*.

Aplicando-se analogicamente às relações e obrigações trabalhistas urbanas, formar-se-á um consórcio, sempre que da união de diferentes

¹⁶ Tradução: Mesa Redonda do Óleo de Palma Sustentável.

¹⁷ Aqui estou me restringindo aos trabalhadores do campo e dos camponeses integrados à empresa, tão somente por questões de esclarecimento.

tomadores a um deles forem outorgados poderes para contratar, gerir e demitir trabalhadores destinados à prestação de serviços comuns aos seus membros. Assim sendo, todas as pessoas físicas ou jurídicas integrantes do consórcio e beneficiadas com os serviços prestados tornar-se-ão *solidariamente* responsáveis pela integralidade das obrigações trabalhistas (BASILE, 2012, p.54-55) (*Grifos do autor*).

O consórcio é uma firma autorizada pela Agropalma e pelos associados para prestar serviços nos projetos I, II e III. Ela é constituída de pelo menos 10 trabalhadores, todos com carteira assinada e moradores da região. Segundo informações do presidente da Associação do Arauaí, Jefhti Abreu, 97% dos associados da instituição aderiram ao consórcio, mas o ato da adesão não significa a obrigação do camponês em acionar a mão de obra desta firma para realizar todas as tarefas em seus lotes, mas apenas em ocasiões necessárias. No entanto, a adesão dos camponeses à contratação coletiva de assalariados rurais resulta na divisão dos custos da mão de obra, em que assumem solidariamente os direitos dos trabalhadores do consórcio previstos em lei.

Desse modo, os camponeses dos projetos são obrigados a introduzir nos palmares apenas trabalhadores do consórcio. São possíveis trocas de dias de trabalho com o vizinho de lote ou com qualquer outro camponês que faça parte do projeto, desde que seja mão de obra assalariada com carteira assinada. Muitos camponeses não aceitaram a introdução desta empresa nos projetos por conta das obrigatoriedades e pela possibilidade de suspensão da produção de quem não cumprir as normas¹⁸. “A gente não queria esse consórcio, não. A gente aceitou porque fomos pressionados pela empresa, porque senão, ela não iria comprar o nosso fruto.” (Entrevistado 3). Desse modo, os custos do trabalho são diminuídos por conta do rateio entre os consorciados. Para o Grupo Agropalma, a chegada do consórcio foi perfeita, pois ela recebe os Cachos de Frutos Frescos oriundos de fornecedores de mão de obra legal, deixando os custos trabalhistas e o papel de fiscalização da entrada de mão de obra irregular nos plantios a cargo dos consorciados.

¹⁸ Proibimos expressamente o trabalho de menores de 18 anos em nossas propriedades (...). Lamentavelmente, identificamos alguns casos de trabalho infantil em terras de produtores familiares e, atualmente, estamos melhorando a estrutura para monitorar e prevenir tais casos. (...). Onde nos deparamos com trabalho infantil, suspendemos imediatamente a aquisição de CFF e procuramos solucionar a situação com o fornecedor (AGROPALMA: RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, 2013, p. 48).

4.3 As culturas temporárias e permanentes desenvolvidas pelos camponeses integrados à Agropalma

Como o Projeto Agricultura Familiar com Cultura de Dendê está separado das propriedades dos camponeses, o tempo de trabalho é dividido entre tarefas dos lotes e o roçado. Observam-se na **Tabela 8** as culturas temporárias e permanentes desenvolvidas pelos parceiros da empresa, bem como o destino da produção (para consumo ou para venda). Os dados da cultura permanente mostram 22 famílias cultivando banana. O cultivo de banana era forte. Era tradição da região, torrar farinha e plantar banana, fruto introduzido no país na era colonial. O cultivo de coco é desenvolvido por 22 famílias; a acerola por 18; a laranja por 21; o açaí por 21; o mamão por 12, e o maracujá por sete. A cultura menos citada pelos produtores foi o cupuaçu, com apenas duas famílias. Quanto à cultura temporária das 44 famílias pesquisadas, 30 estão envolvidas no cultivo de mandioca e, conseqüentemente, na produção de farinha, indicando uma redução desta cultura na comunidade. Outras 12 famílias cultivam o feijão, e 10, cultivam o milho. Outras 15 famílias têm por costume cultivar o arroz, enquanto 30 cultivam também a melancia e 12, o jerimum. Apenas uma cultiva a pimenta-do-reino.

Cultura permanente	Quantos Cultivam	Consumo	Venda
Banana	22	19	3
Coco	18	18	0
Acerola	7	7	0
Laranja	21	20	1
Açaí	21	10	1
Mamão	12	12	0
Maracujá	7	6	1
Cupuaçu	2	2	0
Cultura temporária	Quantos cultivam	Consumo	Venda
Mandioca	30	30	20
Feijão	12	12	12
Milho	10	10	8
Pimenta	1	1	1
Arroz	15	15	13
Melancia	30	9	9
Jerimum	12	10	10

Tabela 8 - Culturas permanentes e temporárias dos camponeses (2014)

Fonte: Organizado pelo autor a partir de trabalhos de campo do GDEA, 2014.

Mesmo com a integração, os dados mostram que a propriedade camponesa continua diversificada, ou seja, o cultivo do dendê, por mais que seja a principal atividade dos integrados, não inviabilizou a prática de outras culturas, fato confirmado em outras pesquisas (ANDRADE, 2009; ALVES, 2011; BARRETO, 2012; BATISTA; MONTEIRO, 2013; HOMMA et al., 2014, p. 37).

Outro dado na tabela diz respeito ao destino da produção. Nota-se forte presença do valor de uso em detrimento do valor de troca. A produção camponesa desta região destina-se mais para o consumo familiar do que para a venda, mostrando que a renda das famílias está associada à venda dos cachos de dendê para a empresa Agropalma. Temos desse modo, uma diminuição da oferta do produto oriundo desta unidade na escala local e, por conseguinte, na escala municipal. Não por acaso, nota-se o elevado preço da farinha nas feiras e supermercados, como foi constado pelo gerente da empresa chinesa *Guanfeng*, Sr. Feng, o gradual abandono da agricultura tradicional o, o paulatino abandono da agricultura tradicional por parte dos integrados ao dendê põe em risco a produção do principal componente da dieta alimentar do amazônida, a farinha. O Relatório de Sustentabilidade da empresa Agropalma registra o processo de diminuição da lavoura branca em favor do dendê:

No contexto específico do estado do Pará, e de modo geral, no Brasil, o acesso à alimentação e nutrição não é uma grande preocupação. No entanto, em 2012, fomos convidados a participar de um estudo de caso por um grupo de pesquisadores da Universidade de Columbia, nos EUA. Em geral, achamos os resultados animadores, porém, o relatório levantou a questão de segurança alimentar em longo prazo como uma preocupação chave. Devido à alta rentabilidade do cultivo de palma, sempre existe o risco do pequeno agricultor, localizado ao redor de nossas operações, abandonar a cultura de tradicionais alimentos locais, como a mandioca, em favor da palma de óleo (AGROPALMA: RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, 2013, p. 40).

Em visita à comunidade do Arauaí, em 2011, em entrevista com camponeses do Projeto I, ouvimos relatos sobre a diminuição da produção local de farinha:

A farinha daqui tomava rumo de Moju, Abaetetuba, Igarapé-Miri, Belém [...] vinham muitos marreteiros de Abaetetuba e de Igarapé-Miri aqui na vila para buscar farinha. Aqui na vila eles passavam em torno de 15 dias, todo marreteiro levava um pouco de farinha, somando tudo deviam levar em torno de trezentas a quatrocentas sacas de farinha. Mas quem levava mais farinha era o pessoal do ônibus, que levava farinha direto para Moju. Embarcava pra cidade, por dia, uns 50 ou 60 sacos de farinha (de 60 quilos cada uma) (Entrevistado 4).

E hoje, como está a produção de farinha na comunidade, pergunta o entrevistador. As respostas de diferentes colonos trazem a evidência da carência do alimento básico:

Hoje, não tem farinha, hoje quando você vê 10 sacos de farinha no carro é uma admiração! Hoje, a carga do ônibus é de passageiro (pessoas). Hoje, a farinha é muito pouco aqui. Pra tu ter uma ideia, hoje os marreteiros pararam de vir, porque não tem mais farinha pra levar (Entrevistado 5).

Antes, eu plantava 16 tarefas de roça, hoje faz quatro anos que eu não planto um pé de mandioca. Hoje meu rendimento vem só do dendê (Entrevistado 6).

Hoje, tá difícil o cara ver na beira do ramal uma farinha. A maioria dos colonos, estão [sic] no dendê e o preço da farinha caiu demais. O pessoal ainda tem roça, mas, às vezes, não querem tá perdendo tempo em fazer. Mas de vez em quando sai. (...) hoje, ainda encontra, mas tem que andar muito, aqui não acha [...] Encontra mais aí pra frente, no Apeí ou São Vicente (Entrevistado 7).

Aqui a farinha tá fracassando, são poucos agricultores que produzem ainda, o pessoal só tá pensando no dendê (Entrevista 8).

Aqui, nesta região, é a primeira que vai sentir a falta da farinha (...) porque tá quase todo mundo no dendê, quem não está com a Agropalma, está com a Petrobras. Moço, se você pegar hoje 100 agricultores, acho que deve ter 30 plantando mandioca pra fazer farinha (Entrevista 9).

Não temos dados estatísticos oficiais quanto à produção de farinha na comunidade do Arauaí, porque a unidade camponesa familiar não tem hábito de contabilizar a produção, mas os depoimentos acima são suficientes para indicar por meio da fala camponesa a redução acentuada na produção de farinha na comunidade. É bem verdade que nem todos os camponeses integrados ao projeto deixaram de produzir culturas alimentares, pois não perderam sua terra. Porém, a introdução de boa parte dos camponeses da comunidade na cultura do dendê, de alguma maneira, impactou a produção e o preço do principal ingrediente da dieta alimentar do caboclo mojuense. Como nos mostra as entrevistas seguintes. Mas é preciso deixar claro que o afastamento de boa parte dos parceiros da empresa Agropalma da agricultura tradicional e, conseqüentemente, da produção de farinha tem motivações diferenciadas. Vejamos algumas entrevistas:

Da renda do dendê eu compro farinha, não preciso do roçado (Entrevistado 10).

Na época [no passado], eu cheguei a trocar um saco [60 kg] de farinha num quilo de comida, então não compensava o esforço (Entrevistado 11).

O preço da farinha é baixo pro tanto de trabalho que a gente faz (Entrevistado 12).

Vivo [hoje] da aposentadoria e da renda do dendê, não preciso fazer roçado (Entrevistado 13).

Os depoimentos acima indicam inúmeras causas do processo de diminuição da lavoura branca e da produção de farinha na região, tais como: o baixo preço do produto, o grande esforço empreendido pelos camponeses na cadeia produtiva da farinha, a renda auferida pela venda do dendê. Outros ainda deixam de produzir na informalidade por causa da aposentadoria ou pelos programas federais de transferência de renda, como a Bolsa Família. O que estou querendo dizer é que a dendeicultura tem relação com o abandono e a diminuta produção de farinha, mas que esta relação não é uma relação direta de causa e efeito. Há outras variáveis que corroboram para tal processo.

Ao longo da pesquisa, deparamo-nos com relatos de camponeses que expressavam os motivos pelos quais se afastaram da agricultura tradicional. Um deles expôs uma variável que não foi citada nas entrevistas acima, ela diz respeito à *falta de tempo*. Segundo ele, as atividades desenvolvidas no lote (dendê) não lhe permite trabalhar com outras culturas. Vejamos o que ele fala:

Hoje, eu só mexo com o dendê, só com o projeto. Eu parei de mexer com a mandioca porque o dendê não dá tempo. Se você se empatar com a mandioca você deixa o projeto no mato e, se você mexer com o projeto (de dendê), você não dá conta da roça (Entrevistado 14).

Perguntamos quantas pessoas da família ajudavam no plantio e esse agricultor respondeu que era apenas uma. Então, isso nos indica que a ideia de ter ou não ter tempo para a prática de outras culturas tem relação com o número de braços para as lidas cotidianas. Mas, é possível introduzir outras variáveis além desta, tais como: as dimensões do roçado; a fase de desenvolvimento do plantio, visto que nos três primeiros anos os trabalhos são intensos; o período de safra, que também exige muito trabalho e mão de obra; a espécie introduzida no palmar, pois a espécie híbrida necessita de polinização assistida; o tamanho do dendezal, porque há disparidades de tamanho dos lotes, existem lotes com 12 hectares e lotes com 6 hectares, há lotes com 1.800 pés plantados e outros com 700.

4.4 A unidade familiar camponesa integrada ao grupo Agropalma

Na **Tabela 9**, observamos as dimensões das propriedades¹⁹ dos camponeses entrevistados, bem como o tamanho do lote de dendê, do roçado e o número de membros das famílias. Consta-se que 32% dos camponeses não possuem mais propriedades²⁰, ou seja, muitos venderam suas terras e construíram suas moradias, sobretudo na Vila do Arauaí, e vivem exclusivamente das atividades desenvolvidas no lote; 25% dos camponeses possuem propriedades que variam de 10 a 20 hectares; 18% delas estão entre 21 a 30 hectares; 9% com 31 a 40 hectares; 7% têm de 41 a 50 hectares; 3% têm entre 61 a 70 hectares; 2%, com 81 a 90 hectares; 2%, de 121 a 130 hectares; e 2%, com 141 a 150 hectares. Predomina o tamanho de 10 a 40 hectares.

Área total (ha) das propriedades	Camponeses	%
10 a 20 hectares	11	25
21 a 30 hectares	8	18
31 a 40 hectares	4	9
41 a 50 hectares	3	7
61 a 70 hectares	1	3
81 a 90 hectares	1	2
121 a 130 hectares	1	2
141 a 150 hectares	1	2
Sem propriedade	14	32
Total	44	100
Tamanho do lote (dendê) em hectare.	Camponeses	%
8 hectares	3	7
9 hectares	18	41
10 hectares	2	5
11 hectares	20	45
12 hectares	1	2
Total	44	100
Tamanho do roçado em hectare.	Camponeses	%
1 a 4 hectares	21	70
5 a 8 hectares	6	20
9 a 12 hectares	1	3
17 a 20 hectares	2	7
Total	30	100
Tamanho da família	Camponeses	%
01 a 03 pessoas	18	41
04 a 06 pessoas	20	45

¹⁹ Segundo a pesquisa 85% das propriedades possuem títulos.

²⁰ Sem propriedade no sentido que não possui mais sítio, roçado etc.

7 em diante	6	14
Total	44	100

Tabela 9 - Tamanho da área, do lote, do roçado e das famílias parceiras do Grupo Agropalma.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de trabalhos de campo do GDEA, 2014.

Quanto aos tamanhos dos lotes com dendê, 45% deles têm 11 hectares; 41% têm 9 hectares; 7% têm 8 hectares; 5% têm 10 hectares; e apenas 2% possuem 12 hectares. Vimos anteriormente que há discrepâncias entre os tamanhos dos lotes. Isto se dá por conta das características topográfica do terreno e pela especificidade do Projeto I, visto que os hectares destinados para a lavoura branca foram preenchidos por dendê. Segundo Monteiro (2013), o Projeto I possui 88.961 plantas numa área de 556 hectares e o Projeto III tem 72.678 plantas numa área equivalente a 454,24 hectares.

A dimensão da área do roçado variou de um a 4 hectares para 70% dos camponeses; e de 5 a 8 hectares para 20% deles; 9 a 12 hectares para 3% camponeses; e 17 a 20 hectares para 7% dos entrevistados. Estes últimos representam casos raros na comunidade, pois essas dimensões são superiores até mesmo ao tamanho dos roçados que existiam antes da chegada dos projetos (2002-2005), que eram de 8 a 20 hectares. Mas, pode-se dizer que a média das lavouras permanece entre 4 e 8 hectares, ou seja, de 1,2 a 6 tarefas.

Por sua vez, o tamanho das famílias de 45% dos agricultores é formado por 4 a 6 pessoas; 41% dos entrevistados têm família com 1 a 3 pessoas; e 14% deles têm 7 ou mais familiares. Logo, constata-se que a maioria das famílias entrevistadas é numerosa (acima de quatro membros).

4.5 A mão de obra e a força de trabalho utilizadas nos roçados e nos lotes de dendê

Chamamos de mão de obra o trabalho de origem familiar e força de trabalho, quando há necessidade de contratar trabalho extrafamiliar ou trabalhadores assalariados. Nota-se no **Gráfico 1** que 70% do trabalho utilizado nos roçados dos camponeses é mão de obra familiar e 30% dos entrevistados contratam força de trabalho assalariada para as tarefas que envolvem a lavoura branca.



Gráfico 1 – Origem do Trabalho utilizada nos roçados
 Fonte: Organizado pelo autor a partir de trabalhos de campo, 2014.

Quanto às atividades no lote de dendê, o **Gráfico 2** demonstra que, dos 44 entrevistados, 4 (ou 9%) contratam regularmente os serviços do consórcio, enquanto 22 (ou 50%) delas usam eventualmente os serviços desta empresa. Ainda segundo o referido gráfico, 17 (ou 39%) utilizam exclusivamente mão de obra familiar, mas periodicamente recorrem às trocas de dias de trabalho com vizinhos de lote ou de outro projeto, e uma família (2%) recorre ao trabalho assalariado com carteira assinada fora do consórcio. Seja no roçado ou nos lotes com dendê, o camponês necessita de auxílio para dar conta das tarefas diárias.

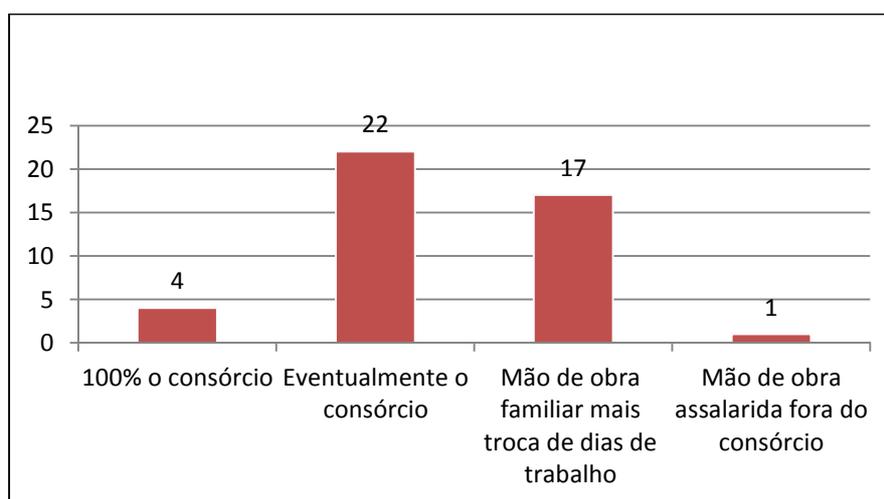


Gráfico 2 – Formas de trabalho utilizadas pelos camponeses nos lotes de dendê.
 Fonte: Organizado pelo autor a partir de trabalhos de campo do GDEA, 2014.

4.6 Salários líquidos, produção e renda complementar obtidos pelos camponeses integrados ao Grupo Agropalma

De acordo com o trabalho de campo junto à comunidade do Arauaí e das vilas circunvizinhas, ficou demonstrado que antes da integração havia, em média, um rendimento inferior a um salário mínimo – que, em 2002, ano de implantação do Projeto I, era de R\$ 200,00 (duzentos reais). Isso significa dizer que a renda advinda da produção (farinha, feijão, arroz, milho, banana, jerimum, cupuaçu, cacau, dentre outros) da unidade camponesa era menor que R\$ 100,00 (cem reais). No caso do Projeto III, implantado em 2005, o salário mínimo correspondia a R\$ 300,00 (trezentos reais), sendo assim, a renda auferida por esses camponeses era menor que este valor. Essa renda era flexível, incerta e menor que um salário mínimo na época.

Os camponeses receberam pela tonelada do CFF fornecida ao Grupo Agropalma em dezembro de 2014 o valor de R\$ 265,00 (duzentos e sessenta e cinco reais). Todavia, o pagamento desse preço e do bônus estão condicionados à qualidade dos frutos fornecidos, haja visto que o produto passa pelo processo de triagem antes da fase de processamento. O preço pago no mês de dezembro de 2014 correspondia a 14,2% do preço do óleo da cotação do mercado internacional (Roterdã).

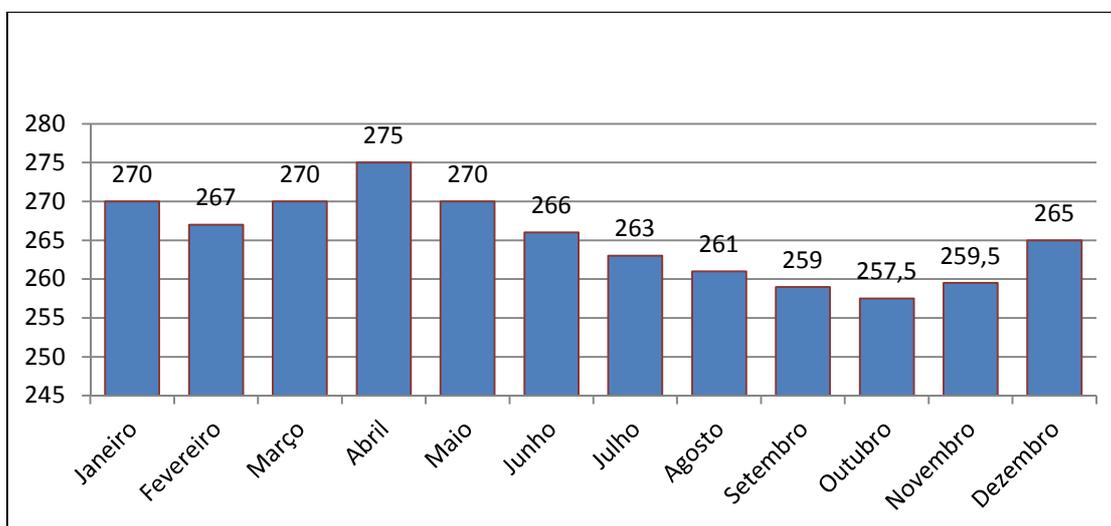


Gráfico 3 - Evolução do preço pago em reais pela tonelada do CFF no ano de 2014.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do site: www.agropalma.com.br

Os projetos geraram empregos e aumentaram a renda dos camponeses. No ano de 2011²¹, os camponeses do Projeto Arauaí I receberam pela venda de sua produção, uma receita total de R\$ 2.656.640,00, equivalente a uma renda anual de R\$ 53.132,80, ou seja, R\$ 4.427,73 por família (BASA, 2012). Monteiro (2013²²), em sua tese, constatou que a média salarial dos integrados do Grupo Agropalma situa-se entre R\$ 1.800,00 a R\$ 4.000,00, na safra a partir do oitavo ano de produção. O estudo *Desempenho socioeconômico do sistema produtivo familiar de dendê em Moju, estado do Pará*, realizados por Santos et al., (2014) revelou que a cultura da palma de óleo é rentável economicamente e proporciona um rendimento líquido mensal médio (contribuição à renda familiar) de R\$ 2.663,61, equivalente a 3,93 salários mínimos. No entanto, os autores advertem que esta perspectiva só é válida, caso não ocorram mudanças nos custos de produção e de mercado.

A **Tabela 10** expõe os resultados da pesquisa realizada em 2014, parte dela com auxílio do Grupo de Pesquisa GDEA, que dizem respeito à renda líquida e à produção no período de safra e entressafra do dendê. O dendê produz o ano todo, mas os meses de setembro, outubro e novembro são considerados pelos camponeses como período de safra, enquanto os de dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho e agosto, de entressafra. A produção de Cachos Frutos Frescos no período de safra variou de 60 a 70 toneladas para 23%; de 50 a 60 (t) para 23%; de 30 a 40 (t) para 41%; de 20 a 30 (t) para 9%; e de 10 a 20 (t) para 4%.

Já no período de entressafra, a produção oscilou de 30 a 40 toneladas para 10%; 20 a 30 (t) para 10%; e 10 a 20 (t) para 24%. Se comparada com o período mais produtivo, a produção diminuiu em torno de 50%, visto que há camponeses produzindo, na safra, na casa de 60 a 70 toneladas e, no período de entressafra, temos 10% produzindo no intervalo de 30 a 40 (t). A variação na produção e na renda ocorre por inúmeras razões, tais como: a contratação de mão de obra, amortizações de financiamentos, empréstimos, tamanho do plantio dentre outras.

²¹ Em 2001 o salário mínimo era de R\$ 545,00

²² Em 2013 o salário mínimo era de R\$ 678,00

Safra			Entressafra		
Produção(t)	Camponeses	%	Produção(t)	Camponeses	%
10 a 20	2	4	10 a 20	24	24
20 a 30	4	9	20 a 30	10	10
30 a 40	18	41	30 a 40	10	10
50 a 60	10	23	50 a 60	0	0
60 a 70	10	23	60 a 70	0	0
Total	44	100	Total	44	100
Safra			Entressafra		
Salários	Camponeses	%	Salários	Camponeses	%
1	0	0	1	0	0
2	2	4	2	6	14
3	3	7	3	17	39
4	2	4	4	9	20
5	10	23	5	12	27
6	14	32	6	0	0
7	3	7	7	0	0
8	10	23	8	0	0
Total	44	100	Total	44	100

Tabela 10 – Salário líquido e a produção no período de Safra e Entressafra.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de trabalhos de campo do GDEA, 2014.

Segundo os dados, o salário líquido variou de 8 salários²³ (R\$ 5.792,00) para 23% dos camponeses; 7 salários (R\$ 5.068,00) para 7%; 6 salários (R\$ 4.344,00) para 14%; 5 (R\$ 3.620,00), para 10%; 4 (R\$ 2.896,00), para 2%; 3 (R\$ 2.172,00), para 3%; 2 (1.448,00) , para 2%; e nenhuma das famílias entrevistadas recebeu um salário mínimo durante o período mais produtivo da palmeira. No período menos produtivo, a renda variou de 5 salários (R\$ 3.620,00) para 27%; 4 (R\$ 2,896,00), para 20%; 3 (R\$ 2.172,00), para 39%; 2 (R\$ 1.448,00), para 14% e nenhum dos entrevistados recebeu um salário mínimo durante este período, ou seja, R\$ 724,00.

O **Gráfico 4** expõe os dados levantados quanto à renda complementar dos 44 entrevistados. A maioria (68%) não possui renda complementar. Para 21%, ela advém do programa Bolsa Família; para 9%, da aposentadoria; e para 2%, de pagamento de pensões. Somam-se aos rendimentos da venda da produção e da complementar, aqueles oriundos da venda da produção do roçado como o milho, o arroz, o jerimum, o feijão, o açaí e aqueles gerados pelas atividades não agrícolas (pequenos comércios, oficinas, venda de cosméticos e lanches), que oscilam entre meio e um salário mínimo.

²³ Em 2014 o salário mínimo era de R\$ 724,00.

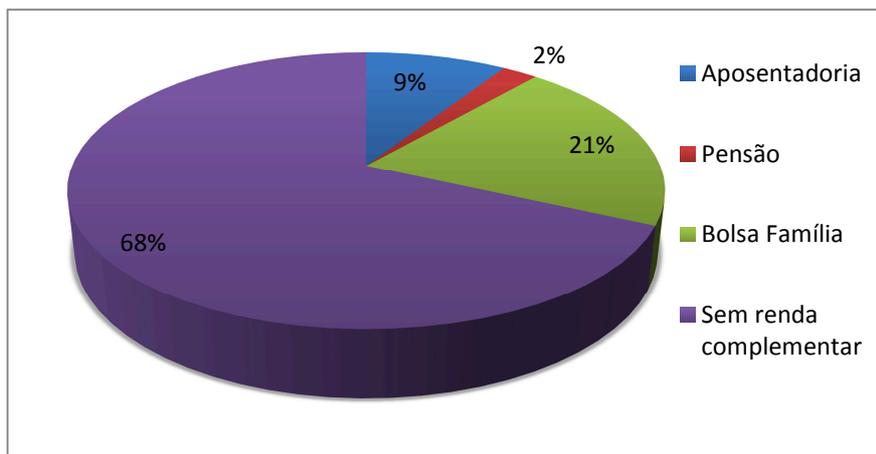


Gráfico 4 - Renda complementar

Fonte: Organizado pelo autor a partir de trabalhos de campo, 2014.

Com o aumento do rendimento, os camponeses puderam adquirir bens que outrora não possuíam como motos, televisores, carros, tratores, geladeiras, máquina de lavar, dentre outros (ver **Figura 12**). A melhoria, segundo os entrevistados, não se restringiu apenas aos aspectos materiais, como também aos aspectos físicos. Vejamos algumas entrevistas:

Quando eu trabalhava com roça eu passava muita necessidade, meus filhos dormiam sem jantar, às vezes a mulher fazia um mingau, a gente passava muita necessidade e muita fome, quando cheguei aqui passei 6 meses dormindo no chão, hoje só moto comprei duas (Entrevista 15).

Tô satisfeito com o projeto, porque se eu tenho 40 anos e o meu corpo não demonstra que tenho cara de 40, é porque eu me conservei um pouco no trabalho depois do projeto, se eu estivesse na roça que nem o meu pai que se acabou trabalhando no cabo do machado, carregando mandioca no saco, na costa, no paneiro, [e trabalhando] no cabo do rodo na beira do forno. Nessa época eu levantava todo dia de madrugada, 3 horas da manhã, cheguei levantar 2 horas da manhã pra ir pro retiro e ficava até 4 horas da tarde. Isso acaba demais com a gente. Quando o projeto de dendê surgiu então a gente trabalhou menos e preservou mais o corpo (Entrevista 16).

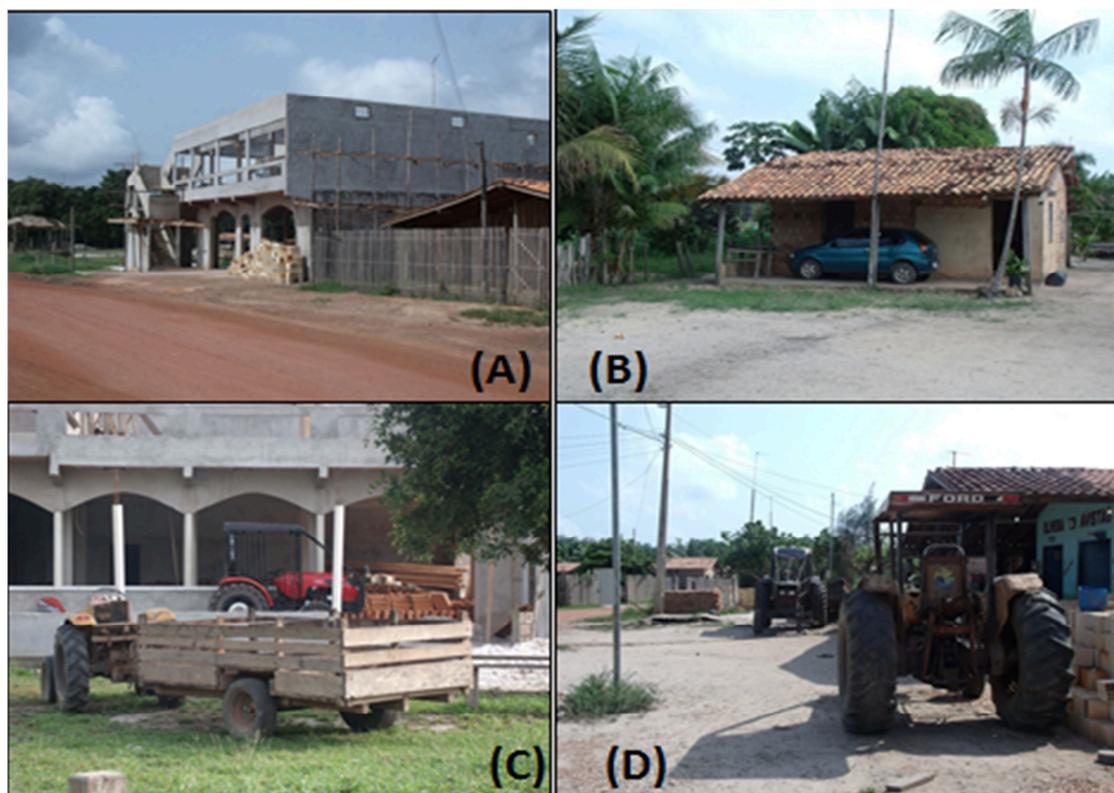


Figura 12 - Obtenção de bens e melhorias na moradia advinda com aumento da renda: A – Construção de alvenaria de um camponês na vila do Arauaí. B – Muitos adquiriram carro. C e D – Tratores adquiridos pelos camponeses para o carreamento do CFF.

Fonte: Cleison Santos, 2014.

4.7 A baixa presença do extrativismo animal e vegetal no cotidiano dos camponeses dos Projetos I e III

Para os camponeses entrevistados, como estão se especializando na cultura do dendê, as atividades de caça e pesca se tornam secundárias. “As pessoas ainda pescam e caçam, mas pescam e caçam não por necessidade, não é como antigamente. (Entrevistado 17). “Eu ainda caço. Pescar eu não pesco mais, mas ainda caço uma vez no mês” (Entrevistado 18). O Sr. Raimundo Miranda, morador do Arauaí, em conversa com o vizinho Sebastião Nascimento, o Seu Sabá, lembrando o tempo de caçadas com seu buldogue²⁴ aposentado, nos fala que havia abundância de recursos: “como era espetacular a quantidade de bichos no igarapé [Arauaí] e suas vizinhanças”. (Revista Globo Rural, 1998, p. 34). Segundo os dados coletados, 97,7% dos entrevistados já não fazem uso desses recursos. Apenas um camponês faz a coleta da castanha do pará, que é

²⁴Tipo de arma utilizada por caçadores que é posta engatilhada na mata e disparada pelo movimento da caça quando passa pelo mecanismo de acionamento.

utilizada para consumo familiar. A madeira foi e ainda é um importante recurso na região do Alto Moju, mas, segundo Mota et al. (2007b), de modo geral, os agricultores têm pouca floresta em suas áreas. “Aqueles que não têm mais nada afirmam que, se pudessem voltar no tempo, teriam administrado melhor a exploração da mesma para que essa não viesse a faltar” (MOTA et al., 2007b, p. 7). A criação de animais de médio e pequeno porte também não se constitui mais uma realidade na unidade camponesa. “Alguns anos atrás eu criava muita galinha, pra mais de 200, eu vendia aqui mesmo na vila, hoje tenho algumas pelo quintal” (Entrevistado 19).

4.8 A dinâmica do trabalho nos lotes com dendê dos camponeses dos Projetos I e III

As atividades desenvolvidas nos lotes dos camponeses associados aos Projetos I e III da ADCRA (Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí) distribuem-se ao longo dos 12 meses do ano. Os camponeses integrados ao Grupo Agropalma devem seguir integralmente o calendário elaborado pela empresa. Ele estabelece as atividades e os dias das tarefas no lote. Ao todo são três adubações no ano, dois rebaixos, dois coroamentos, além de uma poda e fitossanidade realizados uma vez ao mês, para o controle de pragas como besouros e mariposas. A poda e o rebaixo são as únicas tarefas que ficam a cargo dos camponeses, mas não lhe escapa a obrigação de realizá-las, sob pena de cancelamento do contrato, retenção do pagamento da produção ou perda do bônus.

Registramos na **Figura 13** os trabalhadores do consórcio fazendo corte do coco na Rua 2 do Projeto I. Neste, como as árvores estão medindo entre 5 e 6 metros de altura, a retirada do fruto é feita com a foice malasiana. O corte do CFF é feito, dependendo da época, duas ou três vezes ao mês, ou seja, de 15 em 15 dias ou de 10 em 10 dias. Leva-se um dia para cortar o coco e um dia para juntar e carregá-lo para o basculante da terceirizada que transporta o CFF para a Agropalma. Temos então, para os que fazem dois cortes no mês, quatro dias de serviço. E para os que cortam três vezes, seis dias de trabalho. O trabalhador do consórcio recebe um salário mínimo, sendo o restante é produção. “O meu horário de trabalho é de 6:30h até as 11:00h, que é o intervalo do almoço, e volto depois de 12:00h até às 14:00h, 15:00h. Eu chego a cortar até 250 cachos até 11:00h [que é a média que o trabalhador tem que cortar], se eu quiser ir pra casa eu vou, senão, o resto que eu corto é produção (Entrevistado 20).

Aqui, podemos observar que o trabalho no dendê não é o regido pelo ponteiro do relógio, mas pelo número de plantas, não é o tempo cronológico, mas a quantificação do trabalho, ou seja, pela quantidade de cachos, podas, pés dentre outros.



Figura 13 - Imagem (A): trabalhador do consórcio fazendo o corte do coco; (B) cachos na rua prontos para serem carreados e transportados para processamento.
Fonte: Cleison Santos, 2014.

Com relação às datas de cortes dos cachos, registramos, em entrevista com um camponês do Projeto I, o grau de subordinação a que eles estão submetidos com o processo de integração com a agroindústria do dendê. Assim ele diz:

Inicialmente, o corte era feito duas vezes no mês, depois a empresa disse que tinha que ser três vezes no mês, mas como tava acostumado em cortar duas, eu continuei (...) mas o que aconteceu foi que a empresa não aceitou (...) e até hoje ela não me pagou a minha produção, mas ela tem que pagar. (Entrevista 21).

Enquanto no roçado o camponês e sua família comandam e controlam o processo produtivo, no lote com dendê, embora exista a presença do trabalho familiar, o comando e o controle passam para a mão da empresa. Desse modo, sua autonomia passa a ser aparente, visto que o uso do território é decidido pela e para a empresa, os camponeses acabam apenas executando as tarefas determinadas por ela, passando a ser, na visão de Wanderley (1985), um trabalhador para o capital sem torná-lo um operário. Assim, os camponeses perdem a soberania sobre o território, pois não decidem quem pode trabalhar no lote, como e o quê plantar nas entrelinhas do dendê. Não podem escolher para quem vender sua produção e a que preço vender, porque estão “presos”

pelas normas do contrato, do mercado e da empresa. Acreditamos que os camponeses desses projetos não possuem soberania alimentar. Por soberania alimentar, entende-se,

O direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais. (LEÃO *et al.*, 2013, p. 17-18).

A Rua 1 e a Rua 2 desse projeto são as que concentram o maior número de camponeses que contratam os serviços do consórcio por conta de dois motivos. Um deles está relacionado com as famílias que têm déficit de componentes para realização do trabalho no lote. Em entrevista, um deles me disse: “o consórcio foi também criado para ajudar as famílias que possuem, muitas das vezes, apenas um membro trabalhando no lote, o pai” (Entrevista 22).

Ademais, o consórcio presta serviço para 23 famílias que estão 100% no consórcio. Estar 100% no consórcio significa que todas as atividades desenvolvidas (poda, rebaixo, adubação, coroamento, corte e carregamento do CFF) são executadas pela empresa. Tivemos a oportunidade de conversar com oito das 23 famílias que estão 100% no consórcio. Constatamos que várias já não estão envolvidas com as tarefas do lote como no passado, mas que ainda possuem roçados, terrenos, criações, enfim, estão afastadas da dendeicultura, mas não perderam o vínculo com a terra. No entanto, muitas delas nem sequer residem mais na região do Alto Moju; não há mais *predominância do trabalho e gestão da família* na unidade. Sendo assim, não raciocinam mais como camponeses. Segundo (OLIVEIRA, 1991, p. 21),

quando isso ocorre, seus membros (filhos, pai e mãe) deixam de trabalhar na produção, passando a cuidar apenas das tarefas da administração e comercialização da produção, tornando-se, pois, pequenos capitalistas. (...) Dessa forma estamos diante de uma relação de trabalho e de produção baseada na exploração do trabalho alheio, diferente daquela baseada na família, numa unidade camponesa, onde a família trabalha, em tese, para si própria. Ou, então, naquela baseada

na parceria, onde a produção é dividida entre o proprietário da terra e o trabalhador (OLIVEIRA, 1991, p. 21).

A *terra de trabalho* se transformou em *terra de negócio*, terra de exploração do trabalho alheio (Martins, 1981). Assim, temos uma inversão de finalidade: a terra, desse modo, não é mais voltada para a reprodução da unidade camponesa, mas, sim, para o acúmulo de lucros. Aqui, não visualizamos mais a presença de um camponês, de uma identidade camponesa ou de uma condição camponesa.

Na **Figura 14** vê-se um trabalhador do consórcio fazendo a *poda* na Rua 2 do Projeto I. A poda é feita uma vez ao ano e esse procedimento não tem data específica, mas o camponês tem que realizá-la. A média de plantas nos lotes do Projeto I fica em torno de 1.600 a 1.800 plantas para podar. Os produtores desses lotes levam até um mês para podar juntar a palha. O processo de juntar a palha pode ocorrer no dia da poda ou no dia seguinte. De cada planta sai em média de 4 a 6 palhas. Por conta do carreamento do fruto dentro dos lotes, as palhas são empilhadas da seguinte forma: das 44 ruas que há em um lote de 10 hectares, 22 são destinadas para o *empilhamento* e 22 são deixadas livres para o carreamento do fruto.



Figura 14 – (A) trabalhador podando; (B) Empilhamento mecânico realizado pelo consórcio; (C) Ruas com e sem empilhamento no projeto I.

Fonte: Cleison Santos, 2014.

A **Figura 15** mostra sacos de adubos na Rua 2 do Projeto I e adubos armazenados na casa de um camponês do Projeto III. A adubação é realizada três vezes ao ano e são adicionados 2,5 kg de fertilizante por pé a cada aplicação. Os custos com esta etapa são elevados e podem comprometer de 20 a 35% da renda, dependendo do número de pés que cada camponês possui em seu lote. Segundo os entrevistados, duas

peças conseguem em um dia adubar o lote todo. Há camponeses que realizam esta fase com adubadeiras mecânicas.



Figura 15 – Adubo na rua 2 do Projeto I e Adubo armazenado na casa de um camponês.
Fonte: Cleison Santos, 2014.

O rebaixo é mais uma etapa realizada pelos camponeses nos lotes. Ele consiste no corte da cobertura que fica na entrelinha do dendê que permite um bom trânsito no processo do carreamento dos frutos e ao acesso fácil a qualquer planta. Essa operação é realizada duas vezes por ano, mas há lotes em que ela é realizada apenas uma vez, por conta do sombreamento das árvores de porte médio e alto. Sendo assim, a vegetação invasora, e até mesmo a puerária, perde força. A **Figura 16** mostra a realização desta tarefa no Projeto I, em 2008.



Figura 16: Camponeses fazendo rebaixo no projeto I em 2008.
Fonte: WILKINSON; HERRERA, 2008, p. 56. Reprodução.

O coroamento é feito duas vezes ao ano, que consiste em eliminar as plantas que circundam a palma, evitando a competição direta com a vegetação e facilitando o processo de adubação. No início, o coroamento era feito com enxadas, mas atualmente é utilizado mais o coroamento químico. A maioria dos camponeses contrata mão de obra para a realização desta fase. O produto químico utilizado é o Randap, mas há coroamentos feitos de forma mecânica com roçadeiras e uma minoria de forma manual, com terçado ou enxada.

O controle de pragas é feito por meio das rondas fitossanitárias. Elas são realizadas, na maioria das vezes, uma vez por mês. A **Figura 17** registra um tipo de controle de pragas no Projeto III. O balde que aparece pendurado na palmeira contém pedaços de cana-de-açúcar para a captura de besouros. As pragas mais comuns que acometem a planta são a broca-do-dendezeiro, causada pelo inseto *Rhynchophorus palmarum* (capaz de causar danos significativos na produção); o anel vermelho, provocado pelo nematóide *Bursaphelenchus cochophilus*; e o amarelecimento fatal (AF), doença cujo agente etiológico não foi, ainda, plenamente identificado (MÜLLER *et al.*, 1997).



Figura 17 - Armadilha para captura de besouros.
Fonte: Cleison Santos, 2014.

No Projeto III, presenciamos forma de trabalho familiar e as trocas de dias de trabalho, hoje, comum nos projetos. Na **Figura 18** observam-se os camponeses Antônio e Manoel trocando dias de trabalhos. O primeiro trabalhou ajudando o seu parceiro no

mês passado. Agora o Sr. Manoel, do lote 106, está retribuindo a ajuda do seu colega. Segundo informações dos camponeses desse projeto, a troca de dias de trabalho acontece por causa das seguintes situações:

- a) “Eu troco dia com o meu parceiro, meu vizinho de lote, porque aqui em casa só trabalha no dendê eu e o meu filho” (Entrevista 23).
- b) “Eu troco dia com meu vizinho de lote porque não tenho condições de pagar o consórcio” (Entrevistado, 24).
- c) “Trocando dias de trabalho é melhor, porque você não tem gasto, porque você vai lá com o seu parceiro, por exemplo, hoje o trabalho é no lote dele e quando for tal dia é no meu lote e naquele dia ele vai te ajudar e você dá uma comida pra ele” (Entrevista 25).

As relações pautadas nos laços de solidariedade, não são mediadas por relações monetárias, não há venda nem compra da força de trabalho, mas fica a obrigação moral de retribuir os serviços prestados pelo parceiro que o auxiliou.



Figura 18 - Camponeses trocando dias de trabalho no Projeto III.

Fonte: Cleison Santos, 2014.

A **Figura 19** é da camponesa Alda, esposa do Sr. Antônio, fazendo o carregamento do fruto cortado pelo marido/parceiro. Esta atividade é considerada a mais pesada pelos camponeses, porque é preciso juntar os cachos, que pesam de 6 a 10 quilos, do chão até a carroça e depois depositá-los no basculante da terceirizada.



Figura 19 - Camponesa Alda fazendo o carreando dos frutos.
Fonte: Cleison Santos, 2014.

Hoje as mulheres quase não desempenham funções nos lotes, de acordo com o que dizem os entrevistados. “Tem quatro anos que a minha mulher só é pra tá cozinhando, fazendo o comer pra dentro de casa, tá fazendo dois anos que ela não vai nem espiar no projeto”, disse um entrevistado²⁵. Outro afirma: “A minha mulher só vai no lote só pra repartir o comer. O serviço é pesado, tem cacho que chega a pesar até 12 quilos, é muito pesado pra elas, pra gente já é pesado”²⁶. A ONG Instituto Peabiru, em parceria com a Agropalma, realizou estudos nos municípios de Moju e Tailândia que mostrou que as mulheres pouco se envolviam ou gerenciavam as atividades produtivas do dendê²⁷.

Nas empresas da região, as mulheres desempenham tarefas no viveiro, na coleta de frutos soltos, as “carroceiras”, e em trabalhos administrativos. Mas nos lotes dos projetos apesar da pouca presença, da “invisibilidade” e das desvantagens físicas, muitas mulheres estão provando que podem exercer atividades consideradas masculinas. “Fico cansada no final da colheita, mas faço o mesmo serviço que meu marido faz, carreio, corto, podo, faço tudo”²⁸. Hoje, muitos tratores que carreiam a produção são dirigidos por mulheres. Feito o corte e o carregamento, o camponês deverá, antes de depositar no basculante da empresa terceirizada, dizer ao fiscal de campo a quantidade de CFF do dia.

²⁵ Entrevista 26.

²⁶ Entrevista 27.

²⁷ Fonte: <http://peabiru.org.br/2013/02/07/entrevista-monitoramento-de-indicadores-aponta-caminhos-para-a-agricultura-familiar-na-producao-de-oleo-de-palma/>. Último acesso em 12 de novembro de 2014.

²⁸ Entrevista 28.



Figura 20 - Camponeses depositando a produção no basculante da empresa terceirizada.
Fonte: Cleison Santos, 2014.

Depositada a produção, começa o trabalho da empresa terceirizada responsável pelo transporte dos cachos até o local de pesagem na usina esmagadora da Agropalma. O preço da tonelada cobrada pela empresa é estabelecido pela quilometragem. Como os produtores do Projeto II estão mais longe da fábrica, pagam R\$ 23,00 pela tonelada, os do Projeto I, R\$ 22,00 e do projeto III, R\$ 20,00. Os frutos enviados para processamento são pesados e os camponeses recebem pela média do peso da produção do dia, ou seja, como na caixa do basculante vão cachos de vários lotes, o camponês que por ventura tenha cachos pesando em média 10 kg e do seu vizinho pesando 8 kg, o primeiro sai perdendo e o segundo ganhando porque a média do peso ficaria em 9 kg.



Figura 21 - Basculante da empresa terceirizada transportando a produção para a fábrica da CRAI. *Fonte: Cleison Santos, 2014; Agropalma, 2007.*

Atualmente, os camponeses integrados à cadeia produtiva do dendê precisam se revezar entre as lidas da lavoura tradicional, o roçado e as tarefas do lote com palma. Seguem, desse modo, dois calendários. O primeiro com ritmo mais flexível e o segundo com presença da rigidez. Vimos que, em ambos os casos, as famílias necessitam da ajuda de vizinhos, de parentes ou de mão de obra assalariada para dar conta das lidas diárias. Os que conseguem segui-la caminham pela dura rotina do calendário abaixo.

Meses do ano	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1º ANO				Broca Derruba (V)	Queima Coivara (V)	Milho Maniva (V)	1ª Capina (V)			Milho (V)		
								Broca (I)	Broca Derruba (I)	Queima (I)	Queima Coivara (I)	Milho Arroz Maniva
Roça	2ª Capina (V)	1ª Capina (I)		Milho Arroz		Mandioca (V)	2ª Capina (I)					Mandioca (I)
2º ANO	Arrancar/Raspagem/ Molho/ Trituração/ Prensagem/ Peneiragem/ Torração/ Empacotamento/ Comercialização											
Dendê							Poda					
	Adubo					Adubo						Adubo
		Rebaixo						Rebaixo				
	Coroa					Coroa						
	Fito	Fito	Fito	Fito	Fito	Fito	Fito	Fito	Fito	Fito	Fito	Fito
	Colheita	Colheita	Colheita	Colheita	Colheita	Colheita	Colheita	Colheita	Colheita	Colheita	Colheita	Colheita
	PREPARO DA ÁREA											
	CONCENTRAÇÃO DE PLANTIO											
	CONCENTRAÇÃO DE COLHEITA NO CASO DO DENDÊ CORTE E CARREAMENTO DOS CACHOS											
	TRATOS CULTURAIS											
	PROCESSAMENTO DA FARINHA											
	ADUBAÇÃO											
	(V) roçado de Verão						(I) roçado de Inverno					
Quadro 4 – Calendário agrícola da lavoura branca e da palma (dendê)												
Fonte: Dados da pesquisa.												

4.8.1 Atividades econômicas na região da PA-150 e as culturas permanentes e temporárias dos camponeses integrados à cadeia produtiva do dendê

Nas comunidades camponesas do eixo da PA-150 desenvolvem-se diversas atividades econômicas. Elas foram registradas nos depoimentos de dois camponeses da região.

A tradição, daqui, das comunidades do Ramal do Jupuuba e da vila do Jupuuba é a produção de farinha. O pessoal também planta arroz e milho. Antigamente, todos plantavam mandioca e faziam farinha pra levar para o município de Igarapé-Miri. [...] Teve uma época que o pessoal levava pra Belém, levava um caminhão cheio de farinha. Hoje, o pessoal diminuiu [...] porque aqueles agricultores antigos já estão aposentados e os filhos não querem mais fazer roçado, não fazem nem uma tarefa, eles querem é ir pra firma, não quer cuidar de roça. Hoje, também muitos estão no cultivo de dendê, por isso enfraqueceu a produção de farinha por aqui (Entrevista 28).

Os moradores das vilas na beira da PA-150 mexem com farinha, mas plantam milho e arroz. Muitos foram embora pra cidade e [...] alguns estão prestando serviço para a prefeitura e muita gente nas firmas da Sococo, Biopalma, Agropalma, Agroexport, Fecularia e, mesmo em Moju; porque é perto da cidade [19 km]. Então, muita gente trabalha lá e mora aqui (Entrevista 29).

Mesmo com a presença de trabalhadores rurais assalariados nas comunidades desta região, registra-se a presença de inúmeras famílias que sobrevivem das atividades agrícolas. Elas não romperam, ainda, os laços com a terra e continuam a cultivar com os poucos braços que, ainda, não se deslocaram em direção aos centros urbanos. Assim, as unidades camponesas se reproduzem e alimentam os moradores da cidade.

A **tabela 11** registra as culturas permanentes e temporárias desenvolvidas pelas dezessete unidades camponesas associadas à Biopalma.

Cultura permanente	Quantos Cultivam	Consumo	Venda
Banana	4	3	1
Coco	4	4	2
Açaí	6	6	2
Cupuaçu	2	2	2
Maracujá	3	0	3
Acerola	2	0	2
Cultura temporária	Quantos cultivam	Consumo	Venda
Mandioca	6	6	5

Feijão	1	1	0
Milho	3	3	3
Arroz	2	2	2
Pimenta do reino	1	1	1

Tabela 11 - Culturas permanentes e temporárias dos camponeses.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de trabalhos de campo do GDEA.

Os dados da cultura permanente mostram que a banana e o coco são cultivados, respectivamente, por quatro famílias camponesas; o açaí por seis; o cupuaçu por dois; o maracujá por três e, a acerola por duas famílias. Um dado relacionado com a cultura temporária, sobretudo, a mandioca, nos chamou atenção pelo reduzido número de camponeses que a cultivam e fabricam farinha de mesa. Dos dezessete entrevistados apenas seis continuam plantando mandioca e cinco transformam a matéria prima em farinha de mesa²⁹. Na cultura permanente os dados indicam que para a maioria a produção gerada na unidade camponesa destina-se para o consumo familiar, quanto a cultura temporária há um equilíbrio entre a produção destinada para o consumo e para venda.

Os entrevistados relataram que a produção de farinha na região vem decaindo ano a ano. Tal redução relaciona-se com a chegada dos projetos de agricultura familiar com cultura de dendê, mas não é explicada exclusivamente por eles, visto que as narrativas dos camponeses sempre remetem a saída de jovens em direção à cidade e o processo de assalariamento destes. Assim, têm-se outros elementos que ajudam a entender o quanto que a totalidade é resultante de diferentes determinações. Veja o depoimento de uma camponesa parceira da Biopalma que cultivava mandioca para a produção de farinha e que atualmente vende sua produção para a fecularia: “A minha produção de mandioca é toda vendida para a fecularia, prefiro vender e comprar a farinha pronta do que me empatar no retiro. O tempo que eu estou fazendo farinha eu estou no lote trabalhando com o dendê”.³⁰

²⁹ Este dado não consta na tabela, porém constitui-se um dado da pesquisa.

³⁰ Entrevista 30.

4.8.2 A renda dos camponeses da PA-150 integrados à empresa Biopalma

Inúmeros produtos agrícolas colaboram para o aumento da renda dos camponeses integrados à empresa Biopalma, a venda da mandioca para a fecularia é um deles. A venda da tonelada desse produto é feita da seguinte maneira: o produtor leva uma amostra da mandioca para a fecularia que realiza uma análise do teor de amido, quanto mais elevado é o teor maior é o preço. O preço da tonelada varia entre R\$ 180,00 a R\$ 220,00, mas o produtor terá que arrancar a mandioca de sua propriedade e transportá-la até a fecularia. A produção de mandioca dos camponeses é vendida para a fecularia e nas feiras da cidade. A **Tabela 12** expõe os produtos comercializados pelos camponeses e seus respectivos preços.

Produto	Unidade	Venda
Farinha de mandioca	Lata 15kg	18,00 a 20,00
Farinha de mandioca	Pacote 30kg	35,00 a 40,00
Farinha de mandioca	Saca 60kg	70,00 a 80,00
Mandioca (raiz)	Tonelada 1000kg	180,00 a 220,00
Milho	Pacote 30kg	15,00 a 30,00
Açaí	Rasa 14kg	40,00 a 60,00
Coco verde	Unidade	0,40
Coco Seco	Unidade	0,50
Acerola	Polpa 1kg	10,00
Maracujá	Polpa 1kg	10,00
Banana	Cacho	25,00

Tabela 12 - Preço dos produtos comercializados pelos camponeses do eixo da PA-150.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de trabalhos de campo do GDEA.

Os valores gerados pela comercialização dos produtos acima discriminados mais a renda das atividades não agrícolas – aposentadorias e bolsa família garantem para 59% dos agricultores 1,5 salário³¹ (R\$ 1.182,00), para 35% garante dois salários (R\$ 1.576,00) e para 6%, três salários (R\$ 2.364,00).

4.8.3 A chegada da dendeicultura nas comunidades camponesas da PA-150

³¹ O salário mínimo em 2015 é R\$ 788,00.

Os camponeses parceiros³² da empresa Biopalma, possuem contratos individuais e estão enquadrados no PRONAF ECO, com prazo de até 14 anos para pagamento e seis anos de carência. Os valores dos financiamentos variaram de R\$79.000,00 para os projetos do ano de 2013 e R\$ 80.000,00 para os de 2014. O tempo de contrato é de 10 anos renováveis por mais 10, podendo chegar a 30 anos. No término dos 10 anos, uma das partes (o camponês ou a empresa) poderá ou não renovar o contrato dependendo da conveniência e interesse de cada uma delas. Em 2014, o programa familiar da empresa Biopalma, produziu mais de 2.700 toneladas de Cachos de Frutos Frescos por ano e teve por meta envolver cerca de 2.000 famílias (BIOPALMA, 2014).

Para participar do programa de agricultura familiar da empresa os camponeses precisam de: 1º) possuir lote de terra medindo entre 20 a 240 hectares; 2º) morar na propriedade ou em locais próximos; 3º) ter, no mínimo, 50% da renda familiar oriunda de atividades agropecuárias do imóvel; e 4º) deve estar em dia com as contas, ou seja, sem limitação de crédito para acesso ao financiamento. Este último, é o item que mais descredencia os camponeses, posto que são frequentes as inadimplências, seja por causa de financiamentos passados (mandioca, pimenta do reino, maracujá dentre outros), seja por dívidas individuais, que resultaram na inclusão de seus nomes no SERASA (Centralização dos Serviços Bancários S/A) ou SPC (Serviço de Proteção ao Crédito). Outros documentos são necessários no momento do cadastro: a) do avalista e do cônjuge: registro geral, CPF (Cadastro de Pessoas Físicas), título de eleitor, comprovante de residência (conta de luz, água, telefone, etc.), DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF); b) do proprietário da terra: RG, CPF, documentos da terra e CAR (Cadastro Ambiental Rural); e c) do imóvel: Título definitivo ou autorização de ocupação do INCRA/ITERPA (Instituto Nacional de Reforma Agrária/Instituto de Terras do Estado do Pará). Caso não possua o título definitivo ele deve apresentar documento de compra e venda (recibo), declaração de posse mansa e pacífica, com assinaturas reconhecidas em cartório (BIOPALMA, 2014).

4.8.4 O tamanho da área plantada com a cultura da palma

³² As empresas do ramo de dendeicultura chamam de parceria a relação em que a empresa presta assistência técnica e absorve a produção do agricultor, o mesmo fazendo os tratos culturais, colhendo e mandando a produção para a empresa. Neste trabalho, chamo-o de integrado.

A espécie de dendê introduzida nas propriedades dos integrados à empresa Biopalma, no eixo da PA-150, foi a tenera. A **Tabela 13** mostra as diferentes dimensões das áreas de plantios da cultura. Segundo os dados, em 82% das propriedades foram plantados 10 hectares de dendê; em 6%, 8 hectares; em outros 6%, 9 hectares e, também em número percentual de 6%, 9,5 hectares. As diferenças nos tamanhos das áreas relacionam-se, muitas das vezes, à topografia do terreno.

Área Plantada com dendê	Camponeses	%
8 hectares	1	6
9 hectares	1	6
9,5 hectares	1	6
10 hectares	14	82
Total	17	100

Tabela 13 – Tamanho da área plantada com dendê dos integrados à Biopalma.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de trabalhos de campo do GDEA - 2014/2015.

4.8.5 O tamanho das propriedades dos camponeses integrados à Biopalma

O tamanho das áreas dos camponeses integrados não chega a um módulo rural do município, que equivale a 70 hectares. Mas estão dentro do tamanho médio das propriedades dos camponeses mojuenses, que é de 25 hectares. Os dados da **Tabela 14** mostram que 71% dos camponeses possuem área entre 21 a 30 hectares e 29% possuem área de 10 a 20 hectares. Esse dado é preocupante porque pode representar uma ameaça para as famílias que praticam a agricultura tradicional do roçado, pois, periodicamente, elas precisam se deslocar para novas áreas. As regras do Novo Código Florestal estabelecem para a cultura da palma (dendê) 50% de reserva e 50% de uso³³. O tamanho reduzido das propriedades pode comprometer a produção de alimentos e a segurança alimentar, sobretudo, daqueles que não estão em fase produtiva, ou seja, os que estão exclusivamente vinculados com a monocultura do dendê.

³³ Lei nº 12.651/12, o novo código florestal, que trata da delimitação da área de reserva legal. De acordo com o parágrafo 5º do Art. 12 [...] o poder público estadual, ouvido o Conselho Estadual de Meio Ambiente, poderá reduzir a Reserva Legal para até 50% (cinquenta por cento), quando o Estado tiver Zoneamento Ecológico-Econômico aprovado e mais de 65% (sessenta e cinco por cento) do seu território ocupado por unidades de conservação da natureza de domínio público, devidamente regularizadas, e por terras indígenas homologadas. (BRASIL, 2012, p.16).

Área total (ha) da propriedade	Camponeses	%
10 a 20 hectares	5	29
21 a 30 hectares	12	71
Total	17	100
Tamanho do roçado (ha)	Camponeses	%
0,6	1	17
0,9	3	49
2,4	1	17
3,0	1	17
Total	6	100
Tamanho da família	Camponeses	%
01 a 03 pessoas	11	35
04 a 06 pessoas	6	65
Total	17	100

Tabela 14 - Área da propriedade, do roçado e o tamanho das famílias associadas à Biopalma.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de trabalhos de campo do GDEA, 2014/2015.

Na Vila da Paz, registramos formas de trabalho e de cooperação típicas do campesinato tradicional. A **Figura 22** mostra Dona Maria, esposa do produtor Ademir, com seus filhos, raspando mandioca no retiro de um parente da família para que o seu esposo possa colocar de molho para a produção de farinha. A mandioca que se está vendo na imagem não foi retirada da propriedade do camponês, pois como nos relatou: “não faço mais roçado, porque a minha terra é pequena, tenho 20 hectares e 10 hectares estão com dendê, como tenho que deixar a área de reserva, não posso mexer com o restante da minha terra”³⁴. A mandioca foi doada por um membro da família. Isto mostra as formas de solidariedade presente no meio rural, pois mesmo aquele que não produz se alimenta. As relações de uso são muito mais fortes que as relações de troca ou de comercialização. Assim, as formas de cooperação concretizadas pelos laços de parentesco ou de vizinhança se sobressaíam às formas de monetarização.

³⁴ Entrevista 31.



Figura 22 - Dona Maria e seus filhos raspando mandioca.
Fonte: Cleison Santos, 2015.

A família do seu Ademir é composta por quatro membros, mas somente ele trabalha no dendezal. Os filhos não participam das atividades por serem menores e sua esposa só trabalha com os afazeres domésticos e outros ocasionais. Das entrevistas realizadas não registrei, em nenhuma das propriedades, a presença da mão de obra feminina nos tratos culturais do dendê. O dado sobre o tamanho das famílias entrevistadas indica que 35% delas estão dentro daquilo que se convencionou chamar de família nuclear, com a presença de pai, mãe e filho. Conclui-se que as famílias pesquisadas não são numerosas, apenas 65% delas são compostas de 4 a 6 pessoas (Ver **Tabela 14**). Segundo o IBGE (2010), a média de filhos na zona rural está diminuindo de 3,4 filhos para 2,6 no intervalo da década de 2000-2010. Por conta do número reduzido de braços, o senhor Ademir precisa contratar de um a dois trabalhadores diaristas para trabalhar no palmar no valor de R\$ 45,00.

No **Gráfico 5** visualiza-se as formas de trabalho utilizadas pelos camponeses para as tarefas envolvendo o dendezal. Segundo o gráfico, das dezessete famílias entrevistadas há quatro que utilizam exclusivamente mão de obra familiar e treze utilizam ao mesmo tempo de mão de obra familiar e pelos menos um trabalhador, geralmente diarista.

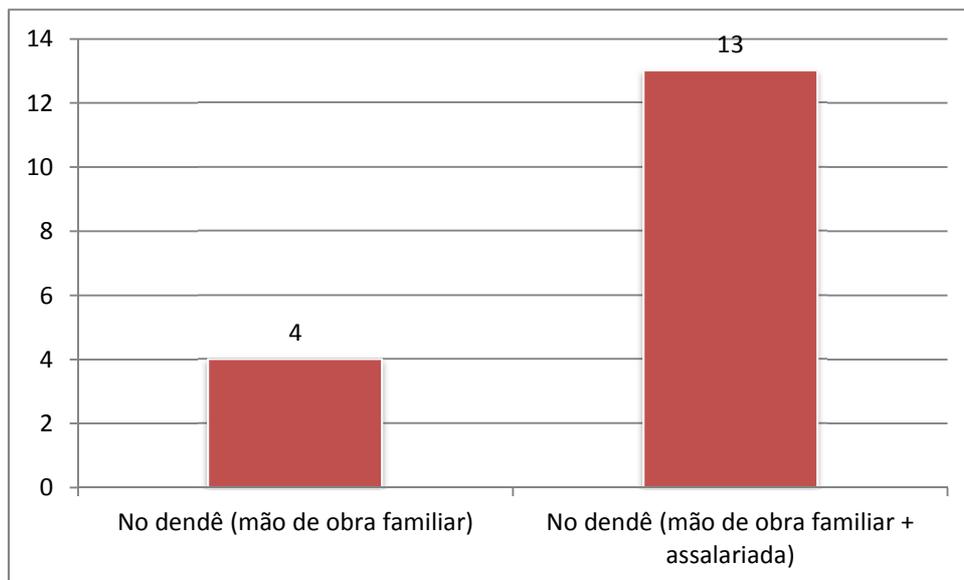


Gráfico 5 - Formas de trabalho utilizada pelos camponeses nas tarefas do roçado e do dende.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de trabalhos de campo do GDEA, 2015.

A dendeicultura segue avançando sobre as propriedades dos camponeses de Moju como mostrou o **Mapa 14** (p. 85). O **Gráfico 6** identifica os usos da terra antes da introdução do dende, ele indica que no passado essas áreas tinham outros destinos. Segundo os dados, 35% das propriedades ocupadas com dende eram antes destinadas à produção do roçado de mandioca, arroz e milho; 12% eram ocupados com coqueiros cuja produção destinava-se para a venda; 6% para formação de pastos e 47% dos dendezaís presentes nas propriedades dos camponeses eram capoeira, ou seja, espaços que iriam ser futuramente utilizados por essas famílias para a produção do roçado.

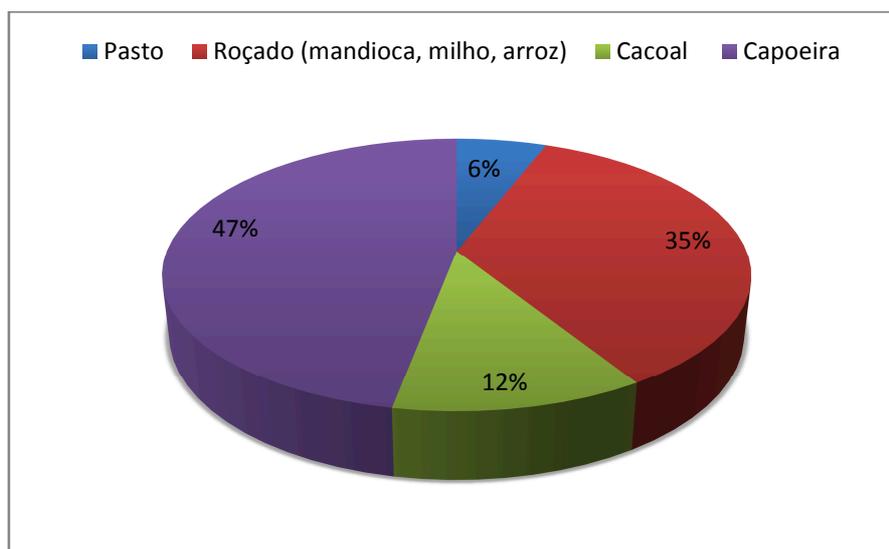


Gráfico 6 - Uso da terra antes da introdução dos dendezaís.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de trabalhos de campo do GDEA, 2014/2015.

Podemos dizer que há nas propriedades dos camponeses uma disputa clara por espaço e mão de obra entre os dendezaís e as outras atividades, sobretudo o roçado. O depoimento abaixo nos dá uma ideia desta discussão:

No início, a empresa não queria que fosse plantado nada junto com o dendê, mas depois, com discussões e com a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ficou aquela discussão que se fosse só o dendê estaria incentivando a monocultura, mas depois a empresa permitiu que fosse plantado (Entrevista 32).

Visitamos duas propriedades em que os camponeses plantam mandioca na entrelinha do dendezal. Um deles plantou no ano de 2013, oito tarefas (2,4 ha) de mandioca, mas sua produção será vendida para a fecularia e não para a fabricação de farinha. Questionado se futuramente continuará plantando mandioca, ele nos fala: “quando o plantio começar a produzir, eu vou parar de mexer com a mandioca, vou ficar só no dendê, mesmo porque a empresa proíbe o plantio de mandioca depois de dois anos do dendezal”³⁵. Um funcionário da empresa Biopalma, do setor agrícola da modalidade agricultura familiar, nos relatou que “é permitida a introdução da mandioca nas entrelinhas do dendezal, principalmente nos dois primeiros anos, porque no segundo ano em diante já fica difícil, por conta das raízes do dendê”³⁶.

Segundo o Plano Nacional de Agroenergia, “a primeira vantagem comparativa do Brasil vem da possibilidade de incorporar novas áreas à agricultura de energia sem competir com a agricultura de alimentos e com impactos ambientais limitados ao socialmente aceito” (PNA 2006, p. 51), mas não é o que vem ocorrendo em algumas propriedades em que o dendê é introduzido, como pudemos constatar neste trabalho.

³⁵ Entrevista 33.

³⁶ Entrevista 34.



Figura 23 - Plantação de mandioca na entrelinha do plantio de dendê.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de trabalhos de campo do GDEA, 2014.

4.8.6 O calendário agrícola da cultura do dendê dos camponeses integrados à Biopalma

Nenhum dos camponeses visitados estava em período produtivo (colheita), que ocorre normalmente no terceiro ano de plantio, por isso, realizaram apenas os seguintes tratamentos culturais registrados no quadro abaixo.

Tratos Culturais	Quant/ano	Mês do ano
Poda	-----	Apenas em período produtivo
Rebaixo	4 x ano	Datas determinadas pela empresa
Coroamento	4x ano	Datas determinadas pela empresa
Adubo	4 x ano	Datas determinadas pela empresa
Colheita carreamento	-----	Apenas em período produtivo
Fitossanidade	-----	Apenas em período produtivo

Quadro 5 - Calendário de atividades dos camponeses com a palma (Dendê)

Fonte: Organizado pelo autor a partir de trabalhos de campo, 2014-2015.

Para os camponeses que estão colhendo, a Biopalma buscará a produção na propriedade do camponês pelo menos nos três primeiros anos de colheita. A produção é pesada e é entregue um recibo logo após sua pesagem. A **Figura 24** ilustra a rede utilizada para a pesagem, os frutos soltos no chão são colocados em sacos e pesados separadamente e contabilizados no final. A empresa pagou em janeiro de 2015 o valor

de R\$ 241,00 pela tonelada do cacho. A produção é paga quinzenalmente ou mensalmente, fica a critério do fornecedor.



Figura 24 - Rede utilizada para pesagem da produção na propriedade do camponês Raimundo Moreira Vulcão no PA Olho D'água, na PA-150.

Fonte: Cleison Santos, 2014.

Ao longo da pesquisa, deparamo-nos com dois dendezaís queimando. Provavelmente em decorrência do camponês vizinho da propriedade não ter feito o monitoramento correto e as chamas deslocaram-se para as áreas vizinhas. Com o fogo, a produção dos camponeses atingidos irá atrasar pelo menos um ano. Os proprietários precisarão fazer novos custeios para poderem manejar mais um ano o dendezal. É preciso lembrar, no entanto, que nas cláusulas dos contratos firmados entre as partes envolvidas (camponês e empresa) não há nenhuma referência com relação ao seguro safra. Este item seria de grande importância para protegê-los contra futuras perdas provocadas por estiagem, incêndios, pragas e por outros eventos que por ventura venham a ocorrer.



Figura 25 - Lado esquerdo – Filho da camponesa Dulcimar observando o dendezeiro em fase de recuperação do incêndio. Lado direito – Dendezal do camponês Antônio Marques.

Fonte: Cleison Santos, 2015.

4.9.0 Os camponeses da região da PA-252 que estão integrados à cadeia produtiva do dendê da Marborges

A Marborges Agroindústria S/A tem sua sede na comunidade do Bacuriteua, no quilômetro 56 da Rodovia PA-252. A empresa tem contrato de exclusividade de fornecimento de frutos de dendê com cinco camponeses em Moju, sendo quatro da comunidade do Severo e um da comunidade de São Pedro (Ver **Mapa 3**, p. 24). Há diferentes caminhos para se chegar até as comunidades pesquisadas. Saindo da cidade de Moju pode-se seguir a estrada dos quilombolas e entrar no ramal Bom Futuro ou no ramal Primavera, ambos cruzarão com a rodovia PA-252.

4.9.1 Atividades econômicas na região da PA-252 e as culturas permanentes e temporárias dos camponeses integrados à cadeia produtiva do dendê

As atividades econômicas que sustentam os habitantes das comunidades Severo, Bacuriteua, Castanhandeua, Serrana, Curuperé, Luso, Campina, São Pedro, Nova União, dentre outras da região da PA-252, podem ser resumidas no depoimento de um camponês da região:

Aqui, na região da PA-252, a maioria das pessoas está empregada nas firmas da Sococo, da Marborges da Agropalma e, agora, tem gente trabalhando até no km 19 em Bujaru pela empresa Biopalma. [...] Tem

gente fazendo roçado ainda, mas é muito pouco, muito pouco porque muitos dos antigos que faziam farinha [hoje] já se aposentaram e os filhos deles quando completam 18 anos não querem saber de roça, querem saber é de “fichar” na firma. [...] os que, ainda, estão na agricultura mexe um pouco com mandioca pra fazer farinha e tem gente mexendo com maracujá, pimenta do reino e pimentinha (Entrevista 35).

Nahum; Bastos (2014), estudando as comunidades dessa região, constataram que nos lugares onde a dendeicultura aporta há uma tendência à *descampesinização*, isto é, a formação de um campo sem camponeses, predominando moradores rurais ou assalariados rurais. Desse modo, há um intenso processo de proletarização dos camponeses das comunidades próximos e distantes dos empreendimentos dendeicultores. O processo de proletarização não abarca apenas o chefe da família, mas também, como afirma Kautsky (1986),

joga no mercado de trabalho os excedentes familiares, os filhos e filhas desse camponês. Enfim, ele produz entre os pequenos camponeses a necessidade de um rendimento suplementar além daquele que lhe fornece o estabelecimento agrícola de sua propriedade. (KAUTSKY, 1986, p. 21).

A **Tabela 15** apresenta os dados relativos às culturas permanentes e temporárias desenvolvidas pelos camponeses da região da PA-252.

Cultura permanente	Quantos Cultivam	Consumo	Venda
Banana	2	2	0
Coco	2	2	0
Laranja	1	1	0
Açaí	3	3	2
Cupuaçu	3	3	0
Cultura temporária	Quantos plantam	Consumo	Venda
Mandioca	5	5	5
Feijão	1	1	0
Milho	5	5	1
Arroz	5	5	1

Tabela 15 - Culturas permanentes e temporárias dos camponeses.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de trabalhos de campo do GDEA, 2014.

Como se observa na tabela acima, quase tudo que é produzido na unidade camponesa destina-se para o consumo das famílias e muito pouco para o mercado. Segundo os dados, a banana e o coco se fazem presentes nas propriedades de quatro

famílias, a laranja em uma, o açaí e o cupuaçu em seis propriedades. As culturas temporárias da mandioca, do milho e do arroz estão presentes em cinco propriedades e a do feijão em apenas uma.

4.9.2 A renda advinda da venda da produção camponesa e a renda complementar

Nenhuma das unidades camponesas visitadas sobrevive da venda da produção do dendê, a renda das famílias é oriunda da venda da produção do roçado e da renda complementar como a bolsa família. Eles conseguem, com a comercialização da produção, até 1,5 salário para três famílias (R\$ 1.086,00³⁷) e dois salários mínimos para duas famílias (R\$ 1.448,00). Dos cinco integrados à empresa, quatro complementam sua renda com recursos advindos da Bolsa Família. A produção da unidade camponesa é vendida para os atravessadores na própria comunidade ou nas feiras da cidade de Moju. A **Tabela 16** apresenta os produtos e os valores das mercadorias comercializadas pelos camponeses.

Produto	Unidade	Venda (R\$)
Arroz	Pacote de 30 kg	20,00 a 25,00
Farinha de mandioca	Lata 15kg	20,00
Farinha de mandioca	Pacote 30kg	35,00 a 40,00
Farinha de mandioca	Saca 60kg	70,00 a 80,00
Milho	Pacote 30kg	14,00 a 20,00
Açaí	Rasa 14kg	40,00 a 60,00
Açaí	Basqueta 25kg	60,00 a 80,00

Tabela 16 – Preço em reais (R\$) de venda de produtos agrícolas.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de trabalhos de campo do GDEA, 2014.

4.9.3 O Tamanho das Propriedades, da área do dendezal, das famílias e dos roçados dos camponeses integrados ao Grupo Marborges

O **Gráfico 7** reúne as informações relativas ao tamanho das propriedades dos camponeses, o tamanho da área destinada para o dendê, o tamanho da família e dos roçados. Os dados mostram que, das cinco famílias pesquisadas, as dimensões das propriedades variaram de 20 a 30 hectares para três famílias; de 50 a 60 hectares para uma família; e de 60 a 70 hectares para uma família. Em todas as cinco propriedades

³⁷ Tendo como referência o salário mínimo do ano de 2014 que era de R\$ 724,00.

foram plantadas 10 hectares com dendê. Quanto ao tamanho das famílias, três delas possuem membros entre 4 e 5 pessoas e duas entre 1 e 3 pessoas. Os roçados, no geral, são pequenos por conta do número de braços da família. Identificou-se duas propriedades com 0,6 hectare (2 tarefas) ocupados com roçados; uma propriedade com 0,3 hectare (1 tarefa); uma com 0,9 hectare (3 tarefas) e uma com 1 hectare (3,4 tarefas).

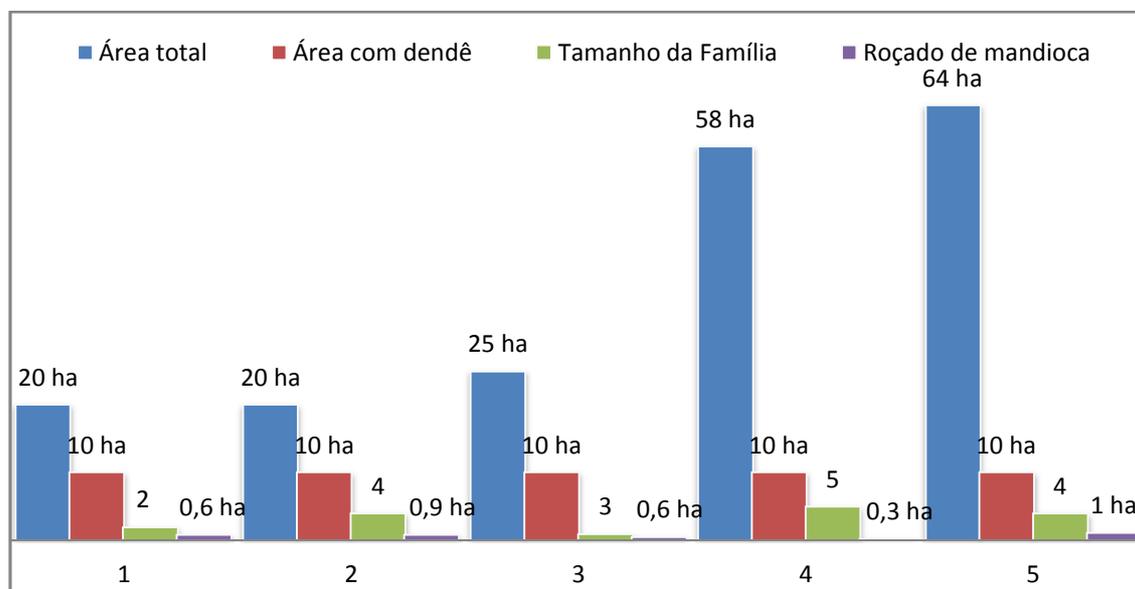


Gráfico 7 - Tamanho da área (propriedade), do dendezal, tamanho da família e do roçado nas unidades estudadas.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de trabalhos de campo do GDEA, 2014.

Nossa intenção em reunir esses dados em um único gráfico é mostrar que há relação entre eles. Para dar conta dos calendários agrícolas, a família camponesa terá que lançar mão da ajuda mútua ou da contratação de mão de obra assalariada. Caso contrário, não dará conta dos tratamentos culturais exigidos pelo cultivo do dendê e da lavoura branca. Por exemplo, a Família 1 (um), que possui uma propriedade de 20 hectares sendo 10 hectares ocupados com dendê e 0,60 hectares (2 tarefas) com roçado, é composta por três membros – pai, mãe e filho. Sendo que a mulher, por motivos de saúde, e o filho, menor de idade, não podem ajudar o pai nas atividades do roçado e do palmar. Por conta das circunstâncias, o camponês contrata mão de obra para as tarefas envolvendo tanto a lavoura branca quanto o cultivo do dendê. Todas as cinco famílias pesquisadas contratam trabalhadores diaristas no valor de 45,00 para as atividades no dendezal. Para as atividades do roçado³⁸ apenas duas famílias contratam diaristas ou empreitam o serviço; as três famílias restantes trabalham apenas com mão de obra

³⁸ Este dado não no gráfico 7, porém constitui-se um dado da pesquisa.

familiar. Das cinco famílias entrevistadas, somente em duas delas as mulheres não estão envolvidas nas tarefas relacionadas com a cultura do dendê.

4.9.4 Uso da terra antes da introdução do dendezal

Os dados presentes no **Gráfico 8** indicam que 60% das propriedades preenchidas atualmente pelo dendê eram anteriormente ocupadas por capoeiras; e 40% delas eram ocupadas parte por roçados e parte por capoeiras. O **Gráfico 7** mostra que as famílias 1 e 2 serão as mais prejudicadas pela chegada da dendeicultura, pois ambas possuem 20 hectares cada uma. Como 50% da propriedade são ocupados pelo dendê (10 hectares) e os outros 50% (10 hectares) terão que ser resguardadas para reserva, as famílias não poderão mais trabalhar com a lavoura tradicional – pelo menos não em suas propriedades.

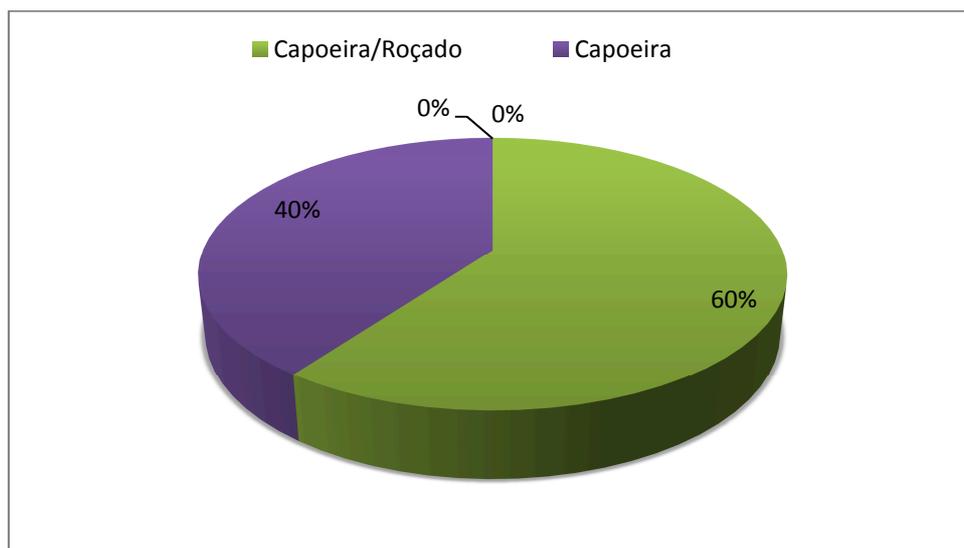


Gráfico 8: Uso da terra antes da introdução do dendezal.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de trabalhos de campo do GDEA, 2014/2015.

4.9.5 A chegada dos projetos de agricultura familiar nas propriedades dos camponeses da PA-252

Nas propriedades camponesas da região da PA-252, os plantios de dendê foram realizados no mês de fevereiro de 2011. Nas propriedades dos camponeses, portanto, os plantios já estavam em fase produtiva. Mas na época da visita, em 27 de março de 2014, a Marborges não havia recolhido a produção em nenhuma propriedade por questões de logística, segundo a empresa. A empresa busca a produção na propriedade dos produtores, mas cobra o valor de R\$ 11,00 pela tonelada do cacho. A **CLÁUSULA 2ª** do contrato firmado entre os camponeses e a empresa estabelece as obrigações de ambos, que são as mesmas já descritas no contrato da Agropalma e da Biopalma. Todavia, quanto à vigência do contrato, ou seja, a duração da exclusividade da empresa com a produção dos camponeses, assim diz a **CLÁUSULA 7ª**: O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura e durante toda a vida útil do plantio.

Temos, portanto, contratos com diferentes tempos de vigências. O tempo de contrato da Agropalma é de 25 anos, o da Biopalma 10 anos e o da Marborges é até quando a planta estiver dando frutos, que pode ser de 25 ou mais anos.

Segundo informações dos camponeses, o preço da tonelada paga pela empresa em janeiro de 2015 foi de R\$ 241,00, o mesmo valor pago pela Biopalma e R\$ 24,00 a menos que o valor pago pela Agropalma (R\$ 265,00). O preço pago pela empresa Agropalma é maior porque ela pagou 14,2% do valor do preço do óleo bruto comercializado no mercado internacional, enquanto a Marborges e a Biopalma pagaram apenas 10% desse referencial.

Os frutos entregues mensalmente serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente a sua entrega na indústria da PRIMEIRA CONTRATANTE, mediante comprovação de documento fiscal entregue pelo SEGUNDO CONTRATANTE.

4.9.6 O calendário dendeícola dos camponeses integrados à Marborges

Nenhuma família, até o ano de 2014, havia abandonado a lavoura branca. Mas nos três primeiros anos de desenvolvimento da palmeira houve diminuição e até mesmo abandono dos roçados, como nos fala um camponês:

nos dois primeiros anos de plantio [2012-2013] não fiz roça, não fiz porque não dava tempo, porque tinha que fazer rebaixo, coroamento e adubação de dois em dois meses, é muito trabalho meu amigo, por isso não fiz roçado [...]. A farinha que a gente consumia era comprada. (Entrevista 36).

Nos três primeiros anos de plantio do dendê, os tratos culturais são intensos. O ritmo de trabalho dos camponeses integrados ao Grupo Marborges se diferencia daqueles integrados à Biopalma, isso porque no mesmo período estes realizavam os tratos culturais de três em três meses, enquanto os camponeses da Marborges faziam os tratos de dois em dois meses.

Nos plantios dos camponeses integrados ao Grupo Marborges e Biopalma da região da PA-252, predominam o cultivar BRS Manicoré, este cultivar é um Híbrido Interespecífico (HIE) recomendado para áreas de incidência do Amarelecimento Fatal. Como a região é foco da doença, por isso a escolha da espécie. A **Figura 26** registra a presença do HIE na propriedade do camponês Luis Almeida na comunidade São Pedro.



Figura 26 - Cachos da cultivar BRS Manicoré (HIE).

Fonte: Cleison Santos, 2014.

Foram plantadas junto com a espécie híbrida mudas da espécie Tenera para ajudar na polinização do BRS Manicoré. O HIE produz sem polinização assistida, mas é recomendável o uso da mesma para garantir uma boa produção. Apesar de ser mais produtivo e resistente às pragas do que a espécie tenera, a cultivar aumentará, substancialmente, os dias de trabalho dos camponeses, por conta da polinização assistida. Isto elevará também os custos da produção, pois, além da necessidade de

contratação de mão de obra, o camponês terá que comprar a matéria-prima (o pólen) da empresa. O processo, certamente, diminuirá a renda e o tempo que deveriam ser destinados para outras culturas. O **Quadro 6** mostra o calendário de atividades desenvolvidas atualmente e a projeção relacionada à polinização assistida.

Tratos Culturais	Quant/ano	Meses do ano
Poda	1 x ano	A escolha do produtor
Rebaixo	2 x ano	A escolha do produtor
Coroamento	2 x ano	Janeiro e Junho (Determinado pela empresa)
Adubo	2 x ano	Janeiro e Junho (Determinado pela empresa)
Colheita/carreamento	2 x mês	Datas determinadas pela empresa
Fitossanidade	1 x mês	
Polinização assistida	2 em 2 dias	De Janeiro à Dezembro Futuramente

Quadro 6 – Calendário atual e projeção futura das atividades dos camponeses com a cultura do dendê.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de trabalhos de campo, 2014-2015.

A polinização assistida alargará a jornada de trabalho dos integrados em média 180 dias se comparados aos camponeses que não plantaram o HIE, pois trabalharão 15 dias por mês dando num total de 180 dias destinados apenas para a polinização assistida. Se subtrair esses dias dos 365 do ano, sobram 185 dias para serem divididos entre as atividades do roçado e os outros tratos culturais no dendezal tais como: rebaixo, coroamento, poda, colheita, carreamento e fitossanidade para o controle de pragas. A polinização pode ser realizada em apenas um dia, segundo informações de um empregado que trabalha no setor de polinização da Marborges:

Eu trabalho no setor de polinização da Marborges. Na empresa um funcionário é responsável em polinizar 10 hectares por dia [1.430 plantas]. Então, eu passo polinizando de 2 em 2 dias na parcela [uma parcela tem em média 30 ha]. Início o trabalho às 06:00h e consigo polinizar 1.430 plantas até as 09:00h ou 10:00h da manhã. (Entrevistado 37).

Um funcionário da empresa Agropalma, do setor agrícola da modalidade familiar, quanto ao Híbrido Interespecífico, afirmou que “não plantamos o híbrido

interespecífica e não recomendamos que os agricultores parceiros da empresa plantem [...] porque eles já têm bastantes atividades para desenvolver no lote com dendê”³⁹.

Os camponeses vinculados com a empresa Marborges não são os únicos a utilizarem o Híbrido Interespecífico em suas propriedades. Todos os novos plantios nas modalidades empresarial e familiar das empresas Marborges e Biopalma da região da PA-252 e do Jambuaçu são desta espécie, mas os camponeses integrados à empresa Biopalma não possuem 1.430 pés de dendê em suas propriedades, como os da Marborges, por conta do processo de polinização. A empresa Biopalma autoriza apenas a implantação de 1.280 pés. A dinâmica do HIE certamente exigirá um esforço extra da família, que poderá resultar, no futuro, no abandono da lavoura branca em detrimento da lavoura monocultura do dendê.

³⁹ Entrevista 38.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O dendezeiro africano (*Elaeis guineensis*) teve suas primeiras plantações em escala industrial na Amazônia paraense por iniciativa da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), hoje Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966 (PANDOLFO, 1981). Transcorridos mais de 40 anos do projeto piloto da SPVEA, a dendeicultura, com suas dificuldades e avanços, não deixou de ter prioridade nas políticas públicas. Hoje, ela passou a ser a principal política agrícola promotora de desenvolvimento dos governos federal e estadual na geração de emprego, renda, fixação do homem ao campo e na produção de cultivos agrícolas sustentáveis no estado do Pará.

Moju foi o primeiro município da microrregião de Tomé-Açu a ser marcado pela presença da palmeira africana (dendê) no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel e o Programa Sustentável de Palma de Óleo do governo federal são responsáveis pela atual dinâmica territorial da cultura da palma de dendê na microrregião. Esses programas fomentam e normatizam a expansão das empresas já consolidadas na região, como, por exemplo, o Grupo Agropalma e a Marborges, bem como a chegada de novos empreendimentos do ramo como as empresas Petrobrás Biocombustíveis (PBIO), a Biopalma/Vale, a GALP Energia, a Multinacional ADM (Archer Daniels Midland Company) e Guang Feng Group. Portanto, de região tradicional no cultivo de mandioca e farinha de mesa, o município de Moju passou a ser um dos maiores produtores de dendê, no estado do Pará.

Neste trabalho, partimos da hipótese de que a introdução do plantio do dendê trouxe mudanças no modo de vida, nas formas de trabalho e de produção das comunidades camponesas onde a atividade aportou.

Para tal hipótese, argumentamos que o modo de vida dos camponeses do município de Moju, antes da integração à cadeia produtiva do dendê, estava baseado na caça, na pesca, no extrativismo da madeira e dos produtos da floresta, mas eram os roçados, sobretudo, de mandioca para fabrico de farinha as bases da cultura, da dieta e do cultivo agrícola do campesinato tradicional. O roçado tem por característica a diversidade, pois é um espaço marcado pela presença de várias culturas, tais como: a mandioca, o milho, o jerimum, o feijão, o arroz, dentre outras. A produção da unidade camponesa destina-se para o consumo da família e a comercialização do excedente. No

entanto, a prática da agricultura de corte e queima, desenvolvidas por esses sujeitos sociais, vem cedendo espaço e mão de obra, desde 2002, para os projetos de agricultura familiar com cultura de dendê, pois a partir de então, inaugura-se, em território camponês, o cultivo perene e monocultor da palmeira africana.

Nas unidades camponesas é o trabalho familiar que move as tarefas cotidianas, tanto no roçado quanto no retiro. É comum encontrar, nesses dois espaços da produção, a presença do trabalho comunitário, visto que a falta de braços disponíveis para movimentar a lavoura é solucionada com a ajuda de parentes e vizinhos. Obviamente, que as tarefas desempenhadas pelas famílias diferenciam-se de acordo com a idade e sexo. Na produção da farinha, por exemplo, os homens se encarregam de retirar o tubérculo do solo e transportá-lo para o retiro, lá, começa o trabalho das mulheres, que têm a tarefa de raspar e preparar a massa para ser torrado no forno, quer seja pelos homens, quer seja pelas mulheres.

O trabalho familiar desses sujeitos é pautado pelo ritmo da natureza. É o tempo da natureza que indica o tempo da sementeira e o da colheita. Os camponeses da região do Alto Moju, da PA-150 e da PA-252, ao se integrarem aos projetos dendeicultores adentraram num novo ritmo de trabalho, não mais ditado pelo tempo da caça, da coleta dos produtos florestais, da derrubada, da queima, da coivara, do pousio da terra, da farinha, da lavoura itinerante; e, sim, por um tempo emanado da caneta do fiscal de campo, do contrato, do mercado consumidor interno e externo, das bolsas de valores, da usina esmagadora, da poda, do rebaixo, do adubo, do controle fitossanitário, do coroamento, das agrocommodities e do consórcio.

Mesmo com a integração e um processo paulatino de especialização, a pesquisa mostrou que a unidade camponesa continua diversificada. Trata-se, desse modo, da diacronia e da sincronia que nos fala Santos (2002). Ou seja, o eixo das *sucessões* que permite distinguir períodos diferentes de tempos e o eixo das *coexistências* que diz respeito à simultaneidade de tempos distintos. A cultura do dendê não inviabiliza o cultivo de outras espécies. Desse modo, pode-se visualizar, nas propriedades desses sujeitos, a presença simultânea da produção de pequena escala, voltada para o consumo da família e a comercialização do excedente, da heterogeneidade da paisagem geográfica, do trabalho comandado e controlado pelos camponeses (roçado) e da produção em grande escala, voltado exclusivamente para o mercado, da homogeneidade da paisagem e a dinâmica do trabalho controlado pelas empresas (dendezal). A diversificação da produção constitui uma forma de resistência camponesa do não

abandono de suas raízes. Pode-se incluir neste exemplo a presença da mão de obra familiar; a criação de animais para o complemento da renda familiar, enfim, elementos que ilustram a presença da identidade camponesa. Certamente, muitos romperam com esses laços e sucumbiram ao modo de produção capitalista, visto que não pensam e nem agem como camponeses.

Todavia, os depoimentos e os dados contidos nesta pesquisa, são suficientes para apontarmos mudanças no cenário da produção daqueles integrados às empresas. Há um paulatino abandono da agricultura tradicional da lavoura branca em detrimento da cultura da palma, bem como a diminuição da produção do principal ingrediente da dieta alimentar do amazônida, a farinha.

O estudo revelou que a dendeicultura tem relação com o abandono dos roçados por parte dos camponeses, todavia, esta relação não é de causa e efeito. De modo geral, podemos dizer que o desestímulo com a agricultura tradicional tem origens diversas, tais como: a falta de políticas públicas para o meio rural; ausência de maquinários para o trato da terra; falta de assistência técnica; preços não compatíveis com o esforço empreendido na cadeia produtiva; precariedade das vicinais; presença de programas federais de transferência de renda, dentre outros. A dendeicultura, portanto, tem uma parcela de contribuição neste processo.

As unidades camponesas integradas aos projetos de dendê não perdem a propriedade jurídica da terra, tampouco as pessoas tornam-se assalariados das empresas; em suma, continuam proprietárias da terra enquanto meio de produção e força produtiva. Porém, quem determina e comanda o uso dessa terra/território são as empresas. A terra, por meio de contratos entre partes “juridicamente iguais” e em comum acordo, transformou-se em território usado pelo dendê. Igualmente, a força de trabalho de todos que adentram os campos é treinada, comandada e utilizada exclusivamente para a cultura da palma africana (NAHUM, BASTOS, 2014).

A introdução da força de trabalho familiar na cadeia produtiva das empresas produtoras de biodiesel garante às empresas dendeícolas vantagens fiscais através do “Selo Combustível Social”, bem como a apropriação de matéria-prima oriunda de mão de obra formal; ausência de ônus trabalhista; prioridade nos leilões de compra do biodiesel organizados pela Agência Nacional do Petróleo – ANP e, expansão da área de cultivo sem aquisição de terra, ou seja, sem imobilizar capital.

Apesar do crescente aumento de renda e da melhoria de vida dos camponeses integrados à cadeia produtiva do dendê; a dendeicultura tal como se apresenta não

permite que os camponeses da região do Alto Moju, bem como do eixo das rodovias PA-150 e PA-252, exerçam sua soberania alimentar, pois, segundo a Convenção de Havana, ela só se realiza pela presença do governo ou do controle do trabalho e da produção. Sem soberania alimentar, não há possibilidade do camponês decidir o que produzir nem como produzir em sua propriedade que não escape aos olhos e ao mando das empresas integradoras. Verificou-se também, neste trabalho, a ameaça constante da monocultura e da especialização, ambas ofuscam a principal riqueza da unidade camponesa, a diversidade. A eliminação desta pode provocar erosão cultural, erosão genética, insegurança alimentar e problemas de ordem ambientais. Neste processo, acredita-se que participação dos camponeses não pode se limitar apenas em adubar, em plantar, em colher e em transportar o dendê, isso é muito pouco para se discutir desenvolvimento local.

Outra questão que o trabalho apresentou diz respeito à participação das mulheres no processo produtivo. Constatou-se que há uma escassa presença da mão de obra feminina nas atividades do palmar e isto agrava ainda mais a posição de subordinação determinada pelo patriarcado, em que os homens são os chefes da família e o sujeito que decide sobre as tarefas a serem realizadas nas atividades laborais. Assim, as mulheres são afastadas tanto do comando das atividades do roçado quanto do dendezal. A dendeicultura, nesse sentido, não promove o envolvimento das mulheres nas atividades exigidas pela cultura, acaba por promover aquilo que Gonçalves (2011) chama de (des)envolvimento, no sentido de tirar o envolvimento que cada sujeito social mantém com seu espaço ou território.

Neste trabalho não se tratou especificadamente da produção de biodiesel a partir do óleo de palma porque há empresas que não produzem, ainda, este tipo de combustível, como, por exemplo, a empresa Marborges, que destina sua produção para o ramo alimentício e de cosmético. Mas averiguou-se que a chegada de novos empreendimentos e projetos de agricultura familiar com cultura de dendê estão situados dentro da proposta de expansão e consolidação dos agrocombustíveis elaborada pelo Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

Finalizamos este trabalho dizendo que ele vai de encontro às afirmativas contidas no PLANO NACIONAL DE AGROENERGIA (2006-2011), sobretudo quando afirma que a produção de agrocombustíveis não afetará ou não concorrerá com a produção de alimentos. A dissertação mostrou que ela não inviabiliza, mas concorre. Há uma disputa entre os palmares e os roçados, quer seja por espaço quer seja por mão

de obra. Mas, parece-nos que existe uma preferência do primeiro em detrimento do segundo, porque a dendeicultura não se constituiu um complemento, mas sim a principal atividade que sustenta a maioria das famílias camponesas integradas às empresas. Os roçados passaram de atividade principal para atividade complementar.

BIBLIOGRAFIA

- ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas. Guardiões de matas e rios**. 2ª ed. Belém: Editora Cejup. 1998.
- ACEVEDO, Rosa. Território quilombola face à expansão do dendê no Pará. In: FRANCO, Fernando. (Orgs). *Megaproyectos: La Amazonia en la encrucijada*, 2012. Disponível em amazoniayenergia.com/.../megaproyectos_la_amazonia_en_la_encrucija. Acesso em 13 de janeiro de 2014.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. & MARIN, Rosa Acevedo. (coords.). **Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Quilombolas de Jambuaçu-Moju**. Pará. Fascículo 3. PNCSA: Brasília, 2007.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processo de Territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos**. V.6, N 1/Maio de 2004.
- AGROPALMA: Relatório de Sustentabilidade ano 2013, 70 p. Disponível em www.agropalma.com.br. Acesso março de 2014.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo. 1992
- ABREU, Frederique Rosa et al;. Programa Nacional para a Produção e Uso do Biodiesel – Diretrizes, desafios e perspectivas. In: **Revista de Política Agrícola**. Ano XV - Nº 3 Jul./ Ago./ Set. 2006, p.12.
- ALVES, R. N. B.; CARDOSO, C.E.L. Sistemas e custos de produção de mandioca desenvolvidos por pequenos agricultores familiares do município de Moju, Pa. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2008. 4 p. (**Comunicado Técnico n. 210**).
- BRASIL. **Zoneamento Agroecológico do Dendezeiro para as Áreas Desmatadas da Amazônia Legal**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010.
- BRASIL. **DECRETO Nº 7.172, DE 7 DE MAIO DE 2010**. Aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo e dispõe sobre o estabelecimento pelo Conselho Monetário Nacional de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7172.htm>. Acesso em março de 2014.
- BRASIL. **Código Florestal. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acesso em 20 de janeiro de 2015.
- BELATO, Dinarte. **Os camponeses integrados**. Campinas: Unicamp, 1985.
- BANCO DA AMAZÔNIA. A experiência do Banco da Amazônia com projetos integrados de dendê familiar. **Revista Contexto Amazônico**. Ano 5, n. 22, jun. 2012.
- BOARI, Alessandra de Jesus. **Estudos realizados sobre o amarelecimento fatal do dendezeiro (*Elais Guineensis* Jacq) / Alessandra de Jesus Boari**. – Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2008. 66p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 348).

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A comunidade tradicional**. In Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. Montes Claros: 2010 (Relatório de Pesquisa). Disponível em <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/a%20comunidade%20trad160.pdf>>. Acesso em 10 agosto de 2013.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2009.
- COSTA, Francisco. A. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA/UFPA, 2012.
- CRUZ, Benedito Ely Valente da. **Territorialização e organização espacial do Grupo Agropalma**. Belém: UFPA, 2006a (Dissertação de Mestrado).
- CHAYANOV, Alexandre V. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. In: SILVA, José G; STOLKE, Verena (Orgs.). **A Questão Agrária**. Tradução Edgard Afonso Malagodi e outros. São Paulo: Brasiliense, 1981. P.133-163.
- CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 2007b, 274f. Tese (doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidade e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2008.
- DIEGUES, Antônio Carlos; Arruda, Rinaldo, S.V. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.
- EMBRAPA. Embrapa Amazônia Oriental e o Agronegócio do Dendê no Pará. Belém. 2006. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/394940/1/Doc257.pdf>>. Acesso em abr. 2013.
- FRAXE, Therezinha J.P. **Cultura cabocla-ribeirinha. Mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annablume: 2004.
- FURTADO, Rogério. Povo das Águas. **REVISTA GLOBO RURAL**. São Paulo, [set. 1998]. p. 30-34.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.
- HÈBETTE, Jean. O campesinato paraense: observações metodológicas preliminares. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **O campesinato no século XXI**. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 171.
- HEREDIA, Beatriz M. Alásia de. **A Morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOMMA. Alfredo Kingo Oyama et al., Integração grande empresa e pequenos produtores de dendezeiro: **o caso da comunidade do Arauaí, município de Moju, Pará**. Belém,PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2014. 40 p. (Boletim de pesquisa e desenvolvimento).

- HOMMA, O.; FURLAN JÚNIOR, J. Desenvolvimento da dendeicultura na Amazônia: cronologia. In: MÜLLER, A. A.; FURLAN JÚNIOR, J. **Agronegócio do dendê: uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2001. p. 193-207.
- IBGE. Produção Agrícola Municipal. Brasília, 2012. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2012/default.shtm>>. Acesso em 30 de março de 2013.
- IBGE. Banco de dados SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/prevsaf/default.asp>>. Acesso em janeiro de 2014.
- KAUTSKY, K. **A questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultura, 1986.
- LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Revista Estudos Avançados**. 19 (54), 2005. P 47-76.
- MARCOVITCH, Jacques. A gestão da Amazônia: **ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas**. São Paulo: Edusp, 2011. p 108-123.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5º ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MÜLLER, Antônio A. **A cultura do dendê**. Belém, 1980. 24 p. (EMBRAPA-CPATU. Miscelânea 5).
- MÜLLER, Antônio Agostinho et al., **A Embrapa Amazônia Oriental e o agronegócio do dendê no Pará**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2006.
- MOTA, Dalva Maria da et al., Ocupação e desmatamento versus conservação e mudanças no uso de seus recursos naturais no Alto Moju. **Organizações Rurais & Agroindústrias**, v. 12, n.3, p. 333-343, 2010.
- MÜLLER, A. A.; FURLAN JÚNIOR, J. **Agronegócio do dendê: uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2001. p. 41-66. 67p. : 21 cm. – (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 257).
- MONTEIRO, Kátia Fernanda Garcez. **Análise de indicadores de sustentabilidade socioambiental em diferentes sistemas produtivos com palma de óleo no Estado do Pará**. (Tese de Doutorado em Ciências Agrárias/Agroecossistemas da Amazônia – Universidade Federal Rural da Amazônia/Embrapa Amazônia Oriental, 2013).
- MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1978.
- NAHUM, João Santos e MALCHER Antonio Tiago Corrêa. **Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA)**. *Confins* [Online], 16 . Disponível em: <<http://confins.revues.org/7947>>. Acessado em 08.12.2012.
- NAHUM, João dos Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos. Impactos sociomambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia Paraense. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p. 63-80.
- NAHUM, J. S; BASTOS, Cleison S. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 17, 2014.
- NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M; MARQUES, M. I. M; SUZUKI, J. C. Geografia Agrária: teoria e poder, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo, editora Contexto, 2001.
- PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- PROGRAMA NACIONAL DE AGROENERGIA 2006-2011 / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Produção e Agroenergia. 2. ed. rev. – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.
- PROJETO GESPLAN. Gestão Participativa de Recursos Naturais. **Informações básicas sobre treze municípios da região do Baixo Tocantins, estado do Pará: uma contribuição ao planejamento municipal. Região do Baixo Tocantins**. Pará, 2004.
- PINA, José de Abreu. **Experiências na produção para a cultura de palma de óleo na Amazônia: relato de experiências da Marborges Agroindústria S.A. (Moju – Pará)**. In: ANTONIO, Ramalho Filho et al. Zoneamento agroecológico, produção e manejo da cultura de palma de óleo na Amazônia. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010.
- PETIT, Pere, **Chão de promessas: elites políticas, transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.
- PINTO, Genilson Pompeu. et al., **Avaliação do projeto de agricultura familiar com dendê para fabricação de Biodiesel – Moju/PA**. Belém: Universidade Federal do Pará. 2009, 38f. (Monografia de Especialização em Produção de Biodiesel).
- QUEIROZ, Maria Isaura. Perreira de. Uma categoria rural esquecida. In: WELCH, Clifford. A. *et al.*, **Camponeses brasileiros**. Vol. I. São Paulo: Editora Unesp; Brasília(DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, pp. 57-72.
- REPÓRTER BRASIL. **Expansão do Dendê na Amazônia Brasileira. Elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf>>
- REPORTERBRASIL. **Expansão do dendê na Amazônia brasileira: uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará**. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, 2013. Disponível em:<<http://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2010.pdf>>acessado em 20/06/2013.
- RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SALLES, Vicente. **O negro no Pará. Sob o regime de escravidão**. Fundação Getúlio Vargas [e] Univ. Federal do Pará, 1971, 336 p. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo).
- SANTOS, Jair Carvalho et al., **Desempenho socioeconômico do sistema produtivo familiar de dendê em Moju, estado do Pará**. Belém,PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2014. 36 p (**Boletim de pesquisa e desenvolvimento**).
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituação: **o velho e o novo em uma discussão marxista**. Estudos Cebrap, Petrópolis, n. 26, p. 43-79, 1980.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Editora Record. 2001.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

- SACRAMENTO, Elias Diniz. **A luta pela terra numa parte da Amazônia**: o trágico 7 de setembro de 1984 em Moju e seus desdobramentos. Belém: Açai, 2009.
- SILVA, G.T.S. et.al. **Diagnóstico da Agricultura familiar no município e Moju-Pará**. Belém: Embrapa Oriental. 2001.
- SUFRAMA/FGV. Potencialidades regionais. **Estudo da viabilidade econômica do dendê**. Manaus. 2003. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/publicacoes/proj_pot_regionais/dende.pdf>. Acesso em abr. 2013.
- TOLEDO, Vitor M. **Povos/Comunidades tradicionais e a biodiversidade**. In: Levin, S, et al., (Eds.) Encyclopedia of Biodiversidade. Academic Press (2001). Tradução: Prof. Antônio Diegues.
- TOCANTINS, Leandro. O rio comanda a vida: **uma interpretação da Amazônia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- VENTURIERI, Adriano. Zondendê x Amarelecimento Fatal. **Mapeamento de áreas com potencial de expansão e de ocorrência de amarelecimento fatal em palma de óleo (dendê) na Amazônia Legal, com ênfase no Estado do Pará**. *Agroenergia em Revista*, Ano II, n. 2, p. 6-7, mai. 2011. Disponível em: <http://www.cnpae.embrapa.br/imprensa/agroenergia-em-revista/AgroenergiaEmRevista_ed02.pdf>. Acessado em set. 2013.
- VEIGA, A. S.; FURLAN JÚNIOR, J.; KALTNER, F. J. Situação atual e perspectivas futuras da dendeicultura nas principais regiões produtoras: a experiência do Brasil. In: WANDERLEY, Maria Nazareth B. **O camponês: um trabalhador para o capital**. Cadernos de difusão de tecnologia, Brasília, v. 2, n. 1, p. 13-78, jan./abr., 1985.
- WANDERLEY, Maria de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, out./1996 (GT 17, Processos sociais agrários).
- WANDERLEY, Maria de N. B. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidades. *Estudos Sociais e Agricultura*, n 21, out/2003.
- WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília-DF: Ed. da UnB, 1997. 192p.
- WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1976
- WITKOSKI, Antônio Carlos. Terras, florestas e águas de Trabalho: **os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. 2. Ed. São Paulo: Annablume, 2010.
- WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- WILKISON, John; HERRERA, Selena. Os agrocombustíveis no Brasil: Quais as perspectivas para o campo? Brasília, DF: Oxfan Internacional no Brasil, 2008.

ANEXOS

Impactos do avanço da monocultura do Dendê sobre as comunidades rurais do Nordeste

Paraense (PA)

Mapeamento – Questionário Família-Comunidade

Questionário nº: _____

Nome da Comunidade: _____

(Comunidade, Povoado, Vila ou Grupo)

Endereço da Comunidade:

Rua (Ramal):	
Complemento:	

Início da Entrevista (hora): _____ **Data:** ____/____/____

DADOS DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Caso o entrevistado (a) não seja o(a) responsável pela família informe a posição familiar: _____

Apelido: _____ Idade: _____ Sexo: __ Masc __ Fem.

Escolaridade: _____ Profissão: _____ Tempo de experiência de profissional: ____ anos

DADOS GERAIS SOBRE A FAMÍLIA

1 - Local de origem dos formadores da família: Homem _____ Mulher _____

2 - Ano que chegou na terra ____ última procedência: _____ Chegou vindo de uma Zona __ Rural __ urbana

3 - Raízes étnicas e descendência da família: _____ Religião: _____

4 - A terra é : () Própria () cedida () outros: _____

5 - Como obtiveram a terra que possuem: () compra () ocupação () Herança () repassado pelo Estado.

6 - Possui documento de posse: () Não () Sim. Qual? () INCRA () ITERPA () Município () _____

7 - Modalidade de acesso à casa : () Própria () Alugada () Cedida Quantas pessoas moram na residência: ____

8 - Seus pais possuíam (possui) terra? () Não () Sim Sua Família sempre trabalhou na terra: () sim () Não.

9 - Com quem aprendeu a trabalhar com a terra? () Avós () Pai () Mãe () Parentes () Amigos () Técnicos

10 - Como está seu nível de satisfação em relação a sua terra:

() altamente satisfeito () satisfeito () nem satisfeito e nem insatisfeito () insatisfeito () altamente insatisfeito

- Porquê? _____

11 - Composição da família

Componentes da família(parentesco)	Nome	Idade	Sexo	Escolaridade	Estuda	Trabalha na terra	

12 - Caso existe alguém que trabalho fora da comunidade descrever: Quem? _____ Onde? _____

13 - Familiares que moram fora da terra: Quem? _____ Onde: _____ Motivo: _____

PARTICIPAÇÃO NA COMUNIDADE

14 - Quais as organizações que existe na comunidade:

() 1- Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais () 2 - Cooperativa: _____

() 3 – Associação: _____ () 4 - Grupo de esporte: _____

() 5 - : _____ () 6 - : _____

15 - Qual das organizações que você faz parte: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6

16 - Exerce algum cargo na organização? () Não () Sim

Qual: () Presidência () Vice-Presidência () Tesoureiro () Administrador () Secretaria () Outro: _____

17 - Como se dá a sua participação: () Todas as atividades () Algumas atividades () Esporadicamente

- 18 - Por quê razão se associou: () Razão econômica (financiamento) () Razões coletivas
- 19 - Na sua opinião qual o grau de importância da organização?
 () Fundamental () Importante () Pouco importante () Não é necessária
- 20 - Na sua opinião quais os principais problemas da comunidade
 () Problemas Econômicos () Problemas Sociais () outros

- 21 - Como esta seu nível de satisfação em relação à organização na comunidade?
 () altamente satisfeito () satisfeito () nem satisfeito e nem insatisfeito () insatisfeito () altamente insatisfeito
 - Por quê? _____
- 22 - Você participa das resoluções dos problemas da comunidade? () sim () não () as vezes
- 23 - Como: _____
- 24 - Necessitando de Assistência técnica a quem recorre: () Liderança Comunitária () INCRA () Vizinho () Técnico da Prestadora () Técnico da EMATER () Pessoa de fora da comunidade
- 25 - Quando precisa de financiamento, a quem procura? _____
- 26 - Quando tem problemas de saúde na família, a quem recorre?
 () INCRA () Liderança Comunitária () Vizinho () Técnico da FNS () Agente Comunitário Local () Médico na cidade () Técnico da Prestadora () Outro: _____
- 27 - Possui benefícios advindos de qual programa de financiamento externo?
 () PRONAF () FNO () Habitação () Proceca () Outros: _____
- 28 - Há uma liderança reconhecida com boa capacidade de articulação e socialização dos benefícios da comunidade?
 () Sim () Não. Nome _____
- 29 - Acredita na participação social como forma de trocar informação e de alcançar benefícios individuais e coletivos? () Sim () Não () Em parte. Em que situação? _____
- 30 - Existem benfeitorias comunitárias alcançadas: () Casa de farinha () Poço () Trator () Carro () Usina de Beneficiamento () Gerador de energia () Implementos Agrícolas () Outros: _____
- 31 - Fontes de Informação utilizadas: () Leitura () Reuniões () TV () Rádio () Escola () Vizinhos () Religiosos () Outro: _____
- 32 - Quando há uma decisão a ser tomada para a comunidade, geralmente, como isso acontece?
 () a decisão é imposta de fora
 () a liderança decide e informa os outros membros
 () a liderança pergunta aos outros membros o que eles acham e então decide
 () membros da comunidade discutem o assunto e decidem em conjunto
 () outras: _____
- 33 - Como são escolhidos as liderança comunitárias desta comunidade
 () Por um pessoa ou entidade de fora
 () Cada liderança escolhe o (a) seu/sua sucessor (a)
 () Por decisão de alguns moradores
 () Por decisão/voto de todos os moradores
 () Outros: _____
- 34 - Se de repente você precisasse de uma pequena quantia de dinheiro (o que você ganharia, digamos, em uma semana de trabalho), quantas pessoas, de dentro da comunidade, estariam dispostas a lhe fornecer este dinheiro, se você pedisse a elas? ()1-Ninguém ()2-Uma ou duas pessoas ()3-Três ou quatro pessoas ()4-Cinco ou mais pessoas
- 35 - Se de repente você precisasse viajar por um ou dois dias, você poderia contar com seus vizinhos para tomarem conta das suas crianças?
 ()1-Definitivamente sim ()2-Provavelmente ()3-Provavelmente não ()4-Definitivamente não
- 36 - Se de repente você se deparasse com uma situação de emergência mais grave, tal como a morte de um dos moradores da sua comunidade quantas pessoas de fora, estariam dispostas a lhe ajudar? ()1-Ninguém ()2-Uma ou duas pessoas ()3-Três ou quatro pessoas ()4-Cinco ou mais pessoas

DADOS SOBRE A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Área total da terra: _____

Dados gerais da terra

<i>Cobertura Vegetal</i>	<i>Área no início da exploração (ano):</i>	<i>Área atual em 2012</i>
Mata Virgem		
Mata Secundária		
Capoeira		
Cultura Permanente		
Cultura Temporária (roça)		
Pasto Sujo (juquira)		
Pasto Limpo		

Dados relativos à Cultura Permanente: **(Inserir dados do último ano agrícola) ANO:** _____

<i>Cultura</i>	<i>Área Plantada</i>	<i>Quantidade Produzida</i>	<i>Perda</i>	<i>Consumo</i>	<i>Venda</i>	<i>Valor da</i>	<i>vendeu?</i>	<i>Quem comprou?*</i>

*OBS.: **B** = Bodegueiro (pequeno comerciante da comunidade); **C** = Camioneiro (atravessador que vem comprar na comunidade); **A** = Atacadista (grande comerciante que compra em quantidade na cidade); **F** = Feira (agricultor vende direto ao consumidor); **O** = Organização (cooperativa, caixa agrícola, associação, etc).

Dados relativos à Cultura Temporária: **(Inserir dados do último ano agrícola) ANO:** _____

<i>Cultura</i>	<i>Área</i>	<i>Quantidade Produzida</i>	<i>Perda</i>	<i>Consumo</i>	<i>Venda</i>	<i>Venda</i>	<i>vendeu?</i>	<i>comprou?</i>

37 - Contrata mão-de-obra de fora: () Não () Sim

- Em que época: () preparo () plantio () colheita () outro, qual? _____

- Em que condição? () meia () parceria () pagamento () outro, qual? _____

38 - Dados atuais relativos a Pecuária no interior da terra **(2012)**:

<i>Espécie</i>	<i>Há quanto tempo</i>	<i>Quantos animais tinha no início da prática da pecuária.</i>	<i>Quantos animais possui hoje.</i>	<i>Próprio</i>			<i>De terceiros (nº)</i>						
				<i>Qtde</i>	<i>Financiados</i>		<i>Preço unitário p/venda</i>	<i>De aluguel de Pasto</i>	<i>Qtde</i>	<i>Qtde</i>	<i>Valor</i>	<i>Cessão de pasto (qtde)</i>	
					<i>Ano</i>	<i>ou quer</i>							

39 - Possui animal fora da terra? () Não () Sim. Onde? _____ Quantos: _____

Condição: () meia () aluguel de pasto () cessão de pasto () outros, qual? _____

40 - Consumo familiar e comercialização da pecuária no **último ano agrícola**:

<i>Espécie</i>	<i>Produção</i>	<i>Consumo</i>	<i>Venda</i>			<i>Onde vende?</i>	<i>Quem compra?*</i>
			<i>Quant</i>	<i>Preço p/unid.</i>	<i>Mês (s)</i>		

*OBS.: Bodegueiro, caminhoneiro, atacadista, feira, organização, outros.

41 - Utiliza insumos? () Não () Sim. Quais? () sementes () combustível () medicamentos () fertilizante

() outros: _____ - Fertilizantes: quais? _____
 Medicamentos e vacinas (pecuária). Quais? _____

42 - Há produtos de base agro-extrativa em sua terra? () Não () Sim, quais? () madeira () cipó () mel () folha de jaborandi () castanha () andiroba () lenha () outros: _____

43 - Consumo familiar e comercialização dos **produtos Agro-extrativos (2012)**

Produto	Quantidade	Consumo	Venda	Valor da Venda	Quem compro	Quem

*OBS.: Bodegueiro, caminhoneiro, atacadista, feira, organização, outros, empresa, atrevedor (qual?)

44 - Quando chegou na região, trouxe algum capital? () Não () Sim.

-De que tipo? () dinheiro () animais () equipamentos () outros: _____ () Não se aplica

45 - Qual sua maior fonte de renda hoje? () agricultura () pecuária () comércio local () comércio da cidade

() contratado de empresa pública: _____ () contratado de empresa particular: _____

() Funcionário (a) Público (a) () Aposentado (a) () Bolsa Família () Outros: _____

46 - Como utiliza o capital proveniente da comercialização dos produtos?

() compra de produtos para o trabalho () compra de utensílios doméstico () alimentação () vestuário () viagem ()

lazer () compra de gado () educação () saúde () outros: _____

47 - Há quem você vende seus produtos? () Empresa () Prefeitura () Bancos () ONG's () Fazendeiros ()

Outros, quais? _____

48 - Onde você vende seus produtos? () comércio local () Feira do Produtor () Mercado da Prefeitura

() outro(s), qual(s)? _____

49 - Houve demanda por algum produto específico? () Não () Sim Por qual setor:

() agricultura () pecuária () extrativismo () outro

Qual motivo?

50 - Membros da família desenvolvem as seguintes atividades não-agrícolas: () Transporte de pessoas/produção ()

Comércio local de bens de consumo () Serviço especializado () Trabalho assalariado () T. no sindicato

51 - Como considera as condições de acesso a sua terra em relação ao deslocamento da família e a comercialização dos produtos: () Boa () Razoável () Péssimas

52 - Considera ser as dificuldades de acesso responsáveis e determinantes para a maior intermediação na comercialização dos produtos? () Sim () Não () Às vezes

53 - A família já obteve financiamento? () Não () Sim. Em que sistemas produtivos

Na Agricultura: () Lavoura branca () lavoura perene ou semi-perene

Na pecuária: () aquisição de gado () cerca () Curral () reforma de pasto () aquisição de: _____

Em equipamentos: () Trator () roçadeira () arado () grade () outro _____

54 - De que forma obteve financiamento? () Individual () Cooperativa () Sindicato () Associação

55 - A família investe em bens imóveis? () Não () Sim, Quais? () casa () galpão () curral () _____

56 - Filhos que não residem na mesma terra, mantém neste: () Roçados próprios () Animais próprios () Bens patrimoniais próprios () Permuta de trabalho () Partilha da produção para consumo e venda () Troca de bens

57 - Condição econômica (bens patrimoniais) da família:

Inicialmente (chegada à terra)

Sim Não

Atualmente

Sim Não

Fogão à gás

Máquina de costura

Geladeira

Rádio

Televisão

Antena Parabólica

Bicicleta

Carro				
Moto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Moto-serra	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Espingarda	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Barco	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rede de Pesca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Caminhão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Celular	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro: _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

58 - Preço da terra: Na chegada à terra R\$ _____ e atualmente R\$ _____
 59 - Por quanto venderia a sua terra? R\$ _____ () Não a venderia

FATORES AMBIENTAIS

- 60 - A família preserva uma área de reserva? () Sim () Não. _____% Mata no lote
 61 - Faz uso da capoeira? () Sim () Não. () Esporadicamente () Regularmente () Só quando não tem mais área de mata () ainda não fez uso 8 () procura roçar somente as áreas com pasto
 Tempo de pousio utilizado? () > 10 anos () 8 – 10 anos () 5 – 8 anos () < 5 anos () < 2 anos
 62 - Já foi impedido de acessar alguma modalidade de crédito por não ter área de reserva?
 () Sim () Não () Nunca procurou por financiamento
 63 - A capoeira apresenta-se com baixo porte e/ou juquirada? () Sim () Não
 64 - Nascentes e Mata ciliar encontram-se preservadas na sua terra? () Sim () Não () Em parte
 65 - Há existência de barragem de drenagem na sua terra ou a montante? () Sim () Não Quem Fez: _____
 66 - Tem ou teve problemas de falta d' água em algum período do ano? () Sim () Não
 67 - Tem ou teve problema de saúde na família ou com as criações em decorrência da má qualidade de água de consumo? () Sim () Não () Em parte
 68 - Condições sanitárias da habitação:
 () Alvenaria () Taipa/Barro () Madeira () Cobertura de cerâmica () Cobertura de amianto () Cobertura de cavaco () Cobertura de palha () piso de cimento ou de lajota () Piso de aterro abatido () Cisterna
 () Fossa () Banheiro interno () Casinha () Sem banheiro () Poço de boca () Poço artesiano () Açude
 () Gerador de energia () Rede a abastecimento de água () outros: _____
 69 – Quais os sinais de desequilíbrio ecológico evidentes: () Infestação de saúvas e cupins () Desmatamento
 () Excesso de Juquirá () Freqüente ataque de pragas e doenças () Freqüente ataque de pássaros
 () Freqüente ataque de animais peçonhentos () outros: _____

70 - OBSERVAÇÕES QUE JULGAREM NECESSÁRIAS:

Término da Entrevista (hora): _____

Data: ____/____/____

Entrevistado: _____

Entrevistador: _____

QUESTÕES RELACIONADAS À DENDEICULTURA

- 1ª) Agricultor: _____
- 2ª) Comunidade: _____ Tempo de residência na comunidade: _____
- 3ª) Estado Civil: Casado(a) () Solteiro(a) () Separado(a) () Divorciado(a) () Amasiado(a) () Viúvo(a) ()
- 4ª) A propriedade possui CAR: Sim () Não (). Coordenada Geográfica da área: _____
- 5ª) Empresa integradora: _____
- 6ª) Projeto** : _____ Lote** : _____
- 7ª) Como conheceu o projeto da empresa?
R: _____
- 8ª) Por que se interessou em plantar dendê?
R: _____
- 9ª) Já possuía alguma experiência anterior com dendê?
Sim () Não () Caso sim, aonde? _____
- 10ª) Em qual financiamento o Projeto está enquadrado: () FNO () PRONAF () PRONAF ECO
- 11ª) Valor do financiamento: _____ Prazo: _____ Tempo de carência: _____ Juros: _____
- 12ª) Recebe algum salário (custeio) do Banco para se dedicar ao cultivo do dendê? () Sim () Não
Caso, sim: Qual o Valor? _____ Periodicidade: _____
- 13ª) Esse repasse é suficiente para custear todos os tratos culturais?: Sim () Não ()
- 14ª) Tempo de contrato assinado com a empresa: () 10 anos () 15 anos () 20 anos () 25 anos
- 15ª) O contrato assinado com a empresa é: () Individual () Coletivo/Associação
- 16ª) Quantos hectares o dendê ocupa na propriedade:
6 ha [] 7ha [] 8ha [] 9ha [] 10ha []
- 17ª) Os hectares ocupados com o dendê atualmente eram ocupados por quais cultivos/atividades?
R: _____
- 18ª) Em que mês e ano foi introduzido o dendê na sua propriedade? _____ (traduzir em anos/mês) _____
- 19ª) Que espécie de dendê foi plantada? _____
- 20ª) E empresa permite a introdução de outra cultura consorciada ao dendê?
R: _____
- 21ª) Quais são as obrigações da empresa?
() Assistência técnica () Mudas () Preparo da área () Buscar a produção () Comprar toda a produção () outros?: _____
- 22ª) Quais as obrigações do agricultor?
() manutenção do plantio () adubação () poda* () rebaixo () coroamento () Químico* () colheita*
- 23ª) Qual a frequência que o senhor(a) recebe visita da assistência técnica da empresa em sua propriedade?
R: _____
- 24ª) A empresa está cumprindo com o contrato? Sim() Não()
- 25ª) O senhor(a) está satisfeito com os serviços prestados pela empresa? Sim() Não()

26ª) A empresa promove algum tipo de curso, treinamento, capacitação para os agricultores? Você já participou de quais?

R: _____

27ª) Preço da tonelada do CFF em R\$? * _____

28ª) Contrata mão de obra de fora para trabalhar no dendê? Sim () Não ()

Caso sim, em que época? () coroamento () corte/colheita () carreamento () Poda () Capina () Adubo ()
Rebaixo () aplicação de Herbicida/Raticida/Químico () armadilha

29ª) Em que condições? () parceria () Trocas de dias () pagamento mensal () Diária () Mutirão () empreita

30ª) O senhor(a) utiliza algum tipo de anotação para controlar as atividades em sua propriedade. () Sim () Não

31ª) Qual sua renda atual somando todos dos rendimentos (lavoura branca + dendê + aposentadoria/pensão)?**

R: _____

Renda Anual (dendê): _____

Renda antes** Renda depois**

Quantas toneladas foram colhidas no ano de 2014? **

R: _____

Quantas toneladas colhem-se em média no período mais produtivo e menos produtivo?

Qual a média de renda no período mais produtivo e menos produtivo?

A empresa repassa algum calendário de atividade () Sim () Não

Caso tivesse oportunidade de aumentar sua área de plantio o senhor(a) aumentaria?

R: _____

Quais atividades são desenvolvidas pelas mulheres na atividade dendeicultura?

R: _____

Caso o agricultor não cultive mais a lavoura branca (mandioca, por exemplo) Qual o motivo para o abandono?

R: _____

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DOS AGRICULTORES COM A PALMA (DENDÊ)				
Tratos Culturais	Quant/ano	Mês/ano	Pessoas	Dias
Poda*				
Rebaixo				
Coroamento				
Adubo				
Colheita carreamento*				
Herbicida/raticida/ (Químico)*				
Armadilha*				

* Perguntas apenas para os agricultores que já produzem o CFF ** Perguntas para os produtores do Projeto I, II e III